



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**



TEREZINHA GARCIA CAZUZA MARTINEZ

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE ITAPORÃ -
MT/MS (1976-1996)**

DOURADOS/MS

2023

TEREZINHA GARCIA CAZUZA MARTINEZ

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE ITAPORÃ -
MT/MS (1976-1996)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Cristina Furtado

DOURADOS/MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M385h Martinez, Terezinha Garcia Cazuza
HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE ITAPORÃ - MT/MS (1976-1996) [recurso eletrônico] / Terezinha Garcia Cazuza Martinez. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alessandra Cristina Furtado.
Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. curso de magistério. 2. escola pública. 3. História da Educação. 4. Mato Grosso do Sul. I. Furtado, Alessandra Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TEREZINHA GARCIA CAZUZA MARTINEZ

**HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DE ITAPORÃ -
MT/MS (1976-1996)**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado – FAED/UFGD
Presidente da Comissão e orientadora

Profa. Dra. Marijâne Silveira da Silva – IE/UFMT
Membro Externo

Profa. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani – FAED/UFGD
Membro Interno

**DOURADOS/MS
2023**

Com imensa gratidão, dedico esta conquista a Deus, que sempre está comigo em todos os momentos da minha vida e, com certeza, me ajudou durante todo o processo de escrita. Aos meus pais e a minha irmã, por sempre estarem a meu lado, me apoiando e me incentivando a prosseguir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que com Seu amor misericordioso sempre se fez fortemente presente em cada etapa da minha vida, guiando e iluminando meu caminho e me permitindo chegar até aqui. À mãe de Jesus e nossa mãe, Nossa Senhora, por ser minha grande intercessora no céu e minha inspiração em todos os momentos nesta longa estrada da vida.

À Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado, por ser uma maravilhosa pessoa, professora e orientadora, por me formar professora pesquisadora desde a graduação, por meio da Iniciação, Científica e agora no Mestrado; por sua dedicação e paciência comigo, pelos diálogos, discussões e por sempre acreditar em mim.

A toda a minha família, especialmente a meus pais e a minha irmã, presentes de Deus na minha vida. Agradeço por serem meu porto seguro; por todo apoio, incentivo aos meus estudos e compreensão nas horas de ausência; por sempre acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me conceder a bolsa de estudo, contribuindo com o desenvolvimento da minha pesquisa na área de História da Educação.

Às instituições e pessoas que contribuíram para a efetivação desta dissertação. Expresso minha gratidão aos funcionários da Câmara Municipal de Itaporã, da Secretaria de Educação de Itaporã, da Assessoria de Comunicação, da biblioteca da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFGD (PPGEdu/FAED/UFGD) e da Escola Estadual Antônio João Ribeiro, pelo tempo que se dedicaram a me atender e às grandes colaborações dadas para a realização deste trabalho.

Às ex-alunas e aos ex-professores do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, que me concederam entrevistas e forneceram documentos para a pesquisa, como fotos, diplomas e materiais pedagógicos utilizados. Sem a colaboração de cada um, eu não teria acesso às diversas histórias e memórias para a construção desta pesquisa.

Aos meus colegas do Mestrado, pelo companheirismo, por colaborarem comigo tirando minhas dúvidas, pelas vezes que nos reunimos para estudar o conteúdo das disciplinas que estávamos cursando e por todos os momentos bons que passamos juntos durante esses dois anos.

A todos/as os/as professores/as do Mestrado do PPGEdu/FAED/UFGD, pela paciência, dedicação, por todos os conhecimentos proporcionados nas aulas, formando-me intelectualmente no âmbito da pesquisa.

[...] o historiador pode investir na interpretação de seus conteúdos. Assim deve primeiramente mapear os temas tratados e, depois, analisá-los como atos de memória, redutos de expressão de sensibilidades que, mesmo em seus traços descontínuos, fora modos de fazer e compreender a vida do dia a dia. Nessa operação, é fundamental estar atento também para as formas de registro dos grandes e dos pequenos acontecimentos que contribuem para a compreensão do passado recente da nossa sociedade e estimulam reflexões sobre a conexão passado-presente. (CUNHA, 2009, p. 259).

RESUMO

MARTINEZ, Terezinha Garcia Cazuzo. **História do Curso de Magistério de Itaporã - MT/MS (1976-1996)**. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

Esta dissertação insere-se nas pesquisas sobre a história da formação de professores no Brasil e, mais especificamente, na história da formação de professores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma investigação inscrita na Linha História da Educação, Memória e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados, que objetiva analisar a história do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, situada no município de Itaporã-MT/MS, no período de 1976 a 1996. O recorte temporal justifica-se por dois momentos históricos. O ano de 1976 marca a instalação do Curso de Magistério na referida Instituição. Já o ano de 1996 corresponde ao período de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996, que definiu a obrigatoriedade da formação em nível superior para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o que fez com que o Curso de Magistério de Itaporã não abrisse novas turmas a partir da implantação desta Lei e que este Curso fosse extinto no município, no início dos anos 2000. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da Nova História Cultural, em diálogo, sobretudo, com Chartier (1990), e também na perspectiva de um referencial teórico-metodológico decorrente das proposições de Goodson (1997; 2001) e Moreira e Silva (2001) acerca do currículo, e de Chervel (1990), sobre a história das disciplinas escolares. Como fontes recorremos a documentos de caráter administrativo, pedagógico e histórico, como: atas, decretos, certificados de conclusão do Curso de Magistério, listas de matrículas, históricos escolares, fotografias, entre outros. Também utilizamos entrevistas realizadas com ex-alunas e antigos professores desse Curso de Magistério. Os resultados indicam que o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã foi o primeiro curso de formação de professores criado no município de Itaporã, na década de 1970, decorrente da Lei nº 5.692/1971, instituída pelo regime civil-militar no Brasil, que proliferou a instalação de cursos profissionalizantes, em nível de 2º Grau. Além disso, constatamos que, embora alguns alunos do sexo masculino tenham frequentado e até mesmo concluído este Curso de Magistério, a maioria do quadro discente era constituído por mulheres. Do mesmo modo, a maioria do corpo docente era constituído por mulheres, formadas em cursos superiores, na área em que lecionavam as disciplinas curriculares. Em síntese, o currículo do Curso de Magistério dessa Escola em Itaporã, era pautado nas prescrições da Lei nº 5.692/1971, sendo dividido em duas partes, uma constituída por uma Educação Geral/Núcleo Comum e a outra parte, por Formação Especial/Parte Diversificada/Preparação para o Trabalho, e marcado por uma formação de tendência tecnicista, cuja função do aluno consistia em “aprender a fazer”, uma formação que privilegiava a aplicação do conteúdo e não uma reflexão sobre o “por que” aplicar esse conteúdo, pois a ênfase recaía na técnica pela técnica, em detrimento de uma formação teórica. Assim, esse Curso de Magistério, chegou a habilitar 508 professores até a década de 1990, em sua maioria mulheres, e contribuiu para a formação de professores do município de Itaporã e região.

Palavras-chave: curso de magistério; escola pública; História da Educação; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This master's thesis is part of research on the history of teacher education in Brazil and, more specifically, in the history of teacher education in Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. This is an investigation inscribed in the Line of Research History of Education, Memory and Society, of the Graduate Program in Education, of the Federal University of Grande Dourados, which aims to analyze the history of the Teaching Course of the “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, located in the municipality of Itaporã-MT/MS, in the period from 1976 to 1996. The time frame is justified by two historical moments. The year 1976 marks the installation of the Teaching Course in that institution. The year 1996 corresponds to the period of enactment of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), Law nº 9.394/1996, which defined the obligation of higher education to work in the early years of Elementary Education, which caused the Teaching Course of Itaporã not to open new classes from the implementation of this Law and that this Course was extinct in the municipality, in the early 2000s. The research was carried out from the perspective of the New Cultural History, in dialogue, above all, with Chartier (1990), and also in the perspective of a theoretical-methodological reference resulting from the propositions of Goodson (1997; 2001) and Moreira e Silva (2001) about the curriculum, and Chervel (1990), about the history of school subjects. As sources, we used documents of an administrative, pedagogical and historical nature, such as: minutes, decrees, certificates of completion of the Teaching Course, enrollment lists, school transcripts, photographs, among others. We also used interviews with former students and former teachers of this Teaching Course. The results indicate that the Teaching Course of the Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã was the first teacher training course created in the municipality of Itaporã, in the 1970s, as a result of Law nº 5.692/1971, instituted by the civil-law regime. military in Brazil, which proliferated the installation of professionalizing courses, at the high school level. In addition, we found that, although some male students had attended and even completed this Teaching Course, the majority of the student body was made up of women. Likewise, the majority of the teaching staff was made up of women, graduated from higher education courses, in the area in which they taught the curricular subjects. In summary, the curriculum of the Teaching Course at this School in Itaporã was based on the provisions of Law nº 5.692/1971, being divided into two parts, one consisting of a General Education/Common Core and the other part, by Special Training/Part Diversified/Preparation for Work, and marked by training with a technicist tendency, whose role for the student was to “learn to do”, a training that favored the application of the content and not a reflection on the “why” to apply this content, because the emphasis was on technique for technique’s sake, to the detriment of theoretical training. Thus, this Teaching Course qualified 508 teachers until the 1990s, mostly women, and contributed to the training of teachers in the municipality of Itaporã and region.

Keywords: teaching course; public school; History of Education; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARE	Agência Regional de Educação de Dourados
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CEFAM	Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEE	Conselho Estadual de Educação
FAED	Faculdade de Educação
FAVENI	Faculdade Venda Nova do Imigrante
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PPGEDU	Programa de Pós- Graduação em Educação
SED	Secretaria de Estado de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização do município de Itaporã.....	43
Figura 2 – Mapa da área pertencente à Colônia Municipal Agrícola de Dourados.....	44

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Espaço em que se encontra o arquivo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã	23
Imagem 2 – Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação da Colônia Municipal Agrícola de Dourados.....	46
Imagem 3 – Praça central de Itaporã e a igreja matriz da paróquia São José ainda em fase de construção.....	49
Imagem 4 – Praça central de Itaporã, igreja matriz e comércios (1968).....	50
Imagem 5 – Cafeeira São José no início da década de 1970.....	51
Imagem 6 – Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1958).....	53
Imagem 7 – Planta Baixa da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã.....	60
Imagem 8 – Fachada do prédio da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981).....	62
Imagem 9 – Pátio interior da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981)	63
Imagem 10 – Sala da direção da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981)	64
Imagem 11 – Organograma da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1986)	65
Imagem 12 – Formandos(as) do Curso de Magistério da turma de (1979-1981).....	68
Imagem 13 – Caderno Pedagógico com desenho para o ensino do alfabeto (1989).....	88
Imagem 14 – Partes da cartilha produzida pelas alunas do Curso de Magistério (1979).....	89
Imagem 15 – Cartilha “Convite à Leitura” (1997).....	91
Imagem 16 – Contracapa do Manual.....	93
Imagem 17 – Plano de aula sobre trânsito.....	96
Imagem 18 – Continuação do plano de aula sobre trânsito.....	96
Imagem 19 – Continuação do plano de aula sobre trânsito.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos 12 trabalhos selecionados até o momento dos 35 trabalhos encontrados no banco de dados da BDTD	17
Quadro 2 – Relação dos 9 trabalhos selecionados até o momento dos 21 trabalhos encontrados no banco de dados da CAPES	19
Quadro 3 – Relação de ex-alunas entrevistadas	25
Quadro 4 – Relação de docentes entrevistados	25
Quadro 5 – Escolas criadas em Itaporã nas décadas de 1980 e 1990.....	56
Quadro 6 – Relação de professores(as) que lecionaram no Curso de Magistério Escola Estadual Escola Estadual de 1º e 2º Grau de Itaporã (1980-1990).....	70
Quadro 7 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1977-1979	74
Quadro 8 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1980-1983	76
Quadro 9 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1987-1990.....	78
Quadro 10 – Estrutura curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1992-1996.....	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990	28
2.1 O Curso de Magistério no Brasil.....	28
2.2 O magistério em Mato Grosso do Sul.....	36
2.3 O Cenário de Criação do Curso de Magistério no Município de Itaporã.....	42
2.3.1 História do Município de Itaporã.....	42
2.3.2 O Cenário Educacional de Itaporã.....	52
3 A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CURSO DE MAGISTÉRIO NA “ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE ITAPORÃ” E OS SEUS SUJEITOS..	58
3.1 A Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã: história e organização	58
3.2 O Curso de Magistério: implantação, funcionamento e os sujeitos escolares.....	66
4 ANÁLISE DO CURRÍCULO PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS NO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE ITAPORÃ.....	72
4.1 O Currículo do Curso de Magistério em Itaporã: em foco, as estruturas curriculares	72
4.2 As Práticas do Curso representadas pela ótica das narrativas dos sujeitos entrevistados	82
4.3 Materiais didáticos utilizados e produzidos no Curso de Magistério de Itaporã	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM AS EX-ALUNAS.....	116
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	118

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido nos estudos sobre a formação de professores no Brasil e, mais especificamente, na história da formação de professores em Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Seu objetivo consiste em analisar a história do Curso de Magistério que funcionou na “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, no município de Itaporã-MT/MS, no período de 1976 a 1996.

O trabalho em tela está vinculado à linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e integra um projeto maior de investigação intitulado “Inventário de Fontes Documentais: um estudo sobre a formação e a profissão docente no município de Dourados e região (1959-1996)”, coordenado pela professora doutora Alessandra Cristina Furtado, orientadora desta dissertação. O propósito do referido projeto é escrever a história da formação e da profissão docente no município de Dourados/MT-MS e região, no período de 1959 a 1996, por meio do levantamento, catalogação e descrição de fontes, para, em um segundo momento, analisar as questões relativas à formação e à profissão docente.

O interesse em pesquisar uma temática ligada à história da formação de professores decorreu do período em que cursei a graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFGD (FAED/UFGD). Durante a graduação, desenvolvi investigações no âmbito da iniciação científica, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação da professora doutora Alessandra Cristina Furtado. A primeira pesquisa que realizei foi intitulada “História da Formação e da Profissão Docente no Sul de Mato Grosso: um estudo sobre os professores que atuaram nas escolas rurais do município de Dourados e Região (1960-1980)”. A segunda investigação, foi intitulada “Histórias e Memórias de professores de escolas rurais no município de Dourados-MS (1960-1980)”. Por meio de ambas, pude me aproximar tanto das temáticas da formação e da profissão docente, quanto do trabalho docente, em uma perspectiva histórica. Dessas aproximações, além do desenvolvimento das investigações no âmbito da iniciação científica, também desenvolvi o meu Trabalho de Graduação (TG) para a finalização do Curso de Pedagogia, com duas temáticas que se tornaram, no decorrer do Curso, de meu interesse: a formação de professores e a alfabetização. Sendo assim, uni os dois temas de interesse em uma pesquisa intitulada “Histórias e Memórias de Professores Alfabetizadores da Escola Rural Estadual Princesa Izabel do Distrito de Santa Terezinha Município de Itaporã/MS (1964 a 2019)”, em que analisei

as histórias e as memórias de professores alfabetizadores da Escola Rural Estadual Princesa Izabel, distrito de Santa Terezinha, situada no município de Itaporã, no período de 1964 a 2019. Assim, com a pesquisa para o Trabalho de Graduação, o interesse pela temática da formação de professores se tornou ainda mais acentuado.

Ainda com o término da graduação em Pedagogia, cursei uma pós-graduação *Lato Sensu* em alfabetização e letramento, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), para me especializar na área, buscando uma formação em relação à alfabetização nos dias atuais, por meio da formação continuada.

Todos os conhecimentos adquiridos na iniciação científica, no Trabalho de Graduação para a finalização do curso de Pedagogia e na pós-graduação *Lato Sensu* em alfabetização e letramento, me fizeram amadurecer o interesse pelo desenvolvimento de uma pesquisa relacionada à história da formação de professores. Porém, quando ingressei na pós-graduação, o plano de investigação estava voltado à história das instituições educativas, pois a proposta era pesquisar a história da Escola Rozania Moura de Lima, antiga “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”; mas, com a minha aprovação e ingresso no PPGEdU da UFGD, no ano de 2021, e em diálogo com a professora Alessandra Cristina Furtado, que assumiu a minha orientação, a opção foi retomar as pesquisas sobre a história da formação de professores, surgindo, assim, a proposta de investigar a formação da professora alfabetizador no Curso de Magistério que funcionou na “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, no município de Itaporã-MT/MS, no período de 1976 a 2003. Após a realização do Exame de Qualificação, a pesquisa sofreu uma nova mudança, e se direcionou à história do Curso de Magistério que funcionou naquela mesma Instituição e município.

O recorte temporal de 1976 a 1996 justifica-se por dois momentos históricos. O ano de 1976 marca a instalação do Curso de Magistério na “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, no município de Itaporã-MT. Já o ano de 1996 corresponde ao período de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inscrita sob a Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que definiu, em seu artigo 62, a obrigatoriedade da formação em nível superior para exercer a profissão docente: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, e oferecida em nível médio, na modalidade normal” (BRASIL, 1996), o que fez com que o Curso de Magistério de Itaporã não abrisse novas turmas

a partir da implantação desta Lei e que este Curso fosse extinto no município, no início dos anos 2000.

Quanto à delimitação espacial, focaliza um espaço geográfico situado, inicialmente, em Mato Grosso e, posteriormente, em Mato Grosso do Sul, pois, no ano de 1976, aquele Estado ainda era uno, tendo sido dividido somente em 1977, no dia 11 de outubro, por meio da Lei Complementar nº 31, quando se encontrava na presidência Ernesto Geisel (BRASIL, 1977). Este fato fez com que o título da pesquisa permanecesse com a indicação dos estados de MT/MS e Itaporã. Esta escolha não foi aleatória, pois propõe-se em pesquisar, especificamente, a história de um Curso de Magistério público que funcionou nesse município, entre as décadas de 1970 e 1990. Além deste, funcionaram mais dois cursos localizados em distritos desse município: um na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Senador Saldanha Derzi, no distrito de Montese, cujo funcionamento se deu de 1984 a 1996, e outro na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Olívia Paula, no distrito de Piraporã, que funcionou de 1985 a 1994, ambos destinados a estudantes que haviam concluído o ensino de 1º grau, conforme denominação da época, prescrita pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

O Município de Itaporã teve sua origem a partir da colonização da região do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), no período da Marcha para Oeste, no governo de Getúlio Vargas. É fato que, em 1946, o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior, resolveu explorar as terras reservadas e que já estavam sendo medidas, no firme propósito de colonizá-las. Na colonização, o prefeito encontrou uma pequena área com baixa vegetação, a qual recebeu o nome de Colônia Municipal Agrícola de Dourados, e que, posteriormente, deu origem ao município de Itaporã. Nessa época, tal localidade recebeu migrantes vindos de estados brasileiros pertencentes às regiões nordeste, sul e sudeste e imigrantes vindos do Paraguai, Bolívia, Japão, entre outros países. Antes desse processo de colonização, a região era habitada por indígenas das etnias Guarani, Terena e Kaiowá – ainda hoje existem alguns que residem à margem do rio Panambi sob proteção do Governo Federal.

Itaporã teve um longo processo histórico, político e econômico até chegar a ser considerado um município, pois, até então, era apenas um patrimônio que surgiu a partir de uma Colônia Municipal Agrícola de Dourados, pertencente ao município de Dourados. Foi somente na década de 1950 que esse patrimônio conseguiu se emancipar de Dourados e se tornar um município (CARLI, 2005).

Desde a década de 1970, o município de Itaporã integra a microrregião Dourados, uma localidade que passou por um rápido crescimento econômico fundamentado na exploração de

grandes lavouras (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária. Hoje resta pouco da cobertura vegetal original. As principais lavouras exploradas na região estão concentradas nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brillhante, Itaporã e Dourados, sendo este último um dos maiores centros do agronegócio no Brasil (IBGE, 2023).

Nesta pesquisa sobre a história do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, no período de 1976 a 1996, é importante esclarecer o que entendemos por “curso”, “reforma” e “currículo”. Por “curso”, de acordo com o Dicionário Houaiss, compreendemos “Cada uma das seções com que se divide o programa de estudos: curso primário, curso secundário ou médio, curso superior”¹. No entanto, o curso de Magistério é decorrente da Lei nº 5.692/1971, que modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. E, nessa nova estrutura, fez com que desaparecessem as Escolas Normais e em seu lugar fosse instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM) (SAVIANI, 2009).

Já por Reforma, entendemos, de acordo com Popkewitz (1997, p. 11), se tratar “[...] uma palavra que faz referência à mobilização dos públicos e às relações de poder na definição do espaço público”. Esse mesmo autor continua sua definição nos seguintes termos:

[...] Reforma é uma palavra cujo significado varia conforme a posição que ela ocupa, se dentro das transformações que têm ocorrido no ensino, na formação de professores, nas ciências da educação ou na teoria do currículo a partir do final do século XIX. Ela não possui um significado ou definição essencial. Nem tampouco significa progresso, em qualquer sentido absoluto, mas implica, sim, uma consideração das relações sociais e de poder. (POPKEWITZ, 1997, p. 12).

Mesmo que o termo reforma não tenha uma significação essencial, conforme adverte Popkewitz (1997), faz referências às mudanças ocorridas no espaço público, que envolve uma política social e também uma prática social. Trata-se de compreender a reforma, de acordo com as ponderações do autor, como um meio que aparelhou as instituições educativas que funcionaram com os cursos de formação de professores em nível de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau, com normas e prescrições, fazendo esses cursos funcionarem de maneira específica, no período estudado (POPKEWITZ, 1997).

Compreendemos o termo “currículo” em uma perspectiva histórica e social. Assim, entendemos, conforme assinala Goodson (1997, p. 9), o currículo como “[...] um artefacto

¹ Definição do termo Curso. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss>. Acesso em: 05 jul. 2023

social e histórico sujeito as mudanças e flutuações, e não como uma realidade fixa e atemporal”. Além disso, é importante acrescentar que o currículo, neste trabalho, também não se restringiu ao conjunto das disciplinas presentes nas diferentes estruturas curriculares analisadas, mas também referiu-se às práticas, atividades e experiências desenvolvidas por professores e alunos em torno de um conjunto de saberes.

Para situar esta pesquisa na área da Educação e, de forma mais específica, no campo de estudos da História da Educação, e explicitar sua relevância nessa área, foi necessária a realização de um levantamento de trabalhos relacionados à formação de professoras em Cursos de Magistério, na base de dados denominada Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)² e no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na busca realizada na BDTD, foram encontrados 379 trabalhos, os quais passaram por duas seleções. A primeira seleção ocorreu por meio da leitura dos títulos, que resultou na seleção de 35 produções, sendo 22 dissertações e 13 teses, e a segunda foi realizada após a leitura dos resumos, a partir da qual foram consultados 12 trabalhos, sendo 6 dissertações e 6 teses, que mais se aproximaram com a temática aqui em estudo, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos 12 trabalhos selecionados até o momento dos 35 trabalhos encontrados no banco de dados da BDTD

Autor	Ano	Título	Instituição/Programa de Pós-Graduação	Tipo	Local
Diego Moreira	2008	Trajetórias de formação e profissionalização de egressos do CEFAM de São Miguel Paulista	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Educação	Dissertação	BDTD
Jehny Zélia Kalb Facchi	2013	História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das escolas normais Carola Moreira e Irene Rickli	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Educação	Dissertação	BDTD
Gilberto Pereira de Souza	2014	Formação profissional e condições de trabalho do magistério paulista entre 1996-2011	Universidade Presbiteriana Mackenzie/Educação	Dissertação	BDTD
Clara Ramthum do Amaral	2014	A Formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964): memórias de uma utopia possível	Universidade de Brasília/Educação	Dissertação	BDTD
Marinéia dos Santos Silva	2015	Sobre a formação de professores das séries iniciais na região de São José do Rio Preto/SP na ocasião dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento para o	Universidade Estadual Paulista/Educação	Dissertação	BDTD

² Para essa busca no banco de dados da BDTD, foram utilizados os seguintes descritores: Magistério *and* Formação de professores *and* História de formação docente, Professores de ensino de 1º grau *and* Formação docente. Utilizou-se o filtro de recorte temporal dos anos de 2000 a 2022, na intenção de localizar as pesquisas mais recentes sobre a temática em foco.

		Magistério (CEFAM)			
Jumara Seraphim Pedrucci	2016	A Escola Normal de Ouro Preto: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889)	Universidade Federal de Ouro Preto/Educação	Dissertação	BDTD
Alessandra Cristina Furtado	2007	Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944-1964)	Universidade de São Paulo/História de Educação e Historiografia	Tese	BDTD
Rose Mary de Souza Araújo	2010	Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX	Universidade Federal da Paraíba/Educação	Tese	BDTD
Rômulo Pinheiro de Amorim	2019	O curso de treinamento de professores leigos: profissionalização e representações da docência em Mato Grosso (1963-1971)	Universidade Federal da Grande Dourados/Educação	Tese	BDTD
Cilmara Bortoleto Del Rio	2020	História e política de formação de professores: o CEFAM no estado de Mato Grosso do Sul (1989-1996)	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Educação	Tese	BDTD
Gillyane Dantas dos Santos	2022	A secular feminização do magistério e a profissionalização certificada da mulher potiguar nos cursos normais regionais (1946-1971)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Educação	Tese	BDTD
Bonifácio Obadias Langa	2022	O lugar da formação de professores para o ensino primário em Moçambique: um estudo de caso do Instituto de Chibutuúine	Universidade Federal de Minas Gerais/Educação	Tese	BDTD

Fonte: Elaborado pela autora (MARTINEZ, 2022)

Os estudos selecionados na BDTD nos permitiram eleger pesquisas sobre a trajetória de egressos de cursos de formação de professores, a feminização do magistério, a história da formação de professores em Escolas Normais, Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério (CEFAM), Centro de Treinamento de Magistério, Instituto de Educação, entre outras.

Já na procura por trabalhos no Portal da CAPES não foi possível utilizar os mesmos descritores, pois, ao inseri-los no campo de busca, apareceu uma grande quantidade de produções, em torno de 13.834, mesmo contando com os filtros de recorte temporal dos anos de 2000 a 2022. Com isto, buscamos os trabalhos somente com o descritor “Magistério” e os filtros mencionados anteriormente, mas a quantidade ainda foi muito alta, totalizando 1.858 deles. Assim, inserimos mais dois filtros: um estabelecendo buscas somente com a grande área de conhecimento, sendo ela Ciências Humanas, e a área de conhecimento, apenas Educação, tendo resultado em 244 trabalhos. Esses, por sua vez, foram analisados, passando por duas seleções: primeiro pelos títulos, resultando em 21 trabalhos, sendo 15 dissertações e 6 teses.

Depois, uma nova seleção foi realizada a partir dos resumos, a partir da qual chegamos a 9 trabalhos, sendo 8 dissertações e 1 tese, conforme relação feita no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos 9 trabalhos selecionados até o momento dos 21 trabalhos encontrados no banco de dados da CAPES

Autor	Ano	Título	Instituição/Programa de Pós-Graduação	Tipo	Local
Débora Magali Miranda Vieira	2013	A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890-1914)	Universidade Federal da Bahia/Educação	Dissertação	CAPES
Maria do Carmo Campos da Silva Silva	2013	Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da Escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971-2001)	Universidade Federal da Grande Dourados/Educação	Dissertação	CAPES
Noely Costa Dias Garcia	2015	Do curso normal ao magistério: o curso normal estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/	Dissertação	CAPES
Bruna de Farias Xavier	2016	Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)	Universidade Federal de Pelotas/Educação	Dissertação	CAPES
Lilian Alves Pereira	2017	Um estudo sobre o Curso de Magistério: Sim, ele ainda existe!	Universidade Regional de Blumenau/Educação	Dissertação	CAPES
Tânia Nair Alvares Teixeira	2018	Memórias das práticas escolares de Educação Física no curso de Magistério do Instituto de Educação Assis Brasil (Pelotas/RS, década de 1970)	Universidade Federal de Pelotas/Educação	Dissertação	CAPES
Luana Tainah Alexandre Braz	2021	História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso do magistério na escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)	Universidade Federal da Grande Dourados/Educação	Dissertação	CAPES
Natalicia Gomes Teixeira Arcanjo	2021	História do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) “Juracy Alves Cardoso” de Naviraí-MS (1992-2000)	Universidade Federal da Grande Dourados/Educação	Dissertação	CAPES
Elda Alvarenga	2018	A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramento possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)	Universidade Federal do Espírito Santo/Educação	Dissertação	CAPES

Fonte: Elaborado pela autora (MARTINEZ, 2022)

As pesquisas levantadas no Portal da CAPES abordam temas como Escola Normal, Curso Normal, memórias e trajetórias de egressos do Curso de Magistério, feminização do Magistério do ensino secundário, inserção das mulheres no Magistério, história de cursos de Magistério em instituições de ensino públicas e privadas, inclusive no CEFAM, entre outros.

Dos trabalhos selecionados, os que se mais aproximaram do objeto desta pesquisa foram apenas dois, no caso, as dissertações de Pereira (2017) e Braz (2021), que trazem histórias de cursos de Magistério.

A dissertação de Pereira (2017), intitulada “Um estudo sobre o Curso de Magistério: Sim, ele ainda existe!”, versou sobre um Curso de Magistério, apresentando como ele funcionou, quais os movimentos do seu currículo e quais e como foram desenvolvidas as disciplinas para a formação de professores. A autora apontou que se tratou de um Curso procurado mais por mulheres e que a prioridade na formação ofertada foi o ensino de técnicas (PEREIRA, 2017).

Já a dissertação de Braz (2021), intitulada “História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso do magistério na escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)”, abordou a formação docente em um Curso de Magistério ofertado por uma instituição de ensino particular do município de Dourados. Assim, problematizou a história da instituição em que ele funcionou, sua criação e suas práticas, o estágio obrigatório e o seu encerramento.

O levantamento realizado nos bancos de dados da BDTD e CAPES nos permitiu identificar que os estudos sobre a formação de professoras em instituições de ensino, em uma perspectiva histórica, são poucos, o que torna a temática aberta a estudos e justifica a relevância de uma pesquisa como a socializada nesta dissertação, na qual analisamos a história de um Curso de Magistério cujo funcionamento ocorreu em uma escola pública no município de Itaporã/MT-MS, entre as décadas de 1970 e 1990.

Diante disso, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: *como o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, com a sua criação, implantação e funcionamento, contribuiu para a formação de professores no município de Itaporã e região?* Este problema se desdobrou em outras indagações: *como foi o processo de criação e implantação desse Curso de Magistério público no município de Itaporã? Como ocorreu o seu funcionamento na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã? Quem eram os alunos atendidos por esse Curso de Magistério? Quem eram os seus professores? Como era o currículo desse Curso de Magistério? Quais eram as disciplinas e os conteúdos ministrados nesse Curso? De que forma os conteúdos das disciplinas eram trabalhados pelos professores do Curso? Quais as contribuições que esse Curso de Magistério proporcionou a formação de professores do município de Itaporã e região?*

Com este trabalho, propomo-nos a contribuir com o processo de construção da história da formação de professoras em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (MT/MS), campo que ainda

tem um longo caminho a ser percorrido. Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a história do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”, em funcionamento no município de Itaporã/MT-MS no período de 1976 a 1996. Como objetivos específicos, pretende: I) Compreender o processo de criação e implantação do Curso de Magistério no município de Itaporã; II) Caracterizar o perfil de seus alunos e professores; III) Analisar o currículo desse Curso de Magistério; IV) Identificar as contribuições que o Curso proporcionou à formação de professores do município de Itaporã e região.

Para analisar a história do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, este trabalho fundamentou-se em abordagem teórica com base na História Cultural, que ampliou o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados (CHARTIER, 1990).

A História Cultural propôs-se a dar voz às massas anônimas, procurando, assim, fazer também a história dos vencidos e não somente dos vencedores, pois busca, segundo Pesavento (2005, p. 19), “[...] identificar um agente sem rosto – o povo, as massas – como personagens da história e como protagonistas dos acontecimentos [...]”. No entendimento dessa autora, tal maneira de pensar a história ocasionou uma virada de olhares para o passado, marcando, dessa maneira, uma “nova era” para os estudos e as pesquisas históricas (PESAVENTO, 2005).

Com referência a aspectos conceituais, dialogamos com Chartier (1990), um representante da Nova História Cultural, a partir de seu conceito de “representação”. Chartier (1990, p. 16-17) procura “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” e pondera que “[...] as representações do mundo social, assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Chartier (1991, p. 183) entende que “[...] estas representações são matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”. Portanto, a análise realizada com base nesse conceito se direciona no sentido de perceber as representações que o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã teve para as ex-alunas e antigos professores, na realidade social em que foi instalado, construído e funcionou, habilitando professoras para atuar nas séries iniciais do antigo ensino de 1º grau, inicialmente, e, posteriormente, também as habilitando para atuar no Ensino Pré-Escolar.

Como a pesquisa teve entre os seus objetivos específicos analisar o currículo do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, recorreremos a um referencial

teórico-metodológico oriundo das proposições de Goodson (1997; 2001) e de Moreira e Silva (2001) acerca do currículo, e de Chervel (1990), sobre a história das disciplinas escolares.

A compreensão do currículo está embasada nas contribuições de Goodson (1997; 2001), que estabelece uma perspectiva social e histórica para o currículo, ao perceber as conjunturas que influenciam na definição de um determinado conhecimento como relevante, em detrimento de outros, e de Moreira e Silva (2001, p. 08), segundo os quais “[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social”. Portanto, entendemos que o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã participou da formação de professores, inicialmente, habilitando para as séries iniciais do 1º Grau, e, posteriormente, habilitando tanto para as séries iniciais do 1º Grau quanto para a Pré-Escola, com um currículo que refletia no cotidiano escolar as marcas do cenário histórico e social do período, entremeado por relações de poder. Sendo assim, investigar o currículo desse Curso de Magistério permite-nos compreender os interesses atrelados ao estabelecimento de um perfil para formar professores naquele período temporal.

A análise da organização e do funcionamento do currículo do Curso de Magistério também possibilita-nos compreender a seleção das disciplinas, dos conteúdos e das atividades desenvolvidas para a difusão dos conhecimentos considerados necessários para a formação dos professores na época do recorte temporal adotado (1976-1996). Desse modo, é importante recorrer à história das disciplinas escolares, uma vez que, de acordo com Chervel (1990),

[...] o historiador precisa considerar a que tipo de finalidades determinada disciplina vem satisfazer. Considerando-se que em cada época a escola se coloca a serviço de diferentes finalidades que no seu conjunto fornecem a esta instituição o seu caráter educativo, é por meio das disciplinas escolares que ela sempre vai colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa. (CHERVEL, 1990, p. 188).

Sendo a história das disciplinas escolares um dos campos da História da Educação, que busca produzir conhecimento sobre a historicidade dos saberes, em determinados momentos, que nesta pesquisa, ela nos possibilitou refletir e compreender o “por que” certas disciplinas estiveram presentes no currículo do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” entre 1976 e 1996 e como elas contribuíram para a formação de professores nesse tempo histórico e lugar em que foram ensinadas e aprendidas.

Ainda para a concretização desta pesquisa, foi preciso recorrermos a trabalhos e obras ligadas à história da formação de professores, história e historiografia da educação, sobretudo

em autores como Ayache (2020), Chartier (2009), Tanuri (2000), Arnoni (2001), Gatti (1987), entre outros, que foram levantados, lidos e incorporados a esta pesquisa.

Além de recorrermos a livros, dissertações, teses e artigos científicos, por meio da pesquisa bibliográfica, realizamos a pesquisa documental, que se baseou, predominantemente, em visitas, consultas, levantamento e mapeamento de documentos disponíveis nos arquivos pessoais de ex-alunas e de antigas professoras, e nos acervos da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, que, atualmente, encontram-se armazenados na Secretaria da Escola Estadual Antônio João Ribeiro, devido ao seu fechamento. Os documentos da Instituição focalizada estão armazenados em várias caixas de papelão identificadas com grandes etiquetas brancas, as quais indicam os documentos contidos nelas. Essas caixas de papelão estão colocadas em altas estantes de aço, situadas em um espaço separado no interior da secretaria, cujas instalações estão em boas condições de uso, conforme observamos na Imagem 1.

Imagem 1 – Espaço em que se encontra o arquivo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã



Fonte: Secretaria da Escola Estadual Antônio João Ribeiro de Itaporã (2021)

No contato com os documentos das caixas selecionadas na Escola Antônio João Ribeiro, fez-se necessária uma seleção da documentação, buscando quais de fato poderiam contribuir com a pesquisa, pois, além de diversas caixas referentes à Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, havia também caixas de outras instituições de ensino, como a Escola Rui Barbosa e da própria Escola Antônio João Ribeiro.

Após a seleção, fotografamos os documentos, e as fotografias foram guardadas no notebook e em um HD externo, para não correremos o risco de perdê-las. Posteriormente,

iniciamos a sua organização de acordo com a sua origem, natureza e cronologia para uso posterior. Para Le Goff (1994),

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p. 545).

De acordo com Le Goff (2004), ao utilizar um documento, é essencial ter ciência de que a contextualização do momento influencia a sua construção, e quando analisado em um momento histórico diferente, pode ser visto de forma equivocada, perante a interpretação do pesquisador. Desta forma, cabe ao pesquisador ter um olhar crítico para suas fontes e lembrar que elas são sempre produções humanas, podendo expressar interesses pessoais para além da real realidade.

Nas buscas documentais no arquivo da Secretaria da Escola Estadual Antônio João Ribeiro, localizamos registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, como atas, decretos, certificados de conclusão, listas de matrículas, históricos escolares, entre outros.

Além do arquivo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, recorreremos a arquivos pessoais de ex-alunas e de antigas professoras do Curso de Magistério, que foram entrevistadas. Podemos coletar documentos como diplomas de alunos, fotografias do período em que cursaram o Magistério nesta Escola em Itaporã, pasta de estágio, entre outros.

A utilização de entrevistas e de documentos dos arquivos pessoais de antigos professores e de ex-alunas, possibilitou-nos uma aproximação ao conhecimento de como foi a formação de professoras no Curso de Magistério, pois tais fontes utilizadas em conjunto – as entrevistas abordando as memórias de ex-alunas e de antigos professores sobre o passado vivido na época em que cursaram ou ministraram aulas, juntamente com os documentos de seus arquivos pessoais – contribuem com informações sobre o funcionamento do cotidiano do Curso, permitindo-nos compreender as práticas em jogo na formação dessas professoras.

A princípio, a intenção era realizar entrevistas com ex-alunos – tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino – que cursaram o Magistério na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã e que, após formados, atuaram na profissão docente, no entanto, localizamos somente ex-alunas que, posteriormente, atuaram como professoras. Com a dificuldade de localizar ex-alunos formados no Curso de Magistério, as entrevistas foram realizadas apenas com ex-alunas. Além delas, foram entrevistados também professores que lecionaram no Curso, sendo a maioria

constituída por mulheres. Os Quadros 3 e 4 trazem a relação das ex-alunas e dos antigos professores entrevistados.

Quadro 3 – Relação de ex-alunas entrevistadas

Nome	Idade	Período em que cursou o magistério
Nilza Terezinha Menani da Silva	59	1979-1980 2 anos (o primeiro ano cursou em outra escola, mas foi eliminado no Curso do Magistério devido as disciplinas serem as da educação geral)
Janice Waidemam Cornachini	59	1980-1981 2 anos (o primeiro ano cursou em outra escola, mas foi eliminado no Curso do Magistério devido as disciplinas serem as da educação geral)

Fonte: Elaborado pela autora (MARTINEZ, 2022)

Quadro 4 – Relação de docentes entrevistados

Nome	Idade	Tempo exercendo a docência no Magistério	Disciplinas ministradas
Marisa Poletto de Carvalho	54	1991-2001 10 anos	- Língua Portuguesa - Metodologia de Português - Literatura
Ricardo Anzoategui	70	1980-1982 3 anos	- Sociologia Educacional - Didática e Prática de Ensino - Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.

Fonte: Elaborado pela autora (MARTINEZ, 2022)

É preciso ressaltar que o trabalho com entrevistas, assim como com documentos, exige organização e dedicação. Para a execução de entrevistas, é preciso um bom planejamento, pois fazê-lo de forma bem pensada é importante, além de realizar a entrevista de forma ética em todos os momentos, desde o início, ao eger o participante, até o findar de sua realização, afinal, envolve pessoas e quando envolve-se pessoas nos estudos os pesquisadores precisam ter cautela e senso crítico (BALEI *et al.*, 2008).

As sete entrevistas foram realizadas entre os meses de março, abril e maio de 2022. Cada entrevista foi agendada com antecedência e de acordo com a disponibilidade de tempo e de dias de cada uma das entrevistadas.

Para entrevistar os antigos professores e as ex-alunas, utilizamos um roteiro com questões semiestruturadas. A esse respeito, Alberti (2013) apresenta um problema possível, pois ao se preparar o roteiro, pode-se incluir determinadas perguntas, pensando em uma boa desenvoltura na fala do entrevistado, porém, no momento da entrevista, seu desenvolvimento com tal questão pode ser muito menor do que o esperado. Para diminuir a percentagem de chances de ocorrer esse problema, ao elaborar perguntas para uma entrevista, é necessário utilizar uma linguagem mais simples e concisa, indo direto à questão a que se deseja resposta.

As entrevistas foram gravadas por meio de áudio e posteriormente transcritas para serem utilizadas. Sobre o assunto, Alberti (2013, p. 203) também menciona a importância do gravador, porquanto esse instrumento “[...] permite falar em produções de documento, no retorno à fonte, na montagem de acervos de depoimentos, na autenticidade de trechos transcritos e na análise de entrevistas”. Cabe ainda destacar que elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), desta forma, as antigas professoras e as ex-alunas tiveram ciência e consentiram o uso do conteúdo das entrevistas realizadas.

Com as entrevistas, buscamos registrar as narrativas das ex-alunas, a partir de suas memórias individuais, explicitando momentos que marcaram o seu processo formativo no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã. E, com base nas narrativas dos antigos professores, foi possível registrar informações sobre como as disciplinas com os seus respectivos conteúdos foram desenvolvidas no Curso, mediante atividades, práticas, trabalhos realizados, materiais didáticos produzidos e utilizados.

Para Le Goff (1996, p. 423), “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. É por meio da memória que as pessoas lembram do passado, ou o que consideram como passado; nela são armazenadas certas informações que marcaram a trajetória de vida. No entanto, ao lidar com memória, é necessário ter cautela, pois, como aponta Thompson (1997, p. 57), ela “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”. Por esse motivo, a memória deve ser questionada a todo momento.

Cabe mencionar que a Pandemia do Covid 19³, não inviabilizou a pesquisa em relação a contato pessoal, pois o levantamento e a seleção dos documentos da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã tiveram início no começo do mês de setembro do ano de 2021, momento em que, com todos os cuidados como distanciamento, uso de máscara e de álcool em gel, foi possível ir até a escola, e quanto às entrevistas, todas foram realizadas pessoalmente e com os devidos cuidados.

Todo o conjunto de fontes documentais e orais foi analisado à luz dos referenciais teóricos que deram sustentação a esta pesquisa.

³ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A maioria das pessoas que adoece em decorrência da COVID-19 apresenta sintomas leves a moderados e se recupera sem tratamento especial. No entanto, algumas pessoas desenvolvem um quadro grave e precisam de atendimento médico, chegando até mesmo a óbito.

Esta dissertação está dividida em cinco seções. A primeira é constituída por esta *Introdução*, que contempla o objetivo geral e os objetivos específicos, os recortes temporal e espacial, a revisão da literatura e os aportes teórico-metodológicos da pesquisa.

A segunda seção, intitulada *História do Curso de Magistério nas décadas de 1970 a 1990*, aborda, inicialmente, a história do Curso de Magistério no Brasil. Em seguida, trata especificamente da história desse Curso no Estado de Mato Grosso do Sul. Por fim, discorre sobre o cenário de criação do Curso de Magistério em Itaporã, iniciando com a história desse município e culminando com o percurso histórico da educação escolar, que recebeu a instalação do Curso de formação de professores nos anos de 1970.

A terceira seção, intitulada *A implantação e o funcionamento do Curso de Magistério na “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” e os seus sujeitos*, discute, em um primeiro momento, a história e a organização da Instituição em que o Curso de Magistério foi criado e implantado. Em um segundo momento, versa sobre os sujeitos que fizeram parte desse Curso, no caso, alunos e professores.

A quarta seção, intitulada *Análise do currículo para a formação dos sujeitos no Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã”*, trata, inicialmente, das estruturas curriculares do Curso do Magistério focalizado na pesquisa. Em um segundo momento, discorre sobre as práticas do Curso de Magistério representadas nas narrativas dos sujeitos. Por fim, apresenta os materiais utilizados e produzidos no Curso de Magistério.

A quinta seção é constituída pelas *Considerações Finais*.

2 HISTÓRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990

Nesta seção, discutimos três pontos fundamentais para situar o objeto em estudo desta dissertação. Na primeira subseção, tratamos da história do Curso de Magistério no Brasil. Todavia, ao longo das reflexões, apresentamos como surgiu a formação de professores desde as Escolas Normais, perpassando pelo Curso de Magistério e chegando até o seu fechamento, a partir das prescrições Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em alguns estados brasileiros. Na segunda subseção, abordamos a história do Curso de Magistério em Mato Grosso do Sul, passando desde o seu surgimento na década de 1970, no ainda então Mato Grosso Uno, chegando até o seu fechamento no Estado no início dos anos 2000. Na terceira e última subseção, tratamos do cenário de criação do Curso de Magistério em Itaporã, iniciando com a história desse município e culminando com o percurso histórico da educação escolar, que recebeu a instalação do Curso de formação de professores em Itaporã.

2.1 O Curso de Magistério no Brasil

Para chegar ao Curso de Magistério, a história da formação de professores no Brasil passou por momentos decisivos. No entendimento de Saviani (2005), a trajetória histórica da formação docente no Brasil é marcada por três momentos principais. O primeiro refere-se à reforma da Escola Normal no Estado de São Paulo, em 1890. O segundo momento estende-se das reformas no ensino normal iniciadas no Distrito Federal, em 1932, por Anísio Teixeira, e no Estado de São Paulo, em 1933, por Fernando de Azevedo, que levou o modelo de Escola Normal a ser adotado por vários estados brasileiros e incorporado à Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. O terceiro momento abrange a reforma do ensino instituída em 1971, inscrita na Lei nº 5.692/1971, quando se deu a descaracterização do modelo de Escola Normal, ao ser criada a habilitação do Magistério, que desmantelou a tradicional formação de normalista. Foi nesse momento que o modelo de formação docente que havia sido historicamente construído com as escolas normais como locus privilegiado para a formação do professor primário foi desmontado, pela aprovação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971).

Antes de adentrar na abordagem sobre o Curso de Magistério, vale a pena retomar alguns aspectos que marcaram a trajetória histórica da formação docente no Brasil, para uma melhor compreensão da história desse Curso, como esclarece Saviani (2005).

No Brasil, os cursos específicos voltados à formação docente apareceram após a Independência, pela necessidade de organização da instrução popular na época. Então, em 15 de outubro de 1827, foi criada a primeira lei referente ao ensino primário, a lei das escolas de primeiras letras, responsável pela emergência do método do ensino mútuo⁴ (SAVIANI, 2005).

A primeira Escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, em 1835. Nos anos seguintes à criação dessa primeira Escola Normal, especificamente entre os anos de 1835 a 1846, foram instaladas instituições semelhantes em outras províncias, como em Minas Gerais, criada em 1835, mas instalada em 1840; na Bahia, criada em 1836, porém instalada em 1841; e em São Paulo, criada e instalada em 1846 (TANURI, 2000).

É fato que o Curso Normal, uma grande iniciativa para a formação de professores em todas as províncias, em 1849, no decorrer do Governo Imperial, foi fechado, pois substituído pelo regime de professores adjuntos, ou seja, auxiliares de professores em exercício. Neste tipo de formação, o estudante aprendia somente pela observação da prática, sem o auxílio de nenhuma teoria. No ano de 1859, foi criada uma nova Escola Normal em Niterói e mais quatro delas na década de 1860: uma em Pernambuco e uma no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); outra em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); e ainda outra, em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869 (TANURI, 2000; SAVIANI, 2005).

A instabilidade na criação de escolas normais permaneceu durante o Governo Imperial até o ano de 1870. Assim, a partir de 1870, as outras províncias brasileiras que ainda não haviam recebido uma Escola Normal, tiveram suas instituições criadas e instaladas, sendo as Províncias de Goiás e da Paraíba as últimas a terem instaladas suas escolas normais; no caso, a primeira, em 1884, e a segunda, um ano após, em 1885. Isto permite afirmar que todas as províncias brasileiras tiveram suas escolas normais criadas e instaladas antes da Proclamação da República. Depois no período republicano, esse processo de criação e instalação de escolas normais veio a se consolidar (TANURI, 2000).

No início do período republicano foi instituída a reforma da instrução pública com o Decreto nº 27, de 12 de março de 1890. Essa reforma se iniciou pela Escola Normal (SAVIANI, 2005). A esse respeito, Reis Filho (1995, p. 44) menciona: “Todo o aperfeiçoamento da instrução será impossível se não tivermos bons mestres, e estes só poderão sair de escolas

⁴ De acordo com Menezes (2001), este método também foi chamado de sistema monitorial, pois pregava que um aluno treinado ou mais adiantado deveria ensinar um grupo de alunos sob a orientação e supervisão de um inspetor.

normais organizadas em condições de prepará-los”, e o programa de estudo e prática docente da Escola Normal ainda era insuficiente. Tal reforma enriqueceu os conteúdos curriculares.

Novas cadeiras foram criadas. As matemáticas juntaram-se ao estudo da álgebra e escrituração mercantil; às ciências físico-químicas adicionaram-se as ciências biológicas; o estudo da língua materna foi ampliado; e a parte artística, profundamente modificada no estudo do desenho, foi alargada com a cadeira de música (solfejo e canto escolar); a educação física foi criada com as aulas de calistenia, ginástica e exercícios militares; finalmente, a geografia foi separada da cadeira de história, para maior latitude do ensino; e as ciências sociais contempladas com o acréscimo da cadeira de economia política e educação cívica, na qual se passou a oferecer noções de direito e de administração (REIS FILHO, 1995, p. 52).

Além da mudança nos conteúdos curriculares, essa reforma deu ênfase aos exercícios práticos de ensino. Conforme Saviani (2005), essa foi a principal inovação por ter sido criada uma Escola-Modelo, em anexo à Escola Normal. Esta era uma escola utilizada para a prática de ensino dos alunos do terceiro ano do Curso Normal, tendo o papel de prepará-los diretamente para a prática sem preocupação em promover uma educação teórica sistemática. Essa escola era dividida em três graus, sendo eles: 1º grau, direcionado às crianças de 7 a 10 anos; 2º grau, para crianças de 10 a 14 anos; e 3º grau, destinado a adolescentes de 14 a 17 anos. Junto a essa reorganização, houve a Reforma do Ensino Primário, que foi efetivada em 1892 e implantada em 1893, tendo como principal inovação a criação dos grupos escolares (SOUZA, R., 1998).

Outro momento marcante da história da formação de professores no Brasil ocorreu na década de 1930. Sobre o assunto, conforme já mencionando anteriormente por Saviani (2005), no ano de 1932, a reforma no Distrito Federal dirigida por Anísio Teixeira, e a de 1933 liderada por Fernando de Azevedo, em São Paulo, ambas inspiradas no movimento renovador, trouxeram uma grande alteração no ensino até então estabelecido, com o surgimento das escolas-laboratórios, formando professores por meio da utilização de bases científicas. Nesta concepção direcionada à fundamentação científica, Anísio Teixeira criou o programa que considerava ser o ideal para as Escolas Normais. Desta forma, surgiu a escola de professores implantada, primeiramente, no Distrito Federal, e, posteriormente, em São Paulo. A respeito da escola de professores do Distrito Federal, Vidal (2001) explica:

A constituição da Escola de Professores do Instituto de Educação era exemplo prático de observância do modelo ideal. No primeiro ano geral do curso, estudavam-se: Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História da Educação, Introdução ao Ensino – Princípios e Técnicas, Matérias de Ensino (Cálculo, Leitura e Linguagem, Literatura

Infantil, Estudos Sociais, Ciências Naturais) e Prática de Ensino (observação, experimentação e participação). (VIDAL, 2001, p. 82).

Com a estrutura acima descrita, a Escola Normal passou a ser Escola de Professores, seguindo toda essa nova maneira de formar docentes. A proposta que deu origem a esse modelo centrava a formação dos novos professores nas escolas experimentais, pois pretendia dar a formação um caráter científico, proporcionando, com isso, uma base de pesquisa aos processos formativos centrados na formação o aspecto profissional, que seria garantido por um currículo composto por um conjunto de disciplinas a serem frequentadas pelos alunos.

Em relação ao ensino normal, foi essa mesma orientação que prevaleceu em âmbito nacional com a aprovação do Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal, que dividiu o ensino normal em dois ciclos: o primeiro sendo de quadro anos, destinado a formar professores para atuarem no ensino primário e funcionárias em Escolas Normais Regionais, e o segundo no período de três anos, incumbido de formar professores do ensino primário e funcionárias em Escolas Normais e Institutos de Educação. Há que se ressaltar que esse modelo de Escola Normal proposto pela Lei Orgânica do Ensino Normal prevaleceu até a aprovação da Lei nº 5.692/1971 (SAVIANI, 2005).

A partir de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart, esse período teve como principais características autoritarismo, repressão e violência às manifestações discordantes ao regime imposto, que perdurou até 1985. Sob a égide do regime civil-militar⁵, implantado a partir de 1964, um novo horizonte se apontava no País, acompanhado da necessidade de urbanizar e de industrializar.

Com essa mudança ocorrida na política com o golpe civil-militar, foram exigidas adequações no campo educacional, implicando ajustes na legislação do ensino. Neste contexto, a política educacional era tida como “[...] uma certa forma de intervenção do Estado com vistas a assegurar a dominação política existente, a manutenção do processo de acumulação do capital e, por vezes, afastar focos de tensão e de conflito, para obter a hegemonia” (GERMANO, 1993, p. 32). Dessa maneira, o regime civil-militar utilizava a educação para atingir seus objetivos e interesses, instruindo a partir da ideia de que “todos” poderiam gozar das “benesses” que o “desenvolvimento” poderia proporcionar, inibindo a construção de qualquer outra forma de organização social diferente daquela difundida pelos militares (OLIVEIRA; SOUZA, 2012).

⁵ Os termos Regime Civil-Militar, Golpe Civil-militar, bem como Governo Civil-militar estão sendo empregados aqui conforme abordados por Alves (2005) que destaca o envolvimento, além dos militares, de corporações multinacionais, o capital brasileiro e o governo dos Estados Unidos.

Neste período, no que tange ao campo educacional, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, definindo normas de organização e funcionamento do ensino superior (SAVIANI, 2005; LUCKESI, 2005). Com tal legislação, as universidades passaram a ser reconhecidas como instituições mantidas pelo poder público sendo anuladas as verbas a elas vinculadas. Desta forma, o setor privado começou a penetrar cada vez mais na graduação e na pós-graduação; foi extinta a cátedra; o curso de graduação se dividiu em duas partes, em ciclo básico e ciclo profissional; criou-se o sistema de créditos por disciplinas; dividiu-se os cursos em semestres, entre outros (BRASIL, 1968).

A Lei nº 5.540/1968 foi norteadada pela concepção tecnicista, voltada a parâmetros financeiros. De acordo com Lira (2012), buscou-se uma combinação entre a racionalização das estruturas por meio do domínio de investimentos e a massificação do ensino. O presidente impôs o início dos trabalhos após os pareceres de uma comissão mista composta pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Este período ficou marcado por fortes ajustes em suas estruturas, por intermédio de leis que confirmaram o aparato coercitivo ao Estado, legitimando seu poder e autoritarismo por meio da sobreposição do poder Executivo ao Legislativo, o que resultou, na educação, especialmente no ensino superior, em várias mudanças, em prol da manutenção da ordem conturbada pela crise educacional no plano interno (LUCKESI, 2005).

Em 1971, a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) reformou o ensino de 1º e 2º graus, que fazia parte do I Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) lançado pelo governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Tal Reforma modificou os ensinos primário e secundário, introduzindo a denominação de “primeiro e segundo graus”. No lugar do curso primário até então desenvolvido em quatro séries, seguido do ensino secundário, dividido em curso ginásial de quatro séries e curso colegial de três, foi organizado um ensino de 1º grau de oito anos e um ensino de 2º grau com três a quatro anos, incluindo um ensino profissionalizante.

Nessa nova estrutura, no que diz respeito à formação de professores, desapareceram as Escolas Normais, sendo instituída a Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau (BRASIL, 1971). Ayache (2020, p. 23) ressalta que, “[...] dentre as mudanças contidas nas diretrizes que orientavam a formação de professores, estava a substituição gradativa das Escolas Normais pela Habilitação Específica para o Magistério”.

As Escolas Normais desapareceram e em seu lugar foi implantada a Habilitação Específica e 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau, tendo um currículo dividido em

disciplinas de núcleo comum que eram as disciplinas obrigatórias em todo o território nacional – matérias de comunicação e expressão como Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; Estudos Sociais, que era História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil; Ciências, que compreendia Matemática, Programas de Saúde e Ciências Físicas e Biológicas – e disciplinas especiais, as específicas da formação, responsáveis por abranger fundamentos da Educação que eram os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da Educação, além da disciplina Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau e didática, que incluía prática de ensino (SAVIANI, 2005).

Neste período, para os professores atuarem nos ensinos de 1º e 2º grau, de acordo com a Lei nº 5.692/1971, em seu artigo 30, precisava-se ter as seguintes formações:

Art. 30 – Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª série, habilitação específica de 2º grau; no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representado por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena. (BRASIL, 1971).

A habilitação específica de 2º grau se estabeleceu pelo Parecer nº 349/1972, o qual trouxe duas modalidades possíveis no curso. A primeira era a de sua realização em três anos, com carga horária total de 2.200 horas, a fim de formar o professor para lecionar até a 4ª série do ensino de 1º grau. A segunda modalidade, por sua vez, possuía duração de quatro anos, com carga horária total de 2.900 horas, permitindo ao docente lecionar até 6ª série de 1º grau.

Nos anos posteriores à implantação da HEM, a formação do professor em nível de 2º grau passou a ser foco de críticas no cenário educacional. Sobre isto, Tanuri (2000) assinala:

[...] críticas contundentes que as HEMs receberam no período diziam respeito: à dicotomia entre teoria e prática, entre conteúdo e método, entre núcleo comum e parte profissionalizante; à inexistência de articulação entre o processo de formação e a realidade do ensino de 1º grau; ao desprestígio social do curso e à sua inconsistência em matéria de conteúdo; à inadequação dos docentes ao curso, em termos de formação, tendo em vista a in experiência de muitos deles no ensino de 1º grau e a necessidade de assumirem várias disciplinas; à insuficiência e à inadequação dos livros didáticos; aos problemas pertinentes à realização do estágio de Prática de Ensino [...]. (TANURI, 2000, p. 82).

Além destes pontos mencionados por Tanuri (2000), convém acrescentar, ainda, conforme pontua Saviani (2009), que a queda nas matrículas na HEM impulsionou movimentos

em âmbitos federal e estadual, que envolveram discussões de projetos, pesquisas e propostas em torno da questão da formação de professores.

Em 1982, a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), no que diz respeito à profissionalização do ensino de 2º grau, passou por mudanças em decorrência da Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982), que alterou a obrigatoriedade da educação profissional. Em seu artigo 1º, a referida Lei estabeleceu que: “O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1982, sic). Por meio dessa Lei, a “qualificação para o trabalho” foi substituída pela “preparação para o trabalho”. Mesmo com essa substituição, a Lei nº 7.044/1982 acabou atendendo aos interesses capitalistas dos grupos privados que detinham o monopólio educacional de 1º e 2º graus, pois, de um lado, passou a ofertar o ensino de 2º grau de caráter propedêutico, voltado à preparação do seu alunado para o ingresso no Ensino Superior, tendo como público os filhos das classes mais abastadas, e, de outro, manteve a formação profissionalizante, entre elas, a HEM, direcionada aos filhos dos trabalhadores, o que acabava mantendo uma dualidade nessa etapa do ensino (CUNHA, 2014).

De acordo com Fiod (1983), a Lei nº 7.044/1982 foi fruto da própria flexibilidade da Lei nº 5.692/1971. Ela desmistificou a política de profissionalização do ensino de 2º grau evidenciando o fracasso da legislação anterior na tentativa de transmutar a realidade, pois não trouxe uma atividade transformadora, consciente e intencional realizada na educação e nem a realidade social.

Neste momento histórico, esse Curso de Magistério criado no intuito de promover uma educação voltada ao mercado de trabalho passou por algumas alterações, no que diz respeito à nomenclatura de algumas disciplinas e suas respectivas cargas horárias. As disciplinas voltadas a conteúdo e método de ensino passaram a ser denominadas de Metodologias do ensino e suas cargas horárias que anteriormente eram de 72 horas passou para 78 horas. Além disso, outras disciplinas específicas do Curso de Magistério, como Didática e Prática de Ensino, Recreação e Jogos, História e Filosofia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estatística Aplicada à Educação também tiveram suas cargas horárias ampliadas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a reforma implementada pela Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982) acabou resolvendo uma questão de ordem política, mas o problema pedagógico sobre a formação do professor de 2º grau permanecia. Com essa permanência, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e as Secretarias Estaduais de Educação, segundo

Cavalcante (1994), após encontros, estudos e debates, elaboraram o projeto CEFAM (Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), proposto pela Coordenadoria do Ensino Regular de Segundo Grau do MEC, no ano de 1982.

O projeto CEFAM foi criado para atender as necessidades, proporcionando formação inicial e continuada de professores de educação em pré-escolar e primeiras séries do ensino de 1º grau (SAVIANI, 2005). Esse projeto buscou promover a revisão curricular da formação de professores e, ao mesmo tempo, caracterizar-se pela ampliação de suas atividades pedagógicas e educacionais, visando redimensionar a habilitação específica para o magistério para que respondesse satisfatoriamente às necessidades da pré-escola e das séries iniciais da Educação Básica. O projeto “[...] pretendia contribuir para a qualificação de um profissional com competência técnica e política, comprometido com o social e capaz de atender as demandas da escola, e capaz de atender as acamadas populares, em sua maioria clientela da escola pública” (CAVALCANTE, 1994, p. 64).

Em 1983, ocorreu a implantação dos CEFAMs em alguns estados brasileiros que mostraram interesses em executar o projeto e, por isso, puderam contar com um suporte técnico e financeiro do MEC. Os primeiros estados a participarem desse projeto foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Bahia, totalizando 55 Centros instalados, respeitadas as suas diferenças regionais, concedendo liberdade a cada Secretaria de Estado de Educação para discutir e implantar suas unidades de CEFAM.

Em 1987, ocorreu a implantação de novas unidades

[...] por intermédio do projeto “Consolidação e Expansão dos CEFAMs”, os Centros foram estendidos a mais nove estados: Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Goiás e São Paulo, de modo a atingir 120 unidades em 1987. Em 1991 já existiam 199 Centros em todo o país, com 72.914 matrículas. Mediante o projeto “Bolsas de Trabalho para o Magistério”, foram asseguradas bolsas para garantir o tempo integral dos alunos e seu trabalho de monitoria nas séries iniciais do ensino fundamental. (TANURI, 2000, p. 82).

Isto evidencia que foi a partir desse segundo momento de implantação que os Estados da região Norte e Centro-Oeste receberam a instalação de seus CEFAMS, a partir de 1987.

Mesmo com a implantação do projeto do CEFAM em todas as regiões do Brasil, com unidades instaladas em diferentes municípios dos estados brasileiros, estas não atingiram todas as escolas públicas que funcionavam com o Curso do Magistério, assim, o Curso permaneceu funcionando também em diferentes municípios por todo o Brasil. Além disso, ainda que o

projeto CEFAM tenha sido criado para atender as necessidades da formação de professores, seu alcance quantitativo não foi como esperado, porquanto não houve nenhuma política que fizesse o aproveitamento da formação dos professores formados no CEFAM, nas escolas públicas de ensino, fatos que ocasionaram seu fechamento (SAVIANI, 2005).

Assim, no ano de 1988, houve propostas de elaboração de novas diretrizes e bases da educação nacional, chegando-se, assim, à Lei nº 9.394/1996, promulgada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Esta legislação estabeleceu que para o professor atuar na educação básica, composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, seria necessário o Ensino Superior, exigência que causou uma grande confusão, devido a um erro em sua escrita, que constava a formação mínima exigida como sendo o nível médio sem estabelecimento do prazo, levando os empresários de cursos de magistério de nível médio a não os fecharem.

Porém, em muitos estados brasileiros, os Cursos de Magistério, a partir da implantação da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), passaram a não promover a abertura de novas turmas, finalizando as turmas já em andamento e fechando esses cursos de formação de professores nas escolas. Tal medida passou a ser a esperança de se conseguir enfrentar com êxito o problema da formação docente, o qual as leis anteriores não conseguiram, como adverte Gatti (2010). Contudo, houve estados que permaneceram com os seus Cursos de Magistério em funcionamento, a exemplo do Paraná⁶.

2.2 O magistério em Mato Grosso do Sul

É oportuno esclarecer que, quando o Curso de Magistério foi instalado nas escolas em Mato Grosso, esse Estado não havia sido dividido, pois isso somente ocorreu no fim da década de 1970, quando o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31/1977, dividindo Mato Grosso e criando o Estado de Mato Grosso do Sul (QUEIROZ, 2006). Por essa razão, nos remetemos, inicialmente, a Mato Grosso, para depois adentrarmos nesta abordagem em Mato Grosso do Sul.

No território mato-grossense, o Curso de Magistério seguiu o mesmo percurso de outros estados brasileiros, tendo sido instalado no início da década de 1970, decorrente da Lei nº 5.692/1971, que extinguiu as Escolas Normais e em seu lugar foi implantada a Habilitação Específica e 2º grau para o exercício do Magistério de 1º grau.

⁶ Para saber mais, ver Cardozo (2021).

Anos após a implantação desta, a formação do professor em nível de 2º Grau constituía-se foco de críticas. A esse respeito, Pires (2016, p. 42) enfatiza que “[...] Há rumores de que, desde 1976, enquanto ainda fazia parte do Estado de Mato Grosso, a população não era atendida em suas necessidades de escolarização e, por consequência, havia uma alta taxa de evasão do ensino de 2º grau”. Isto evidencia que as deficiências no processo de escolarização do Estado refletiam também na oferta e na permanência dos alunos no Curso de formação de professores.

Mesmo com a divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul, esses problemas permaneceram no cenário educacional do novo Estado. Sobre o assunto, Pires (2016, p. 42) pondera que “[...] a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul sempre apresentou problemas no cumprimento legal da oferta do ensino de 2º Grau, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e ao apoio de pessoal capacitado”. Assim, o Curso de Magistério que se constituía em uma Habilitação Específica de 2º grau, que formava professores para atuarem nas séries iniciais de 1º grau, apresentava suas deficiências.

Como a situação da HEM impulsionava movimentos em âmbitos federal e estadual, que envolviam discussões de projetos, pesquisas e propostas em torno da questão da formação de professores, conforme pontuado por Tanuri (2000). Em Mato Grosso do Sul, durante o governo de Pedro Pedrossian (1980 a 1983), em uma parceria do Estado com o MEC, programas de formação docente foram implantados e fizeram parte do I Plano de Educação do Estado; programas nos quais foram desenvolvidos projetos voltados à formação de professores para as séries iniciais do Ensino 1º grau (AYACHE, 2020).

No governo de Wilson Barbosa Martins (1983-1986), emergiram várias demandas sociais como consequência das reivindicações reprimidas durante o governo da ditadura civil-militar⁷ e o objetivo deste governador foi trazer uma gestão democrática no sistema público de ensino (RODRÍGUEZ, 2014). Assim, a partir de 1983, foi desenvolvido o Projeto Vencer, que depois integrou o II Plano de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja vigência foi de 1985 a 1987. Neste período, a Coordenadoria Geral de Educação, por meio da Secretaria de Educação do Estado, executou um levantamento diagnóstico sobre o ensino de 1º e 2º graus e constatou que havia problemas administrativos no âmbito do magistério e da área pedagógica, além da inexistência de uma política educacional (PIRES, 2016).

⁷ A ditadura civil-militar foi uma forma de governo no país que tinha como intenção principal a solidificação do capitalismo. Nesse período, a educação era utilizada como uma ferramenta a favor dessa ditadura, servindo para difundir valores e ideologias, mantendo as mentes disciplinadas e sendo formadas para servir de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho por meio da educação técnica. (BOUTIN; CAMARGO, 2015).

Conforme Pires (2016), em Mato Grosso do Sul, fazia-se necessário uma organização da estrutura escolar política e pedagógica de forma que atendesse a demanda social local. Desta forma, os professores se movimentaram no governo de Marcelo Miranda Soares (1987-1991) tentando sanar os problemas educacionais do 1º e 2º grau, pois era nítida a precarização do trabalho docente, e embora este governador defendesse a proposta de democratização educacional, ele não lhe deu continuidade (RODRÍGUEZ, 2014).

Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, Mato Grosso do Sul ainda estava sob o comando de um governo centralizador imposto pelo regime ditatorial (SENNA, 2000). No entanto, começaram a haver significativas mudanças, como a aprovação do Terceiro Plano Estadual de Educação, contendo em sua proposta o discurso democrático. Neste Plano Estadual de Educação, visava-se recuperar o prestígio da escola pública. Para isso, foi lançado o Programa “Resgate do Prestígio da Escola Pública – Plano de Ação – 1989-1990”, elaborado pela Coordenadoria Geral de Educação e Coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Ozório. O foco era colocar medidas e investir em ações buscando a melhoria da qualidade do ensino público na Rede Estadual em nível de 1º e 2º grau no Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 1989).

No período de 1989 a 1992, a Rede Estadual de Ensino implantou, por meio das políticas educacionais, um projeto de expansão e redimensionamento do ensino de 2º grau denominado Master, por meio do qual foi possível diagnosticar a necessidade de melhoria na qualidade do ensino na escola pública, pois, diante dos índices de matrícula, eram poucos os alunos que posteriormente conseguiam ingressar na universidade pública e tinham a oportunidade de um ensino de maior qualidade (MATO GROSSO DO SUL, 1989). Assim, para atingir tal objetivo, foram criados no Estado 9 programas e 27 subprogramas, como segue abaixo:

1. Programa de Melhoria da Educação Básica - Subprograma de Educação Pré-Escolar; - Subprograma de Alfabetização; - Subprograma de Ensino de 1º Grau.
2. Programa de Melhoria da Educação Especial - Subprograma de Expansão da Educação Especial; - Subprograma de Atendimento à Educação Especial.
3. Programa de Melhoria da Educação de 2º Grau - Subprograma de Expansão do Ensino de 2º Grau - Subprograma de Reorganização Curricular.
4. Programa de Apoio ao Educando - Subprograma de Material Escolar; - Subprograma de Livros; - Subprograma de Saúde do Escolar; - Subprograma de Instituições de Ações Complementares; - Subprograma de Bolsas de Estudo; - Subprograma de Ajustamento de Vagas; - Subprograma de Desporto Escolar
5. Programa de Arte/Educação - Subprograma de Desenvolvimento Artístico; - Subprograma de Apoio à Cultura Popular
6. Programa de Educação Indígena - Subprograma de Apoio ao Ensino Indígena; 55 - Subprograma de Educação.
7. Programa Alternativo de Promoção Humana -

Subprograma de Centro de Orientação e Aconselhamento; - Subprograma de Oficina Pedagógica; - Subprograma de Centro de Inserção Social. 8. Programa de Municipalização do Ensino - Subprograma de Articulação; - Subprograma de Cooperação. 9. Programa de Investigação Científica - Subprograma de Pesquisa em Educação Especial; - Subprograma de Pesquisa em Educação Básica; - Subprograma de Pesquisa em Ensino de 2º Grau; - Subprograma de Pesquisa em Educação Indígena. (MATO GROSSO DO SUL, 1989).

Entre os programas, o que mais se destacou foi o de melhoria de Educação para o 2º grau com os seus subprogramas: Expansão do Ensino de 2º Grau e Reorganização Curricular (MATO GROSSO DO SUL, 1989). Este segundo subprograma, por sua vez, incluía o projeto do Curso de Magistério, que propunha a implantação do CEFAM no Estado (AYACHE, 2020).

Somente em 1987 Mato Grosso do Sul manifestou o seu interesse em aderir ao projeto do CEFAM, que começou a funcionar em âmbito nacional no ano de 1982. De acordo com Silva, D. (1996, p. 51), os motivos que levaram o Estado a implantar o CEFAM foram “A reorganização administrativa e pedagógica da escola e a elaboração de uma proposta curricular que atendesse os cursos de formação docente para o cumprimento de garantir a diminuição da evasão e repetência no ensino de 1ª grau (1ª à 4ª série)”. A aprovação do projeto do CEFAM ocorreu em 1989 pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS).

Hamdan (2000) menciona que o Projeto CEFAM foi implantado de forma gradativa no Estado:

[...] iniciando em Campo Grande, na EEPSG “Joaquim Murtinho”, em 1989. No ano seguinte, foram implantados em outras escolas: EEPSG “Maria Leite” (Corumbá), EEPSG “Silvio Ferreira (Coxim), EEPSG “Cel. Pedro José Rufino” (Jardim) e EEPSG “Aracilda Cícero Corrêa da Costa” (Paranaíba); Para 1991, previu-se a implantação do Projeto CEFAM nas EEPSG “Adê Marques” (Ponta Porã) e EEPSG “Dom Aquino Corrêa” (Três Lagoas). (HAMDAN, 2000, p. 241).

Importa esclarecer que o Projeto do CEFAM foi iniciado na Escola Estadual de 1º e 2º graus Joaquim Murtinho, situada em Campo Grande, devido ao fato de essa Instituição atender aos critérios determinados tanto pelo Ministério da Educação e Cultura quanto pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Como se pode observar, o Projeto CEFAM, depois de 1989, foi instalado em escolas da rede pública estadual de outros municípios de Mato Grosso do Sul, como Coxim, Corumbá, Jardim, Paranaíba, Três Lagoas, Ponta Porã. Segundo Serra (1993), o Projeto CEFAM seria instalado em

[...] uma Escola da rede estadual que se proporia ampliar suas funções para além da formação de recursos humanos para séries iniciais do 1º grau e pré-escolar, na medida em que passaria a exercer, também, a função de aperfeiçoar docentes que já se encontravam no exercício do magistério desses graus de ensino. (SERRA, 1993, p. 85).

Segundo o projeto do CEFAM aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, em 1989, os seus objetivos eram os seguintes:

[...] habilitar docentes para o Magistério da Pré-Escola à 4ª série do 1o Grau; Elaborar e atualizar, periodicamente, uma proposta curricular que venha subsidiar as demais Escolas de Magistério da Rede Pública de Ensino de MS; aperfeiçoar docentes em exercício, da Pré-Escola à 4a. Série do 1o Grau e da Habilitação em Magistério da Rede Pública através do oferecimento regular de cursos, encontros, assessorias, e outros, tomando como referencial o acompanhamento de suas atividades; incentivar a pesquisa, discussões e estudos relativos às questões educacionais, articulando com os demais graus de ensino [...]. (SERRA, 1993, p. 169-170).

Ainda, conforme o Art. 2º do Decreto nº 5.719, de 05 de dezembro de 1990, esse projeto buscava:

- I - Assegurar a formação básica comum, garantindo as especificidades do Curso de 2º Grau - Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau – 1ª a 4ª série e Pré-Escolar, observadas nas Diretrizes Gerais estabelecidas pelo Sistema Estadual de Ensino;
- II - Definir e adequar propostas pedagógicas para os Cursos de 2º Grau - Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau – 1ª a 4ª Série e Pré-Escolar, a nível regional, em consonância com as Diretrizes Gerais do Sistema Estadual de Ensino;
- III - Formar científica, técnica e profissionalmente os alunos do Magistério para o exercício da profissão de professor de 1º Grau – 1ª a 4ª Série e Pré-Escolar;
- IV - Aperfeiçoar docentes em exercício na Rede Estadual de Ensino em nível de Pré-Escolar, 1º Grau – 1ª a 4ª série e 2º Grau – Habilitação Específica para o Magistério;
- V - Incentivar a pesquisa, discussão e estudos relativos a questões educacionais, através da articulação com os demais graus de ensino de instituições afins, com vistas a atualização técnica e científica. (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

O projeto do CEFAM aderido por Mato Grosso do Sul possuía as mesmas características que as do projeto nacional, principalmente quanto ao fato de proporcionar capacitação aos professores formados em cursos de magistério e que já exerciam a profissão docente nas escolas (AYACHE, 2020). O planejamento do Curso voltava-se à articulação dos fundamentos teóricos

com os práticos do processo de ensino aprendizagem. O projeto “[...] pretendia contribuir para a qualificação de um profissional com competência técnica e política, comprometido com o social e capaz de atender as demandas da escola, e capaz de atender as acamadas populares, em sua maioria clientela da escola pública” (CAVALCANTE, 1994, p. 64).

O Decreto nº 719, de 05 de dezembro de 1990, publicado no Diário Oficial nº 2946, de 06 de dezembro de 1990, explicita que o CEFAM/MS na formação dos alunos de 2º grau, deveria funcionar somente no período diurno, além de mostrar o corpo técnico do Curso e a quantidade e número máximo de vagas para os discentes:

Parágrafo Único - Em caráter excepcional, os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério- CEFAM, poderão funcionar no período noturno, devendo, para tanto, apresentar justificativa à Secretária de Educação para aprovação.

Art. 3º O corpo técnico do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério será constituído pelos seguintes profissionais: - 01(um) Coordenador Geral - 01(um) Supervisor Escolar para as disciplinas do Núcleo Comum - 01(um) Supervisor Escolar para as disciplinas da Parte Diversificada - 01(um) Orientador Educacional

Parágrafo Único- para lotação destes elementos serão observadas as normas contidas no projeto de cada CEFAM. Art. 7º As vagas oferecidas para o corpo discente dos CEFAM serão preenchidas por meio de processo de seleção a ser definido pelos respectivos

Centros, priorizando alunos egressos da Rede Oficial de Ensino.

Art. 8º Fica estabelecido em trinta o número máximo de alunos por turnos nos Cursos de Magistério dos CEFAM. (MATO GROSSO DO SUL, DECRETO 719, 1990).

Embora a intenção de funcionamento do Curso do CEFAM fosse somente no período diurno, houve uma grande demanda para a sua oferta no noturno, pois se tornava inviável para as pessoas que desejavam cursá-lo, mas trabalhavam de forma integral. Para atender aos alunos do noturno, a Secretaria do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 2 de agosto de 1990, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul uma sugestão de ajuste na matriz curricular do CEFAM para aprovação, sendo ela a redução da carga horária de algumas disciplinas pertencente ao núcleo comum, como Língua Portuguesa, Matemática Literatura e Inglês, além de Sociologia da Educação. Outra mudança foi em relação à quantidade de dias letivos, pois, como os alunos eram empregados no comércio, não havia espaço para reposições de aulas, pelo fato de o sábado já ser letivo (MATO GROSSO DO SUL-CEE/MS, 1990). Assim, o CEFAM também passou a funcionar no período noturno.

Não podemos deixar de mencionar que mesmo com a implantação do CEFAM em Mato Grosso do Sul, a partir de 1987, em um segundo momento de instalação pelos estados

brasileiros, os Cursos de Magistério continuaram funcionando no Estado, pois esse projeto não teve as suas unidades instaladas em vários municípios sul-mato-grossenses. Na realidade, o projeto funcionou apenas na capital, Campo Grande, e nos municípios de Coxim, Corumbá, Ponta Porã, Paranaíba, Três Lagoas e Naviraí (ARCANJO, 2021).

Mesmo que no início da década de 1990, o Projeto CEFAM tenha sido atingido por muitas influências das políticas públicas de Mato Grosso do Sul, como o descaso político e econômico em relação aos cursos de formação de professores e os financiamentos que se destinavam às primeiras séries do 1º grau. Na política governamental, existiu um forte interesse pelo ensino de 1º grau (ARNONI, 2001).

O CEFAM teve continuidade e trouxe muitas melhorias ao ensino de 2º grau, tanto que sua expansão no Estado de Mato Grosso do Sul era parte de um Programa da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, denominado Melhoria do Ensino de 2º Grau. A sua expansão para a qualificação docente se justificou pela quantidade de pessoas analfabetas, na idade de 5 a 9 anos ou com mais de 30 anos. Mesmo que o projeto do CEFAM tenha promovido melhorias ao ensino de 2º grau, em Mato Grosso do Sul, este projeto foi desenvolvido até aproximadamente o ano de 1999, após a promulgação da Lei nº 9.394/1996.

Assim como em outros estados brasileiros, em Mato Grosso do Sul, após a implantação da Lei nº 9.394/1996, não somente parou de funcionar o Curso de Magistério junto às unidades do CEFAM, mas também os Cursos de Magistério operados em outras instituições, pois as escolas passaram a não ofertar novas turmas e finalizaram as existentes, até o fechamento desse Curso no início dos anos 2000.

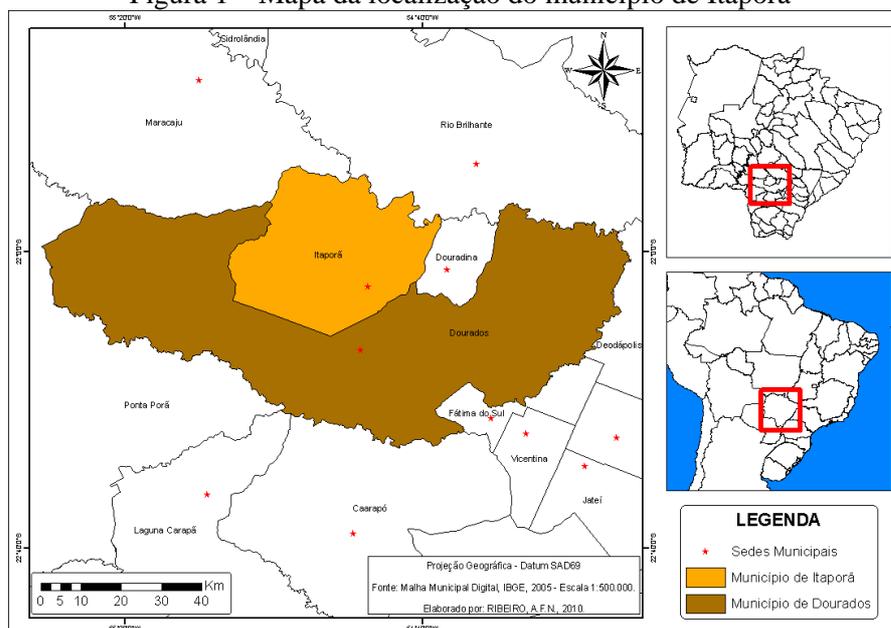
2. 3 O Cenário de Criação do Curso de Magistério no Município de Itaporã

Para melhor compreender a criação do Curso de Magistério de Itaporã, fez-se necessário, inicialmente, abordar a história desse município e, em um segundo momento, tratar do seu cenário educacional.

2.3.1 História do Município de Itaporã

O município de Itaporã está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, especificamente no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, próximo ao município de Dourados, conforme podemos observar no mapa representado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa da localização do município de Itaporã



Fonte: Nogueira (2011)

Esta imagem reforça a proximidade do município de Itaporã, que aparece no mapa na cor alaranjada, ao município de Dourados, representado na cor marrom. Além disso, possibilita notar que os municípios de Douradina, Maracaju e Rio Brillhante também estão próximos a Itaporã. Vale a pena acrescentar, embora não esteja evidenciado no mapa, que as Aldeias indígenas Jaquapirú e Bororó, situadas em Dourados, também se situam próximas a Itaporã.

O Município em foco está subdividido em: Itaporã (sede) e com os distritos de Carumbé Montese, Piraporã e Santa Terezinha, que foram criados entre o final da década de 1950 e início da década de 1960.

É importante informar que Itaporã pertence à microrregião denominada como “Grande Dourados”, que abrange uma área de 21.329,50 Km² e atualmente é um dos principais polos econômicos de atração do Estado, sendo composta por 13 municípios: Dourados, Caarapó, Jutí, Itaporã, Maracaju, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodópolis⁸ (SANTANA JUNIOR, 2009).

Importantes fatores históricos foram responsáveis pelo desenvolvimento de Itaporã, que teve o seu surgimento a partir da Colônia Municipal Agrícola de Dourados. O termo “Itaporã” tem origem tupi, cujo significado é “pedra bonita”. O nome dado ao município é uma junção dos termos itá (“pedra”) e porang (“bonito”) (ITAPORÃ, 2020).

⁸ Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Rural da Grande Dourados – MS. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundação Cândido Rondon, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio047.pdf. Acesso em: 21 fev.

O início de Itaporã se deu no dia 20 de janeiro de 1923, época em que Pedro Celestino Corrêa da Costa, o então Presidente do Estado, destinou para a colonização 50 mil hectares localizados entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã. “Doze anos depois, na data de 20 de dezembro de 1935, com a criação do município de Dourados, a referida área que estava reservada para colonização passou a integrá-lo” (BRASIL, 1958, p. 197).

No ano de 1946, o prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior, resolveu explorar as terras reservadas e que já estavam sendo medidas, com o firme propósito de colonizá-las. Na exploração, o prefeito localizou uma pequena área com baixa vegetação, a qual deu o nome de Colônia Municipal Agrícola de Dourados, e, procedendo, realizou a distribuição dos primeiros lotes do novo povoado. A Figura 2 apresenta o mapa com a área pertencente à Colônia Municipal Agrícola de Dourados.

Figura 2 – Mapa da área pertencente à Colônia Municipal Agrícola de Dourados



Fonte: Carli (2005)

Antes do processo de colonização ocorrido na localidade, na década de 1940, ela foi habitada por índios Terenas – atualmente, ainda há alguns que residem à margem do rio Panambi sob proteção do Governo Federal.

Na época, fazia-se necessária a demarcação de lotes, então, as pessoas que chegavam à Colônia Agrícola Municipal de Dourados (atual município de Itaporã) faziam a demarcação de lotes e iam a pé até a prefeitura de Dourados requerer a sua posse. Assim, devido à grande

quantidade de colonos requerendo suas porções de terra, foi nomeado, em Dourados, o Sr. Inácio Félix para fiscal e coordenador da distribuição dos lotes (ITAPORÃ, 2018).

Apenas por volta da década de 1940, os lotes desse lugar começaram a ser ocupado por migrantes. Chegaram, primeiramente, sete famílias, as quais se instalaram perto do Córrego Canhadão, dentre elas: as famílias de Rogério Moura e Isabel Moura; Inácio Felix e Joaquina Moura; Miguel Moura e Maria Carolina Gimenez Moura; Antônio Camilo Diniz e Maria Licinda Diniz; Januário Rodrigues e Maria Odília; Benedito Pereira e Maria Camilo; Joaquim Rodrigues e Brolínea Camilo (ITAPORÃ, 2018).

A Colônia Municipal Agrícola de Dourados, que passou a ser chamada de Patrimônio Novo, São José Esperança e Panambi, era um pequeno local de muita vegetação, que, aos poucos, foi sendo colonizado e crescendo em termos de população. O aumento da quantidade de famílias proporcionou o desenvolvimento de trabalho, atividades agrícolas e extrativas.

Nessa época, havia muita derrubada de árvores para a retirada da madeira. Entre as árvores derrubadas, a única madeira que não era vendida para as serrarias era a aroeira, cuja madeira possui grande durabilidade e pertencente à região, muito utilizada pelos colonos para cercar pastagens em geral, além da utilização em suas edificações para moradia (CARLI, 2005).

Os trabalhos desenvolvidos em Itaporã enquanto ainda Colônia eram os relacionados às plantações, conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958). Os principais produtos agrícolas eram: arroz, feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e laranja.

Além dessas plantações, havia o cultivo de café. Na década de 1950, para circular de forma mais rápida de uma região para a outra, os colonos costumavam utilizar um animal, o cavalo. Esta era uma das ou a única maneira de se chegar mais rápido ao destino. Os colonos enfrentaram muitas dificuldades em relação às entradas de acesso no transitar de um local a outro na Colônia Municipal Agrícola de Dourados para instalar-se. Seu trabalho iniciava-se na realização de derrubadas, pois a área comportava uma grande mata fechada (CARLI, 2005).

A Colônia Municipal Agrícola de Dourados passou por um longo processo até se emancipar e ser considerada um município. No ano de 1953, os moradores residentes nesse território a mais tempo, como Durval Gomes da Silva, Pedro Rodrigues, Luiz Alves Filho, Atilano Apolinário de Alencar, Waldomiro Ferreira dos Reis, Joaquim Custódio de Lima, Totonho, Aurenô Arnaldo Cordeiro, Messias Cordeiro da Silva e outros, formaram uma comissão, coletaram assinaturas e fizeram uma petição enviada ao governador do Estado, Fernando Côrrea da Costa, solicitando a criação do município (RODELINI, 2015). Essa solicitação fundamentava-se no fato, de neste período, a Colônia ter “grande população, até

então, aqui residente, e o desenvolvimento alcançado em suas atividades agrícolas e extrativas” (CORDEIRO, 2010, p. 41). A Imagem 2 mostra a reunião ocorrida para coletas das assinaturas.

Imagem 2 – Reunião para coletar assinaturas pró-emancipação da Colônia Municipal Agrícola de Dourados



Fonte: Rodelini (2015)

A Imagem 2 permite-nos perceber que a reunião destinada à coleta de assinaturas para a criação do Município de Itaporã contou com uma participação significativa de homens moradores na Colônia Municipal Agrícola de Dourados. Além disso, possibilita-nos observar que esses sujeitos usavam, na ocasião, chapéus e trajes formais, com calças sociais e camisas de manga longa, muitos deles usando até paletós e ternos na cor branca.

É interessante destacar que esse grupo de homens estava reunido em um lugar de baixa vegetação com uma grande mata ao fundo, onde, a uma pequena distância da reunião, havia a construção da Igreja Matriz de Itaporã, levando-nos a entender que estavam situados no local onde atualmente é a Praça Central de Itaporã. Certamente, o registro da reunião para coletar assinaturas pró-emancipação da Colônia Municipal Agrícola de Dourados, corresponde ao que Betencostta (2011, p. 407) aponta sobre a fotografia de que ela testemunha o que “aconteceu assim”, pois foi, de fato, toda esta movimentação política realizada apenas com a participação de homens, como bem permite visualizar a fotografia, que possibilitou a emancipação da então Colônia e sua elevação a categoria de município.

Uma questão que chama atenção em relação a essa movimentação política de coleta de assinaturas para elevação da Colônia Municipal Agrícola de Dourados, a categoria de município, como adverte Rodelini (2015), é a ausência da presença de mulheres, pois as esposas

dos colonos não participaram deste momento político importante para a criação do município. Embora já tivessem adquirido seu direito ao voto perante o cenário nacional da época, com a Constituição de 1934, estiveram excluídas deste momento de movimentação política local.

Mesmo não havendo participação de mulheres na reunião de coleta de assinaturas para emancipação da Colônia Municipal Agrícola de Dourados, ainda no ano de 1953, os deputados Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz apresentaram um Projeto de Lei para elevar a Colônia a município, devido ao progresso alcançado (CORDEIRO, 2010). Em 13 de dezembro de 1953, o jornal douradense *O Progresso* publicou o artigo intitulado “Illegal: a criação do município de Panambi” sobre a criação do novo município:

Estamos informados que numerosos moradores da Colônia Municipal, estão formulando um abaixo assinado dirigido ao Governo do Estado, demonstrando a ilegalidade e inoportunidade da criação do Município de Panambi, eis que não foi consultada a Prefeitura Municipal, como exige a lei e nem sequer aquela localidade não sendo Distrito, podia ser elevado a município. Por outro lado, julgam má a medida e eis que o município de Panambi, caso venha a ser confirmada sua criação, será fatalmente um município pobre, sem recursos para a sua própria manutenção (O PROGRESSO, 13/12/1953, n. 137, p. 1).

Mesmo com muitas polêmicas a respeito deste ato, a criação de Itaporã ocorreu por meio da Lei nº 65, de 28 de dezembro de 1953. No intuito de revogar tal Lei, o advogado da prefeitura de Dourados, Weimar Gonçalves Torres, a contestou, alegando ser inconstitucional criar um município sem antes o território ser distrito. Foram feitas várias publicações nos jornais *O Progresso* e no *Jornal Douradense* e ações legais para a revogação da Lei, no entanto, por meio da causa judicial entregue aos deputados Dr. Camilo Ermelindo da Silva e Dr. Francisco Leal de Queiroz, não houve êxito na revogação da lei de criação do município (RODELINI, 2015).

Assim, a criação do município de Itaporã foi instituída pela Lei Municipal nº 659, de 10 de dezembro de 1953, e ratificada pela Lei nº 370, de 31 de julho de 1954, integrada à comarca de Dourados, tendo como responsável pela administração do novo município o Senhor Durval Gomes da Silva, até a primeira eleição, que aconteceu em 1954. O Artigo 1º da Lei nº 370, de 31 de julho de 1954, que ratificou o Art. 1º da Lei de Criação do Município (Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953) que trata das divisas, possui o seguinte texto:

Art. 1º – Fica Criado o Município de Itaporã que terá os seguintes limites. Partindo da cabeceira do Córrego Peroba, por este abaixo margem direita, até a sua foz no rio Santa Maria descendo por este margem direita até sua confluência no Rio Brillhante, por este abaixo margem direita até sua foz no

córrego Panamby, Paranamby ou Parnamby, pelo qual sobre margem esquerda até a sua cabeceira mais alta, daí por uma reta ao espigão divisor das águas do Rio Brilhante com Dourados, e daí pelo espigão divisor de águas desses 2 rios até o ponto mais próximo da cabeceira do Córrego Peroba, daí por uma reta a essa cabeceira do Peroba, onde teve começo, fica assim determinado os limites do Município de Itaporã. (MATO GROSSO, 1953, s. p.).

Na data de 31 de janeiro de 1955, foi instalada a primeira e atual legislatura, ficando a Câmara Municipal composta de 5 vereadores: “Antônio Vicente de Almeida - Presidente; Aureno Arnaldo Cordeiro - Vice-Presidente; Paulo Miyagui, Marciano José da Silva e Geraldo Barcelos da Costa. Nessa mesma data foi empossado para a cidade o primeiro Prefeito eleito, José Teixeira da Silva” (BRASIL, 1958, p. 198).

Após ter sido elevado à categoria de município, Itaporã continuou enfrentando grandes desafios, pois, no início, não havia estrutura e equipamentos para o seu desenvolvimento, e a prefeitura de Dourados não se posicionava a seu favor, pressionando os proprietários rurais a não recolher impostos. No entanto, aos poucos, Itaporã superou as dificuldades e se aparentou cada vez mais como um real município (RODELINI, 2015).

Itaporã, também entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, passou a contar com 4 distritos. O Distrito de Carumbé foi criado por meio da Lei nº 1.171, de 21 de novembro de 1958, e fica onde é hoje conhecido como Carumbezão. O Distrito de Montese surgiu com um aglomerado espontâneo de colonos em uma área dada como pouco produtiva e também foi oficializado em 1958. O Distrito de Santa Terezinha teve o seu surgimento quando algumas famílias começaram a abrir caminho em uma mata cerrada, em terras pertencentes a Theodoro da Silveira Mello, apoiadas pelo prefeito municipal da época, Aurenô Arnaldo Cordeiro (1959-1963). Houve grandes conflitos quando os policiais chegaram para expulsar da terra as famílias que ali habitavam; as mesmas, com o apoio do prefeito Aurenô, bloquearam a ponte do Córrego Sardinha, pois queriam a posse de terra (SILVA, A. S., 2004)⁹. O Distrito Paz de Pirapora foi criado pela Lei nº 2.060, de 14 de dezembro de 1963 (ITAPORÃ, 2018).

Importa destacar que, neste período, o município de Itaporã tinha grande parte de sua população residindo no meio rural, mais precisamente nos quatro distritos – Montese, Piraporã, Santa Terezinha e Carumbé – e nas fazendas e sítios neles situados. A esse respeito, Nogueira

⁹ Somente no início da década de 1980 foi feito um acordo entre o Governo Estadual e o proprietário. Com o passar dos anos, os colonos foram adquirindo seus direitos e a colônia se tornou produtiva, mas somente após 20 anos de luta dos colonos, em 1982, que houve a titulação da Gleba Santa Terezinha e os lotes foram espedidos a eles por meio do projeto Fundiário de Dourados no governo de Pedro Pedrossian (SILVA, A. S., 2004). Nesse mesmo ano de 1982 foi criado o distrito Santa Terezinha, pela Lei nº 326, de 06 de janeiro de 1982.

(2011) aponta que, fazendo uma comparação entre os dados do Brasil, do Mato Grosso do Sul e de Dourados, Itaporã apresentava um maior percentual populacional na zona rural. Sendo a cidade de Itaporã, sede do município, cercada por áreas rurais, pertencente a esses quatro distritos mencionados.

Mesmo com as dificuldades vivenciadas no início de sua criação, Itaporã se estruturou progressivamente. No ano de 1960, já contava com 12 mil habitantes (ITAPORÃ, 2018). A Imagem 3 apresenta a praça central e, além disso, mostra a Igreja Católica do município na década de 1960.

Imagem 3 – Praça central de Itaporã e a igreja matriz da paróquia São José ainda em fase de construção



Fonte: Itaporã (2018)

A fotografia acima explicita a área central de Itaporã no início da década de 1960. Por meio dela é possível notarmos que a parte urbana do município, no caso, a cidade de Itaporã, ainda apresentava características rurais, com as ruas em terra batida, sem nenhum tipo de asfaltamento, e a população utilizando charrete com cavalos como meio de transporte. Além disso, possibilita-nos verificar a Igreja Católica, a Paróquia São José (atual Igreja Matriz), ainda em fase de construção. À sua frente, a praça central de Itaporã, onde já havia calçada. O calçadão era rente ao chão, e em seu entorno havia algumas casas até mesmo com características residenciais e comerciais. Ao fundo, também percebemos a presença de uma alta caixa d'água.

Ainda no referido período, outras melhorias foram feitas na cidade de Itaporã, entre elas, a instalação do cinema, o “CINE ITAPORÃ”, cujo propósito era o de servir como uma atividade de entretenimento, voltada ao lazer, destinada principalmente à população local.

Já no final da década de 1960, mais precisamente no ano de 1968, transformações começaram a deixar o município com um aspecto menos rural e com características mais urbanas. Ao retornar à área central de Itaporã, por meio da Imagem 4, percebemos mudanças. A fotografia apresenta a praça central e a Igreja Católica, bem como registra a presença de casas comerciais, carros, caminhões e ônibus da época circulando pela cidade de Itaporã.

Imagem 4 – Praça central de Itaporã, igreja matriz e comércios (1968)



Fonte: Itaporã (2018)

Na Imagem 4, referente à área central de Itaporã em 1968, a rua aparece toda asfaltada, sobre a qual circulam carros, ônibus e caminhões da época – alguns desses veículos também estão estacionados. Trata-se de uma imagem que evidencia o desenvolvimento da cidade, não somente com o asfaltamento de suas ruas, mas com a presença de meios de transportes mais modernos e um bom incremento de casas comerciais, além da Igreja finalizada, se destacando como edificação no centro da cidade.

Embora as plantações de café já fizessem parte do cenário dessa localidade, mesmo antes de Itaporã ser elevado à categoria de município, uma empresa cafeeira chegou a ser

instalada no município somente na década de 1970, com a denominação de Cafeeira São José, conforme podemos observar a partir da Imagem 5.

Imagem 5 – Cafeeira São José no início da década de 1970



Fonte: Itaporã (2018)

Nesta imagem, é possível observarmos uma grande construção de alvenaria destinada à Cafeeira São José. À sua frente há carros estacionados e caminhões carregados, todos da marca Ford. Os caminhões estão carregados, em sua maioria, de sacos de café. Em cima do caminhão localizado próximo à porta da Cafeeira, e perto de alguns outros automóveis, encontra-se um grupo de trabalhadores e em primeiro plano da fotografia há seis homens e duas crianças que, aparentemente, trabalhavam no local ou eram fornecedores de grãos de café. As crianças eram, provavelmente, filhos dos homens posicionados à frente do registro fotográfico. Todos os homens estão bem vestidos, com calças compridas, camisas e blusas de frio, pois, provavelmente, tratava-se de um período de frio em Itaporã. Contudo, apenas um dos meninos veste roupas de frio; o outro, ao lado do pai, está vestido de shorts e camiseta de manga curta.

Itaporã, desde antes de sua elevação a município, constituiu suas bases econômicas assentadas na agricultura e se desenvolveu como um município agrícola. Embora a lavoura cafeeira tenha deixado de ocupar um papel de destaque na economia do município nas décadas

de 1980 e 1990, a produção de soja e trigo ganhou posição no cenário econômico dessa localidade (RAMOS, 2018).

2.3.2 O Cenário Educacional de Itaporã

O processo de escolarização em Itaporã se iniciou nas próprias casas e também não abrangia todas as crianças da população local, pois naquela época não havia escolas na localidade. Contudo, com a instalação da Colônia Municipal Agrícola, ocorreu, pela primeira vez, a chegada de uma professora que passou a ministrar aulas as crianças nas áreas de abrangência dessa Colônia. A esse respeito, Rodelini e Brazil (2017) apontam:

A escolarização da infância em Itaporã teve início nos anos de 1945, ainda quando o município pertencia a Dourados, tendo a Sr.^a Olímpia Moura como primeira professora a ministrar aulas na Colônia, atendendo principalmente os filhos dos vizinhos em sua própria residência. (RODELINI; BRAZIL, 2017, p. 112).

Nesta época, as professoras costumavam dar aulas em suas casas. As mulheres que desejavam ser docentes se dirigiam à prefeitura de Dourados e pediam nomeação, e, se nomeadas, o município lhes dava uma contribuição simbólica (CORDEIRO, 2010).

Porém, com o crescimento no número de crianças em idade escolar, a prefeitura de Dourados teve que providenciar um local próprio para o seu ensino (RODELINI; BRAZIL, 2017). Isto ocorreu com a chegada dos migrantes de diversas regiões do país a Itaporã, pois o município recebeu uma nova demanda de crianças em idade escolar, intensificando a necessidade de investimento na escolarização da infância. Sobre este local próprio para ensinar as crianças nessa época em Itaporã, Claro (2014 apud RODELINI, 2015) indica:

Conforme depoimento de Aurena Cordeiro Claro (23/7/2014), o prédio era uma espécie de barracão e se localizava na atual Avenida São José, perto da igreja São José. Segundo a ex-aluna das Escolas Reunidas, no ano de 1953, a referida escola dividia o prédio com a prefeitura, sendo que dois cômodos eram reservados para a escola e os outros dois destinavam-se às dependências da prefeitura. Na casa aos fundos morava a professora.” Como podemos ver, até então não se tem uma escola em si, mas já começa a melhorar, pois as crianças já tem um lugar dedicado à educação por mais que ainda seja em divisão com a prefeitura (CLARO, 2014 apud RODELINI, 2015, p. 90).

Assim, no ano de 1953, a escola passou a dividir espaço com a prefeitura, tendo dois cômodos destinados ao seu uso e os outros dois para as dependências da prefeitura. No entanto,

não demorou muito tempo para essa escola ser transferida, de acordo com depoimento de Aurena Cordeiro Claro (23/7/2014), “para um novo local, ao lado do antigo cemitério, e passando a ser denominada de Escola Reunidas de Itaporã” (CLARO, 2014 apud RODELINI, 2017, p. 112), por meio do Decreto nº 1.927, de 14 de julho de 1954. Além da Escola Reunidas de Itaporã, já havia, em 1954, sete Escolas Isoladas mantidas pelo Estado.

A Escola Reunidas de Itaporã, um ano após a sua elevação a categoria de escola reunida, por meio do Decreto nº 2.197, de 17 de agosto de 1955, foi transformada em Grupo Escolar com a denominação de Antônio João Ribeiro (RODELINI; BRAZIL, 2017). “Este Grupo Escolar, além de ter sido a primeira instituição dessa modalidade em Itaporã, foi também a primeira escola urbana de alvenaria e erguida especificamente para ser um espaço do ensino institucionalizado” (RODELINI, 2015, p. 63). Abaixo, na Imagem 6, registra-se o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro.

Imagem 6 – Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (1958)



Fonte: Itaporã (2018)

A fotografia permite entrever que a construção do prédio do Grupo Escolar era toda em alvenaria, algo raro para aquele período, pois a maioria das escolas ainda era construída em madeira. Ela deixa evidente que a construção possuía uma porta de entrada principal, a qual, certamente, dava acesso à sala da secretaria e da direção da instituição escolar, bem como às salas de aulas. Na parte principal de acesso ao Grupo, havia várias salas, tendo em vista o número de vitrôs presentes na construção. No entorno da construção, havia um muro baixo e

de um calçamento ligado à sua entrada principal e no seu entorno. Próximo à entrada principal, na parede, havia um mapa do Brasil desenhado.

É importante mencionar que, em 1958, já havia, ao todo, 27 unidades escolares no município de Itaporã (LIVRO DE REGISTROS, 1959). Essas escolas iam sendo assumidas pelos alunos que haviam alcançado a 4ª série do ensino primário, “que já se candidatava e estava apta a lecionar na área rural, desde que se dispusesse ir residir na propriedade onde estava construída a escola. O sitiante tinha ainda que alojar o professor ou professora. E havia pessoas que se dispuseram e enfrentaram a missão” (CORDEIRO, 2010, p. 83). Nessa época, a maioria das escolas de Itaporã localizava-se na zona rural, o que, certamente, pode ser explicado pelo fato de a maioria da população ser moradora de áreas rurais.

Embora no ano de 1960 a cidade de Itaporã já contasse com o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro funcionando com o ensino primário, devido ao grande número de crianças em idade escolar precisando frequentar escolas na zona urbana, foram criadas as Escolas Reunidas, por meio do Decreto nº 856, de 10 de maio 1960, no governo de João Ponce de Arruda.

Mesmo com a criação das Escolas Reunidas, na cidade de Itaporã, no ano de 1960, a maioria das escolas nessa década ainda se situava na zona rural do município, fato que se estendeu também para a década de 1970, apesar da criação e instalação de novas escolas na zona urbana. Em 1973, segundo Rodelini (2015, p. 60), “[...] na zona urbana havia 6 escolas, sendo 5 pertencentes ao Estado e 1 instituição particular. Já na zona rural havia a quantidade de 25 escolas, sendo uma escola particular, 3 escolas municipais e 21 estaduais”.

Por apresentar essas características, o cenário educacional do município de Itaporã, no período, algumas escolas foram instaladas tanto na zona rural quanto na zona urbana, nos anos de 1970. A Escola de Madeira Porto Café e Escola Rural Mista de Montese foram instaladas no meio rural: a primeira, no distrito de Santa Terezinha, na região do Porto Café, no ano de 1970, e a segunda, no distrito de Montese, em 1972.

Como mencionado anteriormente, a década de 1970 trouxe para o município de Itaporã a construção de novas escolas no meio urbano. Este foi o caso, por exemplo, da Escola Estadual Rodrigues Alves, construída em 1970 para oferecer também o ensino ginásial. Provavelmente, a sua instalação ocorreu pelo fato de, naquela década, o atendimento da demanda escolar a esse grau de ensino ter se ampliando significativamente, com a implantação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que determinou alterações substanciais na estrutura do ensino no Brasil, formulando uma nova estruturação para os níveis de ensino, enfatizando a integração vertical (nos graus de escolaridade) e a integração horizontal (nas formas de habilitação profissional).

A reforma outorgada pela Lei nº 5692/1971 (BRASIL, 1971), ao estabelecer a escolaridade elementar e obrigatória de oito anos, “eliminou definitivamente os chamados exames de admissão, bem como possibilitou a ampliação das vagas e aumentou as oportunidades de acesso de outras camadas sociais a esse grau de ensino” (PEREZ, 2006, p. 37).

Foi também nesse período que as Escolas Reunidas instaladas na cidade de Itaporã, nos anos de 1960, foram elevadas à categoria de Grupo Escolar, por meio do Decreto nº 1130, de 29 de abril de 1970, devido ao grande número de crianças em idade escolar. Em 1974, por meio da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), esse Grupo Escolar foi extinto e em seu lugar foi criada a Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, por meio do Decreto nº 2365/1974 (MATO GROSSO, 1974), que passou a atender com o ensino de 1º grau, porquanto fundiu o antigo curso primário e ginásial, com oito anos de duração, e o ensino de 2º grau, principalmente, com cursos profissionalizantes, como prescreveu a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

É certo que o Curso de Magistério no Brasil e em Mato Grosso do Sul foi criado com base na Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). Não é por acaso que entre os cursos profissionalizantes instalados na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, a partir de 1974, proveniente desta Lei, foi o Curso de Magistério, criado no ano de 1976 e implantado em 1977. Dessa maneira, decorreu da iniciativa pública, em uma época que o número de escolas situadas no meio rural ainda era maior do que as escolas localizadas na área urbana de Itaporã.

Contudo, com o passar do tempo, o número de escolas situadas na área urbana do município de Itaporã aumentou, provocando, assim, uma inversão em relação ao número de escolas localizadas na zona rural, pois o número de escolas urbanas se ampliava e o número de escolas rurais diminuía. Sobre o assunto, Walter Ramos (2018), assessor da imprensa da prefeitura de Itaporã, relatou:

No final da década de 80 para cá, foram diminuindo as escolas rurais, elas foram fechando, os ônibus foram trazendo as crianças para a cidade, aconteceu o êxodo rural. A soja, o trigo, não dependem mais das pessoas, não tem necessidade, não existe mais a comunidade rural, a mecanização da lavoura levou a isso, o povo vem para a cidade, ocorre o esvaziamento da zona rural, alguns tem casa, mas só vão passear, e os alunos que moram lá o ônibus passa para pegar para trazer à escola da cidade. (RAMOS, 2018, informação verbal).

Este trecho evidencia que, a partir do final da década de 1980, houve uma redução no número total de escolas no meio rural do município de Itaporã, associadas a mudanças ocorridas no desenvolvimento agrícola local, com a inserção da mecanização na agricultura, fazendo com que muitos trabalhadores saíssem das áreas rurais e buscassem novas oportunidades de

trabalho para eles e seus familiares na zona urbana. Isso reduziu a população moradora nas áreas rurais e, conseqüentemente, o número de alunos nas escolas, tornando possível resolver a situação das crianças em idade escolar que continuassem moradoras no meio rural com os seus familiares, com a vinda dessas crianças para estudarem nas instituições de ensino da cidade de Itaporã, por meio de ônibus escolar.

Com essa redução no número de escolas rurais, algumas escolas tiveram os seus prédios demolidos nos anos de 1980. Mesmo assim, algumas ainda continuaram funcionando no meio rural, sobretudo nas sedes dos distritos do município de Itaporã, com exceção do Distrito de Carumbé, que teve a sua escola demolida, ocasionada por evasão dos alunos da localidade para a cidade de Itaporã. Porém, a Escola Estadual Olívia Paula (Distrito de Piraporã), a Escola Estadual Senador Saldanha Derzi (Distrito de Montese) e a Escola Estadual Princesa Izabel (Distrito de Santa Terezinha), ainda se encontram em funcionamento até os dias de hoje (CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORÃ, 2020).

Ainda é oportuno mencionar que, entre as décadas de 1980 e 1990, houve a criação de novas instituições educativas na cidade de Itaporã, conforme dados organizados no Quadro 5.

Quadro 5 – Escolas criadas em Itaporã nas décadas de 1980 e 1990

Nº da Lei/Ano	Nome da Escola
998/1984	Escola Municipal de 1º Grau Aurélio Coelho Blanco
1012/1985	Escola Municipal de 1º Grau Sônia Teixeira Paiva
1070/1986	CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Maria Rodrigues Dias
1166/1989	EMEPI – Escola Municipal de Ensino Profissionalizante de Itaporã-MS
1231/1990	EMMI – Escola Municipal de Música de Itaporã

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de documentos da Câmara Municipal de Itaporã (MARTINEZ, 2022)

A análise do Quadro 5 deixa claro que entre as décadas de 1980 a 1990, foram criadas na cidade de Itaporã, principalmente, instituições educativas pertencentes ao poder público municipal. Neste período, foram instaladas mais duas escolas de 1º Grau, que atendia com o ensino de 1º a 4º séries e 5 a 8 séries. Acrescenta-se também a instalação de escolas ensino profissionalizante e de Música, como Centro de Educação direcionada a educação da infância.

Neste cenário educacional do município de Itaporã, entre as décadas de 1980 a 1990, observamos que, além das três escolas em funcionamento nos distritos, a cidade contava com a Escola Estadual Antônio João Ribeiro; a Escola Estadual Rodrigues Alves; a Escola Estadual Edson Bezerra; a Escola Municipal Professora Sônia Teixeira Paiva; a Escola Municipal de 1º

Grau Aurélio Coelho Blanco; a Escola Municipal de 1º Grau Sônia Teixeira Paiva; o Centro Municipal de Educação Infantil Maria Rodrigues Dias; a Escola Municipal de Ensino Profissionalizante de Itaporã-MS; e a Escola Municipal de Música de Itaporã.

A partir da abordagem elaborada nesta seção, pudemos compreender a história do município de Itaporã e do seu cenário educacional, marcado, na década de 1970, pela instalação do Curso de Habilitação Específica para o Magistério na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, cujo funcionamento ocorreu no período de 1976 a 2003. Na próxima seção, tratamos da história e da organização dessa Instituição, focalizando o funcionamento do Curso de Magistério nela ofertado bem como os sujeitos que dele fizeram parte.

3 A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CURSO DE MAGISTÉRIO NA “ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE ITAPORÃ” E OS SEUS SUJEITOS

Após termos introduzido temas importantes ligados ao nosso objeto de estudo, em que buscamos elaborar uma interpretação da história do Curso de Magistério no Brasil e em Mato Grosso do Sul, bem como tratar do cenário de criação do primeiro Curso de de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério das séries iniciais do 1º Grau (HEM), na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, discutindo sobre história desse município e do seu cenário educacional, nesta seção, abordamos aspectos particulares do Curso de Magistério da referida Instituição. Esta terceira seção foi organizada em duas subseções: na primeira, abordamos a história e a organização da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, em que o Curso de Magistério foi criado e implantado na década de 1970; na segunda, tratamos da implantação, do funcionamento do Curso de Magistério e dos sujeitos que fizeram parte desse Curso.

3.1 A Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã: história e organização

A Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, como mencionado na seção anterior, teve sua origem na segunda Escolas Reunidas de Itaporã, que foi elevada a segundo Grupo Escolar de Itaporã¹⁰ pelo Decreto nº 1130, de 29 de abril de 1970.

Os grupos escolares começaram a ser implantados no Brasil em 1893, ano em que houve a primeira instalação de uma instituição desta modalidade no Estado de São Paulo (SILVA, A. M., 2010). Segundo Souza (2006), esse modelo escolar organizava o trabalho com os alunos divididos em turmas, por essa razão, ficou também conhecido como escola graduada, pois

[...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (SOUZA, 2006, p. 114).

¹⁰ O primeiro grupo escolar de Itaporã foi o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, criado pelo Decreto nº 2.197, de 17 de agosto de 1955.

No entendimento de Souza (2006), os grupos escolares trouxeram a constituição das classes, divisão dos alunos em séries de acordo com os níveis de conhecimento, tendo um professor para cada série, o estabelecimento de horários e um ensino de acordo com a racionalização curricular. Esse modelo educacional estipulou uma organização de ensino moderna e inovadora ainda inexistente.

O Grupo Escolar de Itaporã, criado em 1970, funcionou no município até 1974, quando foi fechado, devido à reforma desencadeada pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que mudou a organização do ensino no Brasil. Convém esclarecer que até esse momento, a educação escolar brasileira organizava-se da seguinte forma: ensino primário, com 4 anos de duração; ginásial, com 4 anos de duração; colegial, com 3 ou 4 anos de duração. Com aquela reforma, criaram-se dois níveis de ensino: 1º e 2º graus. O ensino de 1º grau reuniu o antigo primário e o ginásio, tendo, a partir de então, 8 anos de duração. Já o ensino de 2º grau passou a ter profissionalização compulsória.

Com as mudanças estabelecidas pela Lei nº 5.692/1971, em 1974, com a criação do ensino de 2º grau no Grupo Escolar de Itaporã, essa Instituição passou a ser denominada Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, por meio do Decreto nº 2.365/1974 (MATO GROSSO, 1974). Com isto, passou a atender o ensino de 1º e 2º graus, principalmente, com cursos profissionalizantes, conforme prescrevia a Lei nº 5.692/1971. Porém, o ensino de 2º grau só foi iniciado nessa instituição escolar após a construção de seu novo prédio.

Foi neste período também que essa escola pode contar com a doação de um terreno devoluto pela Prefeitura Municipal de Itaporã, para a construção de seu prédio, como pode-se observar abaixo:

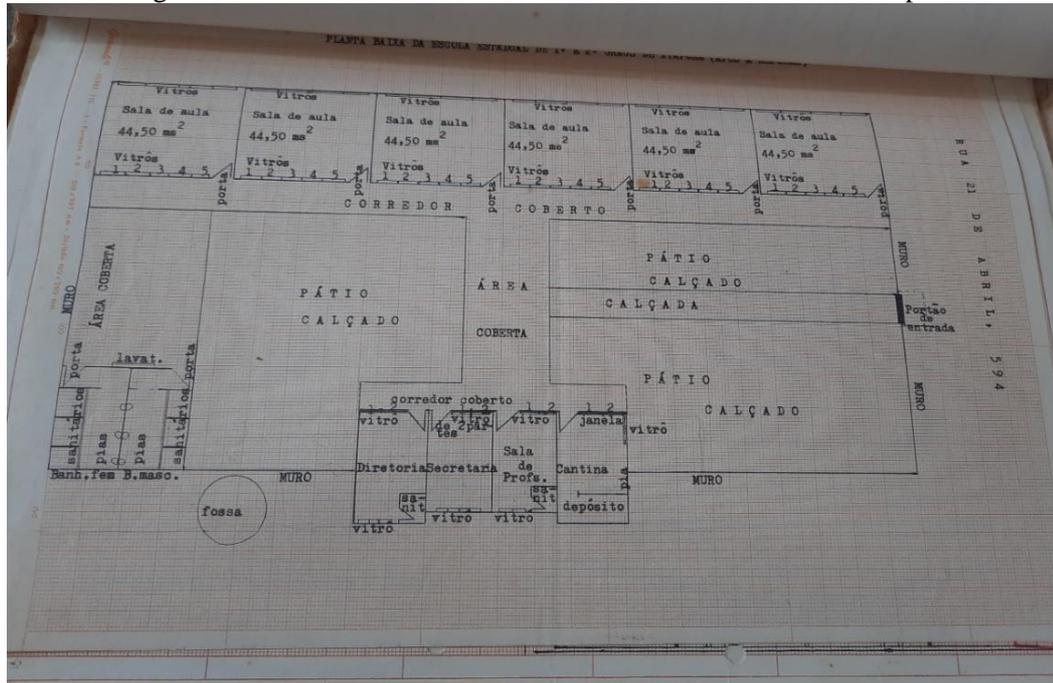
Certificamos para os devidos fins, que parte do lote nº 40 (quarenta), com área de 1.764 m² (mil setecentos e sessenta e quatro metros quadrados), confrontando ao Norte com o prolongamento da Rua Duque de Caxias; Ao Sul com o lote nº 40-A; Ao Leste com a propriedade do Sr. Stefano Gonela; Ao Oeste com a Rua 21 de Abril. É terreno devoluto da Municipalidade de que fôra doado verbalmente para o Estado por ocasião da construção do prédio da Escola Estadual de Iº e IIº Graus de Itaporã.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporã, Estado de Mato Grosso em 06 de agosto de 1.975. (ITAPORÃ, 1975).

Com a doação do terreno pela prefeitura local ao Governo do Estado de Mato Grosso, o prédio da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã foi construído, conforme a planta baixa, a seguir representada na Imagem 7.

Imagem 7 – Planta Baixa da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã



Fonte: Acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, localizado na Escola Estadual Antônio João Ribeiro (2021)

A planta baixa contida na Imagem 7 permite-nos observar que a construção da Escola foi produzida com seis salas de aula para o bom atendimento dos alunos, assim como a infraestrutura dos banheiros foi organizada de forma separada por sexo masculino e feminino, um grande corredor coberto, três pátios calçados, uma sala para funcionamento da diretoria com banheiro, uma fossa, uma sala para funcionamento da secretaria, uma sala dos professores com banheiro e uma cantina para a elaboração da refeição escolar contendo um depósito.

Em 1976, a Escola já funcionava em suas novas instalações, em um prédio recém construído, e ofertava – inicialmente – o ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª séries, e de 5ª a 8ª séries, que fora autorizado neste mesmo ano pelo Departamento de Educação Divisão de Inspeção e Administração Escolar, autorização nº 238/76, de acordo com o processo nº 30466/75, e reconhecido pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 438, de 16/12/1982, Diário Oficial nº 988 de 04/01/1983 (MATO GROSSO DO SUL, 1983).

O ensino de 1º grau era destinado ao público enquadrado na faixa etária de 7 a 14 anos, no entanto, no ano de 1977, a busca por matrículas de crianças com menos de 7 anos foi muito recorrente, fazendo com que a Instituição encaminhasse um ofício (nº 64 de 19 de setembro de 1977) ao Dr. Louremberg Ribeiro Nunes Rocha, M. D. Secretário de Educação e Cultura de Cuiabá – M. T. A e Divisão de Inspeção e Administração Escolar, cuja resposta enviada à Delegacia Regional de Educação e Cultura de Dourados solicitava orientar a direção da Escola

a regulamentar a matrícula de acordo com a Instrução 08/75/DE/SEC, na qual constavam os seguintes critérios de prioridade:

- Em 1º lugar: Alunos já pertencentes ao quadro da escola, que residem próximos da mesma, dentro da faixa etária de 7 a 14 anos;
- Em 2º lugar: Alunos já pertencentes ao quadro da escola, mesmo que não residam nas suas proximidades, mas que estejam dentro da faixa etária de 7 a 14 anos;
- Em 3º lugar: Alunos novos, dentro da faixa etária de 7 a 14 anos;
- Em 4º lugar: Alunos do quadro da escola e que estejam fora da faixa etária de 7 a 14 anos;
- Em 5º lugar: Alunos novos, fora da faixa etária de 7 a 14 anos. (MATO GROSSO, 1977)

Desta forma, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã começou a seguir os critérios acima citados e com os alunos fora da faixa etária, antes da realização da matrícula passou a aplicar testes de sondagens para conhecer o nível dos discentes e se realmente conseguiriam acompanhar os demais que estavam enquadrados da faixa etária exigida, questão também orientada pelo Divisão de Inspeção e Administração Escolar em resposta ao ofício.

A autorização para o funcionamento do Curso de Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério das séries iniciais de 1º grau, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, ocorreu somente no ano de 1976. Porém, o Curso entrou em funcionamento apenas em 1977, quando já teve o seu reconhecimento pela Portaria nº 5.269/1977 (MATO GROSSO, 1977).

Ao retornar a nossa análise sobre o prédio da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, construído pelo governo do Estado de Mato Grosso, verificamos, pela Imagem 8, a fachada desta Escola, no ano de 1981.

Imagem 8 – Fachada do prédio da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981)



Fonte: Acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, localizado na Escola Estadual Antônio João Ribeiro (2021)

Embora a imagem nos permita observar que o prédio da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, edificado na década de 1970, era todo construído em alvenaria, em duas partes que se interligavam, com uma arquitetura moderna para época, rodeado por muros, em uma área próxima ao centro urbano de Itaporã, ainda no início dos anos de 1980 fazia parte de um local que não tinha recebido asfaltamento, pois todo o entorno do prédio escolar era de ruas de terra batida. Como assinala Burke (2004, p. 17), “[...] imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica”, pois registram cenas do passado que, ao serem analisadas, contribuem com a escrita da História da Educação.

A Imagem 9 apresenta o pátio interno da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, também no ano de 1981.

Imagem 9 – Pátio interior da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981)



Fonte: Acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, localizado na Escola Estadual Antônio João Ribeiro (2021)

Essa fotografia do pátio interno da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã nos permite perceber que a construção feita em duas partes do prédio escolar possuía um corredor calçado e coberto de telhas eternit, que ligava as salas de aulas com as salas da secretaria e da direção escolar. Salas estas construídas com vitrôs que, certamente, ajudavam na circulação do ar pelas salas. Notamos também que a parte interna da Escola tinha algumas partes calçadas e outras de terra, onde havia até árvores plantadas, as quais, de forma evidente, serviam para deixar o ambiente interno escolar mais ventilado. Observamos, ainda, que o prédio, na época, era pintado de tinta da cor azul escura em sua parte externa.

Já a Imagem 10, também do ano de 1981, mostra uma das partes internas da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, no caso, a sala da direção.

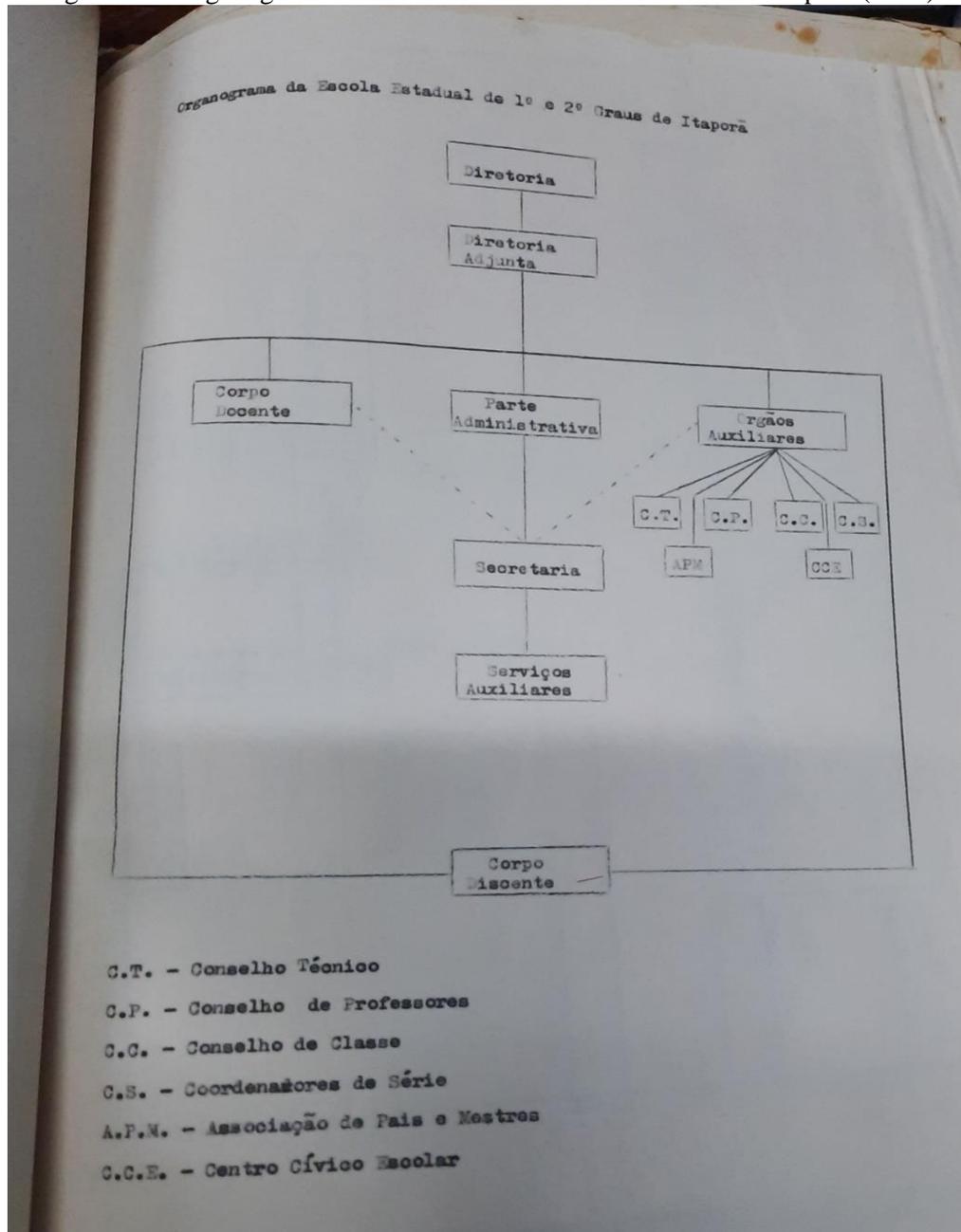
Imagem 10 – Sala da direção da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1981)



Fonte: Acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, localizado na Escola Estadual Antônio João Ribeiro (2021)

A Imagem 10 deixa evidente que a sala da direção da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã era bem equipada, com mesas e cadeiras. Em uma das mesas havia uma máquina de datilografia, provavelmente utilizada para a escrita da documentação escolar. A outra mesa era, talvez, utilizada pela direção; inclusive, em cima dela havia alguns documentos, inseridos em pastas de capa dura. Além disso, esta sala possuía dois armários grandes produzidos em madeira, sobre os quais havia algumas caixas de papelão. Também havia dois armários em aço – e em um deles continha uma pequena bandeira do Brasil, na parte de cima – os quais, provavelmente, eram usados para guardar as fichas e matrículas dos alunos.

A partir de documentos contidos no acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, pudemos compreender como estava e ocorria o funcionamento interno desta Escola, conforme revelam as informações do organograma cuja representação consta na Imagem 11.

Imagem 11 – Organograma da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (1986)¹¹

Fonte: Acervo da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, localizado na Escola Estadual Antônio João Ribeiro (2021)

É visível, por este organograma, como era o funcionamento interno e hierárquico dos setores educacionais da Escola Estadual de 1º e 2º Grau de Itaporã, no ano de 1986. Em primeiro lugar vem a diretoria (1) e a diretoria adjunta (2), ligadas diretamente à direção; depois, a parte administrativa constituída pela secretaria (3) e pelos serviços auxiliares (4); em seguida, o corpo

¹¹ Este modelo de organograma hierárquico era o mesmo para todas as escolas na época. Segundo Cury (2000) organograma é uma representação gráfica de uma organização em um determinado período, tendo como finalidade apresentar os que a compõe, as funções, relações de interdependência, níveis administrativos e hierarquia.

docente (5) e os órgãos auxiliares (C.T.- Conselho Técnico, C.P.- Conselho de Professores, C.C.- Conselho de Classe, C.S.- Coordenadores de Série, A.P.M.- Associação de Pais e Mestres e C.C.E.- Centro Cívico Escolar) (6) – embora relacionados à direção escolar, ambos estavam ligados à secretaria; por fim, o corpo discente ligado a todo o organograma de funcionamento interno e hierárquico da Escola.

Assim, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã tinha o seu funcionamento interno bem organizado e, além disso, apresentava boas condições físicas para seu funcionamento em Itaporã. Ainda sobre as condições físicas e de organização da documentação escolar desta Instituição de ensino, o Parecer nº 196/89 do Conselho Estadual de Educação (CEE), registrava:

Pela informação da Agência Regional de Educação de Dourados, o prédio escolar é de alvenaria com 5 (cinco) salas de aula, 2 (duas) de administração, sendo uma da diretoria e outra servindo como secretaria. Seu estado de conservação é satisfatório, inclusive o mobiliário, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Possui sala de professores, cozinha, sanitários masculino e feminino para alunos, corpo docente e administrativo. O arquivo está devidamente organizado. A Escola jurisdicionada à ARE de Dourados segue o seu Regimento Padrão devidamente aprovado, pela Deliberação CEE nº 887/84. (MATO GROSSO DO SUL, 1989).

Ora, as informações apresentadas pelo Parecer do Conselho Estadual de Educação revelam que, tanto em termos de estrutura física do prédio escolar, quanto de mobílias internas e de organização da documentação escolar, a Escola apresentava boas condições para o seu funcionamento em Itaporã, no final da década de 1980.

No início da década de 1990, pelo Decreto nº 7.099/93, de 10 de março de 1993, contido no Diário Oficial nº 3509, a Escola teve seu nome alterado, passando a ser denominada Escola Estadual de Pré-Escolar, 1º e 2º Graus de Itaporã (MATO GROSSO DO SUL, 1993). Essa mudança nominal esteve relacionada à instalação da Pré-Escola na Instituição, autorizada pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Resolução/SED nº 900/94, de 07 de janeiro de 1994 (MATO GROSSO DO SUL, 1994). Com essa nomenclatura de Escola Estadual de Pré-Escolar, 1º e 2º Graus de Itaporã, essa instituição educativa permaneceu até o final da delimitação temporal desta pesquisa, em 1996.

3.2 O Curso de Magistério: implantação, funcionamento e os sujeitos escolares

O Curso de Habilitação Específica para o Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, como já mencionado na subseção anterior, teve a sua autorização para

funcionamento no ano de 1976. Porém, de fato começou a funcionar apenas em 1977, por meio da Portaria nº 5269/77 (MATO GROSSO, 1977).

Este Curso, em seus dez primeiros anos de funcionamento, foi ofertado apenas no período noturno. Mas, a partir de 1988, devido ao Parecer do Conselho Estadual de Educação nº 015/87, aprovado em sessão Plenária de 14 de maio de 1987, teve sua oferta implementada gradativamente também no período diurno (MATO GROSSO DO SUL, 1987).

Após a ampliação da oferta do Curso de Magistério também para o período diurno, de acordo com o Parecer 196/89, Processo nº 8980/89, do Conselho Estadual de Educação, o Curso de Magistério desta Escola foi desativado (MATO GROSSO DO SUL, 1989). No entanto, no ano de 1993, a Agência Regional de Educação de Dourados, por meio da Portaria nº 043/ARE – 87, de 04 de fevereiro de 1993, autorizou o desmembramento de uma sala de aula de 1ª série do ensino de 2º grau, habilitação para o Magistério de 1ª a 4ª série, para funcionamento no período noturno e o Magistério voltou a funcionar na Instituição (DOURADOS, 1993).

Ao retornar o seu funcionamento nesta Escola, no ano de 1993, o Curso de Magistério teve mudanças na sua organização curricular, como também em seu período de duração (HISTÓRICO DA ESCOLA, 1990). Em 1990, os Cursos de Magistério em Mato Grosso do Sul, como em outros Estados brasileiros, até mesmo no final dos anos de 1980, passaram por mudanças, pois passaram a capacitar os alunos para atuarem também no ensino de Pré-Escolar. Devido a mais esta habilitação, o Curso que era de 3 anos, passou a ter a duração de 4 anos, e sua estrutura curricular, conseqüentemente, foi ampliada com novas disciplinas.

De 1977 a 1983, os(as) alunos(as) que cursaram o Magistério na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, eram oriundos(as) de todos os bairros de Itaporã e de seus distritos, tanto das sedes dos distritos quanto de sítios e fazendas, e se deslocavam todos os dias para a cidade para cursá-lo, no período noturno. No entanto, com a abertura de Cursos de Magistério nos distritos de Montese e Piraporã, houve redução no número de alunos(as) vindos, principalmente, desses dois distritos e do seu entorno. Em 1984, foi instalado o Curso de Magistério na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Senador Saldanha Derzi, no distrito de Montese, e, no ano seguinte, em 1985, foi instalado o Curso de Magistério, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Olívia Paula, no distrito de Piraporã.

Embora alguns alunos do sexo masculino tenham frequentado e até mesmo concluído o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, o seu quadro discente, do mesmo modo que outros Cursos de Magistério de escolas públicas e particulares, em Mato Grosso do Sul e até mesmo em outros Estados brasileiros, era constituído, em sua maioria, por

mulheres. Sem dúvida, isto se explica pela própria história da feminização do magistério cujo início foi no século XIX, quando o Brasil também passava por um processo de urbanização e surgimento das primeiras indústrias. Nesse momento, a educação sofria várias transformações, entre elas, a feminização do magistério, pois os homens começaram a deixar a profissão docente para exercer profissões melhor remuneradas e as mulheres assumiram tal posição e acabaram predominando-a, devido à pouca procura por parte dos homens (FERREIRA, 1998).

A fotografia da turma que iniciou o Curso de Magistério em 1979 e o finalizou em 1981, representada na Imagem 12, evidencia a presença feminina nesse Curso de formação de professores no município de Itaporã.

Imagem 12 – Formandos(as) do Curso de Magistério da turma de (1979-1981)



Fonte: Arquivo pessoal de uma ex-aluna do magistério

O registro mostra um total de 31 formandos(as), no entanto, fica claro que, deste total, apenas três eram do sexo masculino, enquanto as outras 28 eram mulheres. Ao que tudo indica, esta fotografia foi posada e retirada próxima a mesa, onde ocorreu a colação de grau, pois estão presentes os(as) formandos(as), aparentemente uniformizados(as) – com uma blusa branca, calça ou saia marrom – e segurando seus certificados. O homem que aparece ao lado direito da fotografia, vestido de terno escuro e uma camisa branca, e a mulher de vestido branco, à sua

direita, provavelmente faziam parte do corpo docente do Curso de Magistério, juntamente com as outras quatro professoras situadas do lado esquerdo da fotografia – todas usando vestidos.

Certamente, esta fotografia foi tirada para servir de lembrança a essa turma que se formou no ano de 1981, servindo também como registro de – mais – uma turma formada no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã. Como menciona Kossoy (2001), toda fotografia se origina a partir do desejo e da motivação de uma pessoa em congelar em imagem um aspecto proporcionado pelo real, em uma localização e época específica.

Os dados coletados nos arquivos da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã permitiram constatar que o Curso de Magistério teve uma maior procura por matrículas de 1977 até o ano de 1995.

O Curso de Magistério, não somente durante a sua trajetória de 20 anos, mas ao longo de toda sua trajetória conseguiu formar um total de 508 professores(as) com habilitação para lecionar em turmas de 1ª a 4ª série do 1º Grau, inicialmente, e, a partir do início dos anos de 1990, com a elevação do Curso de Magistério para 4 anos, passou a habilitar docentes para atuar na Pré-Escola e de 1ª a 4ª série do 1º Grau. Desses (as) 508 professores(as) formados(as), a maioria era de mulheres.

Em relação ao perfil do corpo docente do Curso de Magistério da Escola Estadual Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, foi possível estabelecermos uma amostra, a partir de dados coletados nos arquivos e organizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Relação de professores(as) que lecionaram no Curso de Magistério Escola Estadual Escola Estadual de 1º e 2º Grau de Itaporã (1980-1990)

Nome	Escolaridade			Disciplina(s) que lecionava
	1º Grau (Completo – C Incompleto – I)	2º Grau Habilitação	3º Grau Habilitação	
Anarelino Vilanova de Carvalho	C	Téc. Contabilidade	História	-História -Educ. Moral e Cívica -O.S.P.B -Hist. e Filos. da Educ.
Aparecido Petek	C	Colegial	Esquema II Admin.	-Psicologia Ed. -Sociologia Ed.
Aurely Maria dos Reis Sita	C	Magist. de 1º Grau	Letras	-Líng. Port. e Lit. Bras. -Líng. Estr. Mod. Ingl.
Ângela Maria Cirilo Pereira	C	Básica em Saúde	Pedagogia	-Geografia -Met. Ens. Est. Sociais -Met. Ens de Ciências -Est. Aplic. à Educação Matemática
Diva Soares Barbosa	C	Magist. de 1º Grau	Pedagogia	-Psicologia Ed. -Sociologia Ed. -Sociologia -Filosofia
Eli Brum de Matos	C	Magist. de 1º Grau	Ciências	-Ciênc. Fís. e Biológ. -Biologia Edu. -Progr. de Saúde -Matemática -Física -Química -Biologia
Hermínia Lia Portela	C	Magist. de 1º Grau	Pedagogia	-Did. e Prát. de Ensino -Estr. Func. Ens. 1º Grau -Estágio Superv.
Jorge Imsi	C	Colegial	Matemática	Matemática
Marina Sabino de Matos	C	Magist. de 1º Grau	Letras	-L. P. -Lit. Bras. -Téc. de Alfabetização -Literatura. Infantil
Maria Elsa Bezerra Terhorst	C	Cientif.	Est. Soc.	-Geografia -Psicologia da Ed. -Met. Ens. Est. Soc. -Met. Ens. de Ciênc. -Estat. Apl. da Edu. -Matemática
Marilza Fanini Duarte	C	Colegial	Educ. Física	-Educ. Física
Márcia Boaroto C. Hernandez	C	Colegial	Letras	-Educação Artística -Ensino Religioso -Téc de Alfabetização -Mét. Ens. Com. e Expr. -Líng. Estr. Mod. Inglês
Sueli Rosseto	C	Colegial	Esq. II ADM.	-Didática

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de arquivos da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã (MARTINEZ, 2022)

A partir do Quadro 6, denotamos que o corpo docente do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã era constituído tanto por professores quanto por professoras, embora os dados permitam entrever que as mulheres eram em maior número que os homens, pois havia 10 mulheres professoras e 3 professores homens.

Observamos que os professores homens ministravam as disciplinas História, Educação, Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, História e Filosofia da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Matemática, entre outras. Já as professoras se encarregavam das disciplinas pedagógicas e metodológicas do Curso de Magistério, bem como das disciplinas Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Infantil, Matemática, Biologia e Programas de Saúde, História, Geografia, Sociologia, Didática, Prática de Ensino, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Estatística Aplicada à Educação, Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão, Metodologia do Ensino de Estudos Sociais, Metodologia do Ensino de Ciências, entre outras.

Ainda constatamos que os professores e as professoras possuíam formação em nível superior específica na área de conhecimento que lecionavam.

Após abordarmos a história e a organização da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, bem como a implantação e o funcionamento do Curso de Magistério, o perfil do quadro discente e do corpo docente da referida Instituição, tendo em vista que o objetivo desta dissertação é analisar a história do Curso de Magistério, na próxima seção, efetivamos a análise de seu currículo.

4 ANÁLISE DO CURRÍCULO PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS NO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS DE ITAPORÃ.

Nesta seção, analisamos alguns aspectos do currículo do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, cujo oferta se deu no município de Itaporã, no período de 1976 a 1996. A seção foi dividida em três subseções: na primeira, abordamos as estruturas curriculares do Curso; na segunda, privilegiamos as práticas do Curso de Magistério representadas nas narrativas dos sujeitos; e, por fim, na terceira subseção, tratamos dos materiais utilizados e produzidos no Curso de Magistério.

Para compreendermos alguns aspectos do currículo do Curso de Magistério, diante das dificuldades decorrentes da falta de documentos, como programas de ensino e planos de aula de professores, nos apoiamos, principalmente, em informações e documentos obtidos em entrevistas com ex-alunas e antigos professores. Afinal, como destaca Chervel (1990), para apreender as finalidades do ensino, é preciso ir além dos textos oficiais, por isso, na falta de documentos, buscamos tanto por outros documentos escolares quanto por relatos de ex-alunas e antigos professores do Curso de Magistério.

4.1 O Currículo do Curso de Magistério em Itaporã: em foco, as estruturas curriculares

O currículo é uma categoria que nos possibilita identificar tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada quanto a realidade interna dos processos da escolarização. A fim de compreender quais eram as disciplinas constituintes do currículo posto em funcionamento no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, nesta subseção, abordamos as estruturas curriculares vigentes entre 1977 e 1996.

De 1977 a 1979, a estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã foi dividida em duas partes: uma constituída por uma Educação Geral/Núcleo Comum e a outra parte, por Formação Especial/Parte Diversificada/Preparação para o Trabalho. Esta divisão decorreu da Reforma Educacional instituída pela Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que estabeleceu:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relêvo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

§1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores (BRASIL, 1971, s.p., sic).

A divisão das disciplinas em Núcleo Comum e Parte Diversificada foi obrigatória em âmbito nacional, de acordo com a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). As disciplinas do Núcleo Comum eram estabelecidas de forma geral para cada grau, pelo Conselho Federal de Educação, enquanto as disciplinas da Parte Diversificada atendiam as especificidades de cada curso e deveriam ser predominantes no ensino de 2º grau e fixadas segundo as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, quando destinada à iniciação e habilitação profissional. Isto corrobora com as afirmações de Goodson (1997, 2001) de que o currículo traduz conteúdos que expressam os princípios orientadores do sistema educacional de um país ou estado por meio de

um conjunto de diretrizes e normas que orientam o que deve ser lecionado e a escola reflete estas orientações. Nesse sentido, “O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social”, porquanto ele está implicado em relações de poder, “[...] ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”, conforme esclarecem Moreira e Silva (2013, p. 14).

A estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, entre 1977 e 1979, foi constituída por 26 disciplinas direcionadas tanto a um Núcleo Comum quanto a uma Parte Diversificada, conforme informações organizadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1977-1979

	Disciplinas Turma: 1977- 1979	Carga horária	Total de horas
Educação Geral/Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	240	1.170
	Inglês	60	
	História	90	
	Geografia	90	
	Organização Social e Política do Brasil - O. S. P. B	30	
	Matemática	150	
	Ciências Físicas e Biológicas	150	
	Educação Moral e Cívica	30	
	Educação Artística	30	
	Programa de Saúde	30	
	Educação Física	180	
	Ensino religioso	90	
	Formação Especial/ Parte Diversificada/ Preparação para o trabalho	Problemática da Educação Brasileira e Regional	
Medidas Educacionais		-	
Didática e Prática de Ensino		150	
Desenho Pedagógico		30	
Recreação e Jogos		90	
Literatura Infantil		30	
Psicologia Educacional		150	
Biologia Educacional		60	
Sociologia Educacional		120	
História e Filosofia da Educação		120	
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau		120	
Estatística Aplicada à Educação		120	
Metodologia e Prática de Ensino		270	
Metodologia Educacional	60		
Carga horária total: 3.230			

Fonte: Elaborado pela autora a partir do quadro curricular e históricos escolares de ex-alunas do Magistério (MARTINEZ, 2022)

O Quadro 7 nos possibilita perceber que, na Parte da Educação Geral, também chamada de Núcleo Comum, as disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Física, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas eram as que possuíam maior carga horária, seguidas das disciplinas Inglês, História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Educação

Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Ensino Religioso. Na Parte Diversificada, também conhecida como Formação Especial e Preparação para o Trabalho, eram as disciplinas Metodologia e Prática de Ensino, Didática e Prática de Ensino e Psicologia Educacional que possuíam maior carga horária.

Somando a carga horária de todas as disciplinas, a parte da Educação Geral possuía uma quantidade menor de disciplinas em comparação à parte Diversificada. As disciplinas pertencentes ao Núcleo Comum resultavam em uma quantidade total de carga horária menor, 1.170 horas, enquanto as disciplinas de Formação Especial e Preparação para o Trabalho resultavam na carga horária total de 2.060 horas.

Ademais, nessa estrutura curricular, houve a inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica e a Organização Social Política Brasileira, fato que deve ser compreendido e relacionado ao momento histórico do período, marcado pela ditadura civil-militar, que tornou a inclusão dessas disciplinas obrigatória no currículo das escolas brasileiras, seguindo prescrições da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971). Também neste período foram somadas as disciplinas Educação Artística, Educação Física e Programas de Saúde ao currículo escolar.

Entre os anos de 1980 e 1983, permaneceu como estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, a organização de disciplinas por um Núcleo Comum e por uma Parte Diversificada, mas já apresentava algumas mudanças em relação à estrutura anterior, conforme dados organizados no Quadro 8.

Quadro 8 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1980-1983

	Disciplinas Turma: 1980- 1983	Carga horária	Total de horas
Educação Geral/Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	288	1.404
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	72	
	História	72	
	Geografia	72	
	Organização Social e Política do Brasil - O. S. P. B	72	
	Matemática	108	
	Ciências Físicas e Biológicas	216	
	Educação Moral e Cívica	72	
	Educação Artística	72	
	Programa de Saúde	36	
	Educação Física	216	
	Ensino religioso	108	
	Formação Especial/ Parte Diversificada/ Preparação para o trabalho	Problemática da Educação Brasileira e Regional	
Didática e Prática de Ensino		324	
Técnicas de Alfabetização		72	
Conteúdo e Método de Ensino de Língua Portuguesa		72	
Conteúdo e Método de Ensino de Matemática		72	
Conteúdo e Método de Ensino de Ciências		72	
Conteúdo e Método de Ensino de Estudos Sociais		72	
Recreação e Jogos		108	
Literatura Infantil		72	
Psicologia Educacional		180	
Biologia Educacional		72	
Sociologia Educacional		108	
História e Filosofia da Educação		72	
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau		72	
Estatística Aplicada à Educação	72		
Estágio Supervisionado		150	Total geral 3.030

Fonte: Elaborado pela autora a partir do quadro curricular e históricos escolares de ex-alunas do Magistério (MARTINEZ, 2022)

Ao analisarmos a estrutura curricular acima, comparando as suas disciplinas e suas respectivas carga horárias àquelas ofertadas entre 1977 e 1979, denotamos o acréscimo de mais uma disciplina – ou seja, passou de 26 para 27 disciplinas. Em relação ao Núcleo Comum, a única diferença perceptível é a disciplina Inglês, cujo nomenclatura, em 1980, passou a ser Língua Estrangeira Moderna (Inglês). As disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Física, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas permaneceram com maior carga horária. A disciplina Ensino Religioso também teve sua carga horária elevada em relação às outras disciplinas do Núcleo Comum, inclusive em relação à estrutura anterior, que era de 90 horas, e nesta apareceu com 108 horas.

Na Parte Diversificada, houve mudanças em relação à estrutura anterior, no que tange às disciplinas de maior carga horária. Embora Didática e Prática de Ensino e Psicologia

Educacional tenham permanecido com a maior carga horária, as disciplinas Recreação e Jogos e Sociologia Educacional também tiveram uma das cargas horárias mais elevadas.

Ainda notamos que, em relação à Parte Diversificada, as disciplinas Metodologia e Prática de Ensino, que possuíam uma carga horária alta, desapareceram da estrutura curricular. No entanto, foram inseridas, na estrutura curricular, as disciplinas Técnicas de Alfabetização, Conteúdo e Método de Ensino de Língua Portuguesa, Conteúdo e Método de Ensino de Matemática, Conteúdo e Método de Ensino de Ciências, Conteúdo e Método de Ensino de Estudos Sociais, afinal, as disciplinas são “[...] criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular” (CHERVEL, 1990, p. 184). Essas disciplinas, cuja nomenclatura em determinados momentos aparece como método e em outros como metodologia, estiveram presentes na estrutura curricular até o fechamento do Curso de Magistério, no início dos anos do 2000, e, além disso, marcaram uma tendência tecnicista presente no currículo dos cursos de Magistério nesse período, no Brasil.

Também a partir do Quadro 8, denotamos uma maior quantidade de disciplinas na Parte Diversificada e que a carga horária geral do Núcleo Comum era de 1.404 horas e a da Parte Diversificada era de 1.476 horas. Neste período, já estava presente o Estágio Supervisionado, que não integrava nenhuma das duas partes da estrutura curricular. Segundo Pimenta (1997), o Estágio Supervisionado é fundamental para a formação docente, pois, por meio dele, é possível o estudante ter uma relação mais próxima com o cotidiano de um professor e adentrar no mundo das crianças através de uma linguagem distinta de seu meio, mas compreensível às crianças.

Ao dar prosseguimento na análise, explicitamos a estrutura curricular vigente entre 1987 e 1990, conforme dados organizados no Quadro 9.

Quadro 9 – Estrutura Curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1987-1990

	Disciplinas Turma: 1987- 1990	Carga horária	Total de horas
Educação Geral/Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	390	1.203
	Língua Estrangeira Moderna (Inglês)	39	
	História	78	
	Geografia	78	
	Organização Social e Política do Brasil - O. S. P. B	39	
	Matemática	195	
	Ciências Físicas e Biológicas	117	
	Educação Moral e Cívica	39	
	Educação Artística	72	
	Programa de Saúde	39	
	Educação Física	78	
	Ensino religioso	39	
	Formação Especial/ Parte Diversificada/ Preparação para o trabalho	Didática e Prática de Ensino	
Técnicas de Alfabetização		78	
Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão		78	
Metodologia do Ensino de Matemática		78	
Metodologia do Ensino de Estudos Sociais		78	
Metodologia do Ensino de ciências		78	
Recreação e Jogos		156	
Psicologia Educacional		156	
Biologia Educacional		78	
Sociologia Educacional		78	
História e Filosofia da Educação		78	
Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º Grau		78	
Estatística Aplicada à Educação		78	
Estágio Supervisionado		164	Total geral 2.732

Fonte: Elaborado pela autora a partir do quadro curricular e históricos escolares de ex-alunas do Magistério (MARTINEZ, 2022)

É perceptível a redução do número de disciplinas, pois, enquanto a estrutura do período de 1980 a 1983 possuía 27 disciplinas, a que perdurou de 1987 a 1990 fora composta por 25 disciplinas. Certamente, essa redução pode ser explicada pela ausência de duas disciplinas que estiveram presentes no quadro anterior, no caso, Problemática da Educação Brasileira e Regional, pertencente ao Núcleo Comum, e Literatura Infantil, pertencente à Parte Diversificada; disciplinas que se fizeram presentes na estrutura curricular do Curso de Magistério, desde seu início na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã.

No que diz respeito ao Núcleo Comum referente ao Quadro 9, as nomenclaturas das disciplinas, em relação ao quadro anterior, permaneceram iguais. Inglês manteve-se com a mesma nomenclatura do início de 1980, como Língua Estrangeira Moderna (Inglês). Além disso, as disciplinas Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas permaneceram com maior carga horária, inclusive as duas primeiras dessas disciplinas tiveram suas cargas horárias ampliadas e a disciplina Ciências Físicas e Biológicas,

reduzida. É interessante destacar que a disciplina Educação Física, que na organização anterior ocupava uma das maiores cargas horárias, sofreu uma redução, passando de 216 para 78 horas.

Na Parte Diversificada, houve mudanças de nomenclaturas das disciplinas de Conteúdos e Métodos, com relação à estrutura anterior, pois essas disciplinas passaram a ser denominadas como Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão, Metodologia do Ensino de Matemática, Metodologias do Ensino de Estudos Sociais, Metodologia do Ensino de Ciências.

Nesta estrutura curricular, também algumas disciplinas da Parte Diversificada tiveram uma ampliação de carga horária, como Didática e Prática de Ensino, Técnicas de Alfabetização, Recreação e Jogos e Biologia Educacional. Outras disciplinas como Sociologia Educacional e História e Filosofia da Educação tiveram suas cargas horária reduzidas.

O Estágio Supervisionado, embora não integrasse o Núcleo Comum e nem mesmo a Parte Diversificada, também teve a sua carga horária ampliada.

Ao analisarmos ainda a estrutura curricular representada no Quadro 8, foi possível observar que o Núcleo Comum possuía 12 disciplinas, enquanto a Parte Diversificada era composta por 13 disciplinas. Desse modo, esta última parte apresentava uma maior carga horária total de 1.365 horas enquanto o Núcleo Comum totalizava 1.203 horas.

Diante das alterações ocorridas no currículo posto em funcionamento no Curso de Magistério, no período de 1980 a 1983, com a retirada de disciplinas e com a redução e a ampliação de carga horária das disciplinas tanto do Núcleo Comum quanto da Parte Diversificada, observamos a ocorrência de rupturas no currículo (GOODSON, 2001).

Já o Quadro 10 traz a estrutura curricular do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã referente ao período de 1992 a 1995. Nele são apresentadas algumas mudanças, pois já corresponde a um Curso de Magistério de 4 anos de duração e não mais de 3 anos, com a inserção da habilitação para o Ensino Pré-Escolar, decorrente de mudanças curriculares ocorridas a partir de 1989, em Mato Grosso do Sul, conforme indicado a seguir.

Quadro 10 – Estrutura curricular do Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã” no período de 1992-1996

	Disciplinas		Séries/ Carga horária (CH)						
	Turma: 1992- 1995								
Educação Geral/Núcleo Comum	Língua Portuguesa	1ª	111	2ª	111	3ª	74	4ª	74
	Literatura	--	--	--	--	--	--	4ª	74
	História	1ª	74	2ª	74	--	--	--	--
	Geografia	1ª	74	2ª	74	--	--	--	--
	Matemática	1ª	111	2ª	111	3ª	74	4ª	74
	Física	1ª	74	--	--	--	--	--	--
	Química	1ª	74	--	--	--	--	--	--
	Biologia e Programas de saúde	1ª	74	--	--	--	--	--	--
	Educação física	1ª	74	2ª	74	3ª	74	4ª	74
	Educação Artística	--	--	--	--	--	--	4ª	74
	Ensino Religioso	1ª	37	2ª	37	3ª	37	4ª	37
	Língua Est. Moderna Inglês	--	--	--	--	--	--	4ª	74
	Formação Especial/ Parte Diversificada/ Preparação para o trabalho	Psicologia Educacional	1ª	74	2ª	74	3ª	74	--
Sociologia da Educação		1ª	74	--	--	--	--	--	--
Biologia Educacional		--	--	2ª	74	--	--	--	--
História e Filosofia da Educação		--	--	2ª	74	3ª	74	--	--
Didática		--	--	2ª	74	3ª	74	--	--
Estrutura e Func. do Ens. de 1º Grau		--	--	--	--	3ª	74	--	--
Metodologia de Português		--	--	2ª	74	3ª	74	--	--
Metodologia de Matemática		--	--	--	--	3ª	74	4ª	74
Metodologia de Estudos Sociais		--	--	--	--	3ª	74	--	--
Metodologia de Ciências		--	--	--	--	3ª	74	--	--
Recreação e Jogos		--	--	--	--	--	--	4ª	74
Metodologia do Pré escolar		--	--	--	--	3ª	74	4ª	74
Estágio Curricular Supervisionado	--	--	--	--	3ª	74	4ª	74	

Fonte: Elaborado pela autora a partir do quadro curricular e históricos escolares de ex-alunas do Magistério (MARTINEZ, 2022)

Ao fazer uma comparação desta estrutura curricular com a anterior, constatamos que esse quadro também se manteve dividido em Núcleo Comum e Parte Diversificada e com o mesmo número de disciplinas – no caso, 25 disciplinas –, mesmo com a ampliação de mais um ano de Curso de Magistério. Porém, foram excluídas algumas disciplinas, como Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica, Desenho Pedagógico, Literatura Infantil, Estatística Aplicada à Educação e Técnicas de Alfabetização.

Certamente, a exclusão das disciplinas Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica do currículo do Curso de Magistério esteve relacionada ao fim do regime civil-militar no Brasil, ocorrido em 1985, que trouxe mudanças no regime político brasileiro, com o processo de redemocratização desencadeado a partir desta época. Isto acaba por confirmar os dizeres de Goodson (1991), de que as matérias escolares, e, neste caso, as disciplinas Organização Social e Política e Educação Moral e Cívica, são resultados de disputas

e negociações tanto de fatores internos quanto externos da escola, caracterizados pelos interesses que vão surgindo na sociedade no decorrer do tempo e refletem na educação.

Já a exclusão da disciplina Técnicas de Alfabetização do currículo, ao que tudo indica, deve ter ocorrido devido ao seu conteúdo ter sido acoplado à disciplina Metodologia de Português, ministrada nas 2ª e 3ª séries do Curso, tendo, em cada série, uma carga horária de 74 horas, favorecendo a abordagem dos conteúdos de alfabetização por essa disciplina.

No entanto, a disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, que fez parte dos quadros anteriores, nesta estrutura curricular apareceu dividida em duas disciplinas, sendo uma voltada ao ensino de Português e outra voltada ao ensino de Literatura. Provavelmente, isto se deu pela exclusão de Literatura Infantil da estrutura e a inserção da disciplina Literatura, que, no Curso de Magistério, poderia abordar os conteúdos relacionados à Literatura Infantil, tendo em vista a formação do professor para atuar de 1ª a 4ª séries do 1º Grau. Também nesta organização curricular, Didática, que aparecia fundida à disciplina Prática de Ensino, passou a ser denominada somente de Didática. Além disso, houve a inserção das disciplinas Física e Química no Núcleo Comum, e Metodologia do Ensino Pré-Escola na Parte Diversificada.

Notamos que as disciplinas com maior carga horária da estrutura curricular representada no Quadro 9 são as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, tendo, cada uma, a carga horária de 111 horas, na 1ª e na 2ª série do Curso. As outras disciplinas, tanto do Núcleo Comum quanto da Parte Diversificada, apresentavam carga horária de 74 horas, com exceção apenas da disciplina Ensino Religioso, cuja carga horária era de 37 horas e possuía caráter facultativo, conforme estabelecia o parágrafo único do artigo 7º da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

Um dado que também nos chama a atenção nesta estrutura curricular, é que o Estágio Supervisionado Curricular, pela primeira vez, aparece denominado como uma disciplina e inserido junto à Parte Diversificada, com oferta nas 3ª e 4ª séries do Curso. Outro dado significativo de destaque com relação a esta estrutura, é o fato de ela trazer a organização das disciplinas distribuídas em 4ª séries, correspondendo a um curso de quatro anos de duração, decorrente das mudanças ocorridas no currículo do Curso do Magistério, no final da década de 1980, no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme já tratado nesta subseção e na seção anterior.

Em relação à organização da estrutura por séries, cabe registrar que, na 1ª série do Curso de Magistério, concentravam-se mais as disciplinas do Núcleo Comum, pois, nesta série, só havia duas disciplinas da Parte Diversificada: Psicologia Educacional e Sociologia Educacional. Já a partir da 2ª série do Curso, reduziu-se o número de disciplinas do Núcleo Comum e ampliou-se o número das disciplinas da Parte Diversificada para serem cursadas. Nas

3ª e 4ª séries do Curso, a redução das disciplinas do Núcleo Comum e a ampliação no número das disciplinas da Parte Diversificada tornaram-se ainda mais acentuadas.

Perante as análises sobre as disciplinas que compuseram as estruturas curriculares no decorrer do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, observamos que houve mudanças quanto à inclusão e à exclusão de disciplinas, alterações em suas cargas horária, permitindo-nos entender que o currículo “[...] tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA; SILVA, 2013, p. 14).

4.2 As Práticas do Curso representadas pela ótica das narrativas dos sujeitos entrevistados

Na busca pelas práticas proporcionadas e veiculadas pelo Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, buscamos as informações dessas práticas por meio das narrativas das ex-alunas e antigos professores. Desse modo, intencionamos nos aproximar do que ocorreu durante a formação por ele proporcionada.

Porém, em virtude de termos nos baseado nas narrativas das ex-alunas e antigos professores, ou seja, em uma memória coletiva acerca das práticas executadas no Curso de Magistério, fez-se necessário, nas análises, não tomar os ditos dos sujeitos entrevistados como verdades absolutas. Como adverte Le Goff (1996, p. 29), a memória coletiva

[...] é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. (LE GOFF, 1996, p. 29).

Desta forma, como aponta Le Goff (1996), investigando o vivido por meio da memória nunca acabada entre o presente e o passado, analisamos as narrativas das ex-alunas e antigos professores desse Curso de Magistério.

Embora as ex-alunas entrevistadas tenham cursado o Magistério em épocas diferentes, elas relatam que várias disciplinas integrantes do currículo do Curso ajudaram-nas em sua formação, como Língua Portuguesa, Metodologia de Português, Didática e Prática de Ensino, Recreação e Jogos, Literatura Infantil e, principalmente, Técnicas de Alfabetização. Além

destas, alunas e professoras apontaram o Estágio Supervisionado, a partir da qual colocavam em prática os conteúdos aprendidos nas disciplinas (SILVA, 2022; CARVALHO, 2022).

Uma das ex-alunas do Curso de Magistério do período de 1979 a 1980, narrou que, embora a disciplina Língua Portuguesa tivesse como foco o ensino de regras gramaticais da escrita, a leitura e a interpretação de texto, também se voltava à parte metodológica do “como ensinar” (SILVA, 2022). Isso é confirmado no relato de uma antiga professora do Curso, que mencionou que utilizava o “Manual Pedagógico para a Escola Moderna”, de autoria de Therezinha Carmen de Castro Lima e Neide de Castro (ZINHANI, 2022) – aspecto a ser analisado adiante nesta seção.

Outro dado emergente nas narrativas das ex-alunas sobre o Curso de Magistério foi o fato de a professora Marina lhes ensinar até mesmo a escreverem e a organizarem a lousa. A esse respeito, Silva (2022) relatou:

A professora colocava a gente para treinar a letra na lousa. A Marina dividia a lousa em 4 partes e cada vez iam 4 alunos escrever. No começo, toda a sala dava risada porque as escritas eram muito tortas, mas, depois, com o tempo, foi melhorando, até que a gente aprendeu [a] escrever em linha reta, sem linha na lousa, com giz [...]. (SILVA, 2022, informação verbal).

Em outro momento da entrevista, a mesma ex-aluna comentou que a professora Marina ensinava como as alunas deveriam organizar suas salas de aulas. Sobre o tema, Silva (2022) narrou:

A professora Marina também nos ensinava que era bom dividir os alunos em sala, *nas* fileiras: a fileira dos que têm mais dificuldade, os medianos e os que têm mais facilidade. Só que os alunos não deviam saber, mas era bom fazer isso, [por]que facilitava para o professor acompanhar. (SILVA, 2022, informação verbal).

Os trechos dos relatos de Silva (2022), ex-aluna do Curso, deixam evidente o interesse da professora Marina em ensinar as suas alunas, as quais se tornariam professoras de 1^a a 4^a séries do 1^o Grau, o “como fazer”, ao ensinar sobre o uso da lousa e da organização dos alunos em sala de aula. Isto revela uma forte presença tecnicista do Curso de Magistério, afinal, como expõe Saviani (2003), no tecnicismo, a ênfase da prática educativa recai na técnica pela técnica, pois, nessa perspectiva, a função do aluno consiste em aprender a fazer.

As narrativas do professor Ricardo Anzoategui são reveladoras do trabalho realizado por ele junto no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1^o e 2^o Graus de Itaporã. Esse

professor trabalhou no Curso, de 1980 a 1982, lecionando as disciplinas Didática, Sociologia Educacional e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau. Porém, o professor Ricardo Anzoategui relatou que, dentre as disciplinas por ele lecionadas, Didática era a que mais contribuiria com a formação de professor para atuar nas séries iniciais do 1º grau: “[...] o que era ensinado nela era importante para o ensino em todas as séries” (ANZOATEGUI, 2022, informação verbal). Assim, percebemos que a disciplina Didática, conforme assinala Chervel (1990, p. 188), estava “[...] a serviço de uma finalidade educativa [...]”, no Curso de Magistério.

Ainda partir da narrativa do professor Ricardo Anzoategui, refletimos sobre o papel da disciplina em foco no Curso de Magistério, e também compreendemos o que ela representava para a formação das futuras professoras, pois, como lembra Chartier (1990), as representações são construídas a partir de diferentes lugares e momentos em determinada realidade social.

Na disciplina Didática, o professor Ricardo Anzoategui buscava proporcionar aulas dinâmicas para as alunas do Curso de Magistério, pois, assim, além de tornar o ensino mais leve e atrativo, ele também mostrava, por meio do seu próprio exemplo, ideias diferentes de como o professor poderia lecionar. O docente entrevistado inclusive teve a ideia de adotar dois personagens durante suas aulas: um era o Zé Pipoca e o outro cujo nome, infelizmente, ele não conseguiu se recordar. Sem dúvida, situações com essas merecessem ser analisadas, pois deixa claro que as narrativas dos sujeitos podem vir até o pesquisador não de fato como foram, mas a partir do que a memória “[...] valoriza ou desvaloriza de determinados eventos, lembrando apenas das situações mais significativas e elegendo-as mediante a memória” (SARAT, 2004, p. 114), pois “[...] a memória constrói o passado pautada em emoções e vivências, sendo ela flexível e evocada conforme as necessidades do presente” (FERREIRA, 2002, p. 321).

Convém explicar que o professor Ricardo Anzoategui costumava utilizar os personagens para abordar os conteúdos e dar exemplos práticos de atividades “[...] que poderiam ser realizadas futuramente pelos alunos quando se tornassem professores para as séries iniciais do 1º Grau” (ANZOATEGUI, 2022, informação verbal).

Ainda sobre os seus fazeres docente acerca da disciplina Didática, o professor Ricardo Anzoategui (2022) narrou que também desenvolvia:

[...] atividades extraclasse com os alunos, levava-os para lugares diferentes como bibliotecas, quadra esportiva, realizava jogos com eles, tudo mostrando ideias de como podiam trabalhar com as crianças e criar vínculo com elas, fazendo elas se interagirem nas aulas, tanto entre elas mesmas, como também com o professor. (ANZOATEGUI, 2022, informação verbal).

Este trecho do relato do professor acaba por reafirmar os dizeres de Martins, Moura e Bernardo (2018, p. 419) de que “A educação tem um papel importante na construção do conhecimento [...]. E que precisa haver uma interação entre os sujeitos, professor, estudante e os conteúdos aplicados”, porquanto Ricardo também reforçava a interação entre professor, alunos e conteúdos.

Diante de tais narrativas, denotamos que, embora o professor Ricardo Anzoategui procurasse desenvolver aulas mais dinâmicas, com a criação até mesmo de personagens para ministrar as suas aulas, havia um forte interesse de sua parte de ensinar as suas alunas sobre o “como fazer”, marcas evidentes de uma pedagogia tecnicista, o que reforça mais ainda a presença do tecnicismo no cotidiano desse Curso de Magistério.

O professor Ricardo Anzoategui discorreu que, embora tentasse ministrar aulas de formas diversificadas e dinâmicas, “os recursos da escola, na época, em que lecionou no Curso de Magistério, eram somente quadro negro, giz, apagador e livros, mas sempre que podia também tentava levar algo diferente como revistas ‘Veja’ e jornais” (ANZOATEGUI, 2022, informação verbal). Por isto, também solicitava que os seus alunos do Curso de Magistério realizassem entrevistas com professores, pois considerava que esta era uma outra forma dos alunos adquirirem conhecimentos sobre a profissão docente.

O professor Ricardo Anzoategui também explicou que adorava fazer contações de histórias e realizar atividades em grupos com os alunos em suas aulas. Na sua concepção, estudando em grupo, os alunos tinham um melhor aprendizado, podiam um ir tirando a dúvida do outro do grupo, assim, ajudavam-se mutuamente. A esse respeito, o professor relatou:

Planejava minhas aulas da melhor forma que conseguia. Eu adorava desenvolver minhas aulas no magistério contando histórias e colocando os alunos para aprenderem em grupos, pois considerava que a constante interação dos discentes proporcionava um melhor aprendizado (ANZOATEGUI, 2022, informação verbal).

Outra prática que o professor Ricardo Anzoategui possuía na disciplina de Didática era levar palestrantes em suas aulas. Ele convidava professores de fora da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Itaporã para conversarem com seus alunos sobre temas ligados à disciplina de Didática, com isto, segundo o professor "era possível trazer conhecimentos, experiências e dicas que ajudavam muito os estudantes em processo de formação docente"(ANZOATEGUI, 2022, informação verbal). Para averiguar o aproveitamento dos alunos com as palestras,

aplicava, após cada uma dessas atividades, um questionário com perguntas sobre o depoimento do palestrante convidado.

O relato de uma ex-aluna corrobora para reafirmar que o professor Ricardo Anzoategui, realizava um trabalho diferenciado para ensinar as disciplinas que ministrava no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã. Sobre isso, a ex-aluna comentou:

[...] O professor Ricardo Anzoategui era aquele professor singular, um professor que quando ia ensinar pra gente, ele tinha 2 personagens. Um, me lembro bem, chamava de Zé pipoca, que ele usava para abordar as coisas e dar exemplos assim práticos para nós, então ele interpretava esse Zé Pipoca, ele fazia vozes, caras e bocas, esse professor ele prendia tanto a nossa atenção não importava se a gente tivesse 4 aulas só com ele, a gente não via o tempo passar, porque eram aulas muito prazerosas, ele tinha muita habilidade na comunicação, era muito dinâmico, tinha essa maneira de falar dele e usar esse personagem. Nunca mais me esqueci do Zé Pipoca. Sempre quando cabia, ele abordava o conteúdo com esse personagem, assim, as disciplinas pesadas ficaram leves. (CORNACHINI, 2022, informação verbal).

De acordo com Cornachini (2022), a iniciativa do professor em criar e utilizar personagens nas aulas deu um resultado muito bom com a turma. Com criatividade, ele prendia a atenção dos alunos, fazendo-os terem mais foco nas aulas e sentirem prazer em estudar, de forma que se tivessem quatro aulas seguidas, eles nem sentiam o tempo passar.

Sem dúvida, a atuação do professor Ricardo Anzoategui no Curso de Magistério, nos permite recorrer a Chervel (1990, p. 188) quando destaca que “A educação dada e recebida nos estabelecimentos escolares é, à imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados.”, pois suas práticas nas disciplinas, sobretudo, na disciplina Didática, revelam que o professor ia muito além do que estava prescrito em um currículo formal apresentado para o Curso.

Diante de tais narrativas, podemos afirmar que o Curso de Magistério da Escola da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, seguia um modelo educacional tecnicista, bem característico dos Cursos de Magistério do mesmo período, no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul, cujo o interesse era capacitar as alunas do Curso para aprenderem “o como fazer”, em detrimento de refletir sobre “o que ensinar” e “o porquê fazer de uma maneira e não de outra” no processo de ensino aprendizagem.

Cumpramos acrescentar que, ao analisar os relatos do professor Ricardo Anzoategui, percebemos que as suas práticas se enquadravam em duas tendências pedagógicas, sendo elas: a Tendência Liberal Tecnicista, cujo foco principal é a formação para o mercado de trabalho, e

a Tendência Liberal Renovada Progressivista, mais especificamente em sua vertente Liberal Renovada Não Diretiva, na qual o aluno tem papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem para a formação de sua personalidade por meio de vivências e experiências significativas. O aluno aprende pela prática, por meio de pesquisas, descobertas, estudos do meio natural e social, entre outros. Nesta tendência, o professor valoriza, inclusive, a prática de realização de trabalhos em grupo, além de estimular os criatividade, curiosidade e inventividade em suas aulas (SILVA, 2018). Assim, ambas as tendências se fizeram presentes nas práticas do professor Ricardo Anzoategui, que mesclava o seu trabalho tanto práticas com características tecnicistas quando com práticas de ensino inovadoras.

Ainda pelas narrativas de ex-alunas e ex-professor do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, tivemos condições de perceber e compreender, por meio das memórias que emergiram, entre o lembrado, o vivido e o esquecido, aspectos que marcaram o cotidiano do Curso, no que tange ao ensinar e aprender, com aprendizados realizados pelos alunos, a partir dos ensinamentos ministrados por alguns professores, em determinadas disciplinas do Curso. Além disso, ao apoiar-nos no conceito de representação (CHARTIER (1990), identificamos, por meio das narrativas dos sujeitos entrevistados, o modo como foi construído o ensinar e o aprender em determinadas disciplinas no Curso de Magistério. Na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, pois, conforme aponta o autor, as representações são os sentidos e significados partilhados e atribuídos por um grupo ao real.

4.3 Materiais didáticos utilizados e produzidos no Curso de Magistério de Itaporã

No Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, era comum, sobretudo em algumas disciplinas da Parte diversificada do currículo, como, por exemplo, na disciplina Técnicas de Alfabetização, a confecção de materiais didáticos com as alunas, na intenção de que elas pudessem os utilizar quando fossem para sala de aula como professoras. Entre os materiais confeccionados estavam flanelógrafo, cartazes, cartilhas e brinquedos recicláveis, entre outros. Nesse sentido, esta subseção também tem o interesse de mostrar como ocorriam a utilização e a produção de materiais didáticos no Curso de Magistério.

Como concebe Chervel (1990), acerca da história das disciplinas escolares, é preciso dar conta de mostrar como as disciplinas são produzidas, qual a sua função e como funcionam com os alunos. E é acerca sobretudo deste último aspecto, que o interesse nesta subseção é de

demonstrar como certas disciplinas funcionaram no cotidiano do Curso de Magistério, com as alunas em Itaporã, por meio dos materiais didáticos e produzidos utilizados pelos professores.

Na disciplina Técnicas de Alfabetização, presente na estrutura curricular do Curso de Magistério entre os anos de 1980 a 1990, a professora ministrante da disciplina utilizava-se de recursos pedagógicos da escola, como cartazes e algumas cartilhas que vinham para a escola. Era corriqueira a prática de colagens com papel colorido e realizações de desenhos. A professora costumava passar no quadro negro, o desenho de cada letra do alfabeto e também os numerais para os alunos copiarem no caderno e já terem um modelo de ensino para quando fossem para a sala de aula lecionar. Um exemplo disto eram os desenhos realizados no caderno pedagógico, utilizado nessa disciplina, conforme podemos observar na Imagem 13.

Imagem 13 – Caderno Pedagógico com desenho para o ensino do alfabeto (1989)



Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Sonia Aparecida da Silva de Lima

Se é certo que o caderno escolar se constitui em fonte importante de estudo, porquanto, segundo Viñao Frago (2008, p. 22), esse “[...] é um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho de sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos, e dos ritmos, regras e pautas escolares [...]”, podemos afirmar que esse caderno pedagógico traz registros de conteúdos e métodos utilizados pela professora da disciplina Técnicas de Alfabetização, de como as alunas deveriam ensinar o alfabeto aos seus alunos, pois as páginas do caderno registradas na Imagem 14 mostram que o ensino das letras do alfabeto deveriam vir associadas a um desenho que representasse a letra e que essas letras deveriam ensinadas no formato maiúsculo e minúsculo.

Imagem 14 – Partes da cartilha produzida pelas alunas do Curso de Magistério (1979)



Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Nilza Terezinha Menani da Silva

Na disciplina Técnicas de Alfabetização também era ensinada a confecção de uma Cartilha em grupo. Para esta atividade, a professora dividia a turma em dois grupos, cada um sendo responsável de fazer uma cartilha. Após o exercício concluído, as cartilhas eram doadas para a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã. A Imagem 14 apresenta imagens de partes da cartilha confeccionada pelo grupo da ex-aluna Nilza Terezinha Menani, em 1979.

Por meio da Imagem 14, verificamos que tais partes da cartilha são semelhantes aos modelos de lições de outras cartilhas, como a “Alegria de Saber” e “Caminho Suave”, que, no processo da alfabetização, buscavam ensinar primeiramente as letras por ordem alfabética, depois formando as sílabas, as palavras e, por fim, frases e pequenos textos. Isto deixa evidenciado que o método utilizado na Cartilha elaborada pelas alunas do Curso de Magistério era o método sintético (silábico). De acordo com Mortatti (2019), esse método

[...] inicia o ensino da leitura com a apresentação das letras e seus nomes (método da soletração/alfabético), ou de seus sons (método fônico, “fonêmico” ou “fonemático”), ou das famílias silábicas (método da silabação), sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Posteriormente, reunidas, conforme cada método, as letras ou os sons em sílabas, ou conhecidas as famílias silábicas, ensinavam-se a ler palavras formadas com essas letras e/ou sons e/ou sílabas e, por fim, ensinavam-se frases isoladas ou agrupadas. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, à cópia, ditados e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras. (MORTATTI, 2019, p. 35).

A Cartilha elaborada pelas alunas reunia as letras em sílabas e, conhecendo suas famílias silábicas, ensinava-se a ler palavras formadas com as mesmas sílabas e letras e, por fim, ensinava-se frases isoladas ou agrupadas sem sentido, partindo, assim, “[...] das partes para o todo”, isto é, da síntese para a análise [...]”, conforme esclarece sobre o método sintético, Araújo e Santos (2008, p. 10).

Ainda ao analisar as figuras da cartilha da ex-aluna do Curso de Magistério de Itaporã, é possível associarmos à cartilha “Caminho Suave”, que alfabetizava por meio da ligação de imagens a palavras-chave, sílabas e letras, utilizando ilustrações semelhantes à letra ensinada e fazendo uma associação entre imagem e letra do alfabeto (ARAÚJO; SANTOS, 2008).

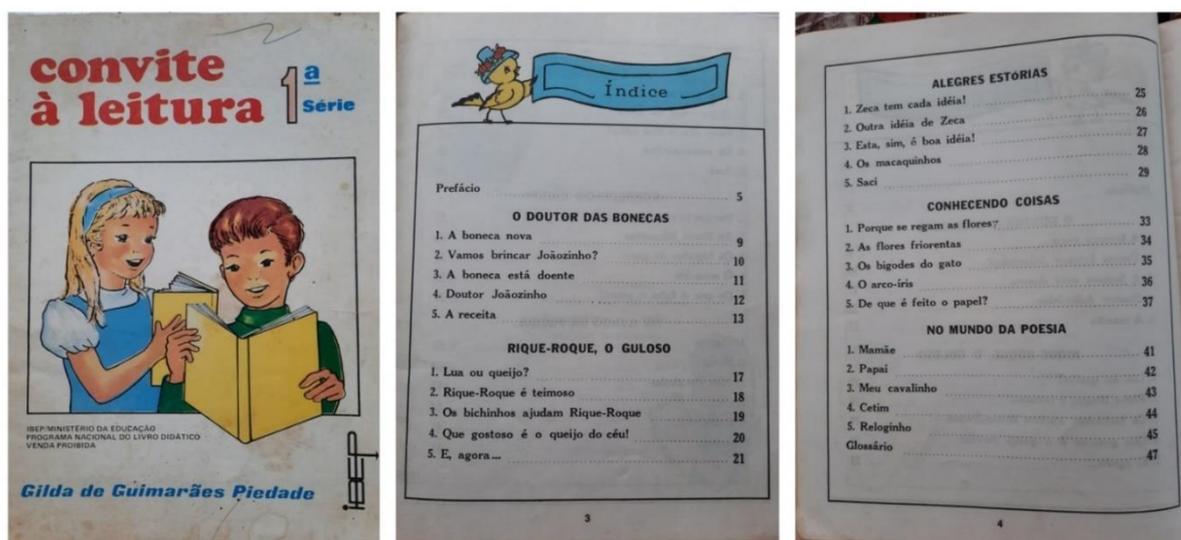
É oportuno explicar que, no processo de “alfabetização pela imagem”, as lições da cartilha buscavam associar a palavra-chave à figura representada, ou seja, quando criança, olhava a letra ou a sílaba, rapidamente a associava à imagem do desenho que representava, contribuindo, dessa forma, para a composição gráfica por meio do desenho. Segundo Peres e Ramil (2015, p. 61-62), “[...] a imagem era considerada um excelente procedimento pedagógico da aprendizagem e da fixação das letras, sílabas e palavras”. Desta forma, o processo de associação das letras nas palavras ao formato de sua respectiva imagem contribuía para que a criança desenvolvesse a memorização, pois, por meio dessa memorização, ela conseguiria “[...] associar as formas das fontes usada na palavra a figura que a representa, pois os caracteres das letras ocupam praticamente o mesmo espaço e assumem um formato muito parecido ao encaixar-se dentro de um detalhe da figura” (PERES; RAMIL, 2015, p. 64).

Convém registrar que a professora de Técnicas de Alfabetização também fazia indicações de materiais didáticos¹² que as alunas poderiam utilizar em sala de aula, quando se

¹² Nesta dissertação são mencionados alguns dos materiais didáticos que eram indicados pelos professores, porém, não esgotamos todas as possibilidades de pesquisas destes materiais didáticos, podendo assim também ser utilizado e analisados em futuras pesquisas sobre a história do Curso de Magistério de Itaporã.

tornassem professoras. Uma dessas indicações foi a Cartilha “Convite a Leitura”, de autoria de Gilda de Guimarães Piedade, que, inclusive, foi utilizada pela ex-aluna Nilza Terezinha Menani da Silva, quando atuou nos anos de 1990, como professora alfabetizadora em escola do município de Itaporã. Na Imagem 15, registramos a Cartilha utilizada pela ex-aluna e docente.

Imagem 15 – Cartilha “Convite à Leitura” (1997)



Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Nilza Terezinha Menani da Silva

O material pedagógico apresentado acima foi uma das Cartilhas indicadas no Manual para Indicação de Livro Didático, pertencente ao Ministério da Educação, Fundação de Assistência ao Estudante, Programa Nacional do Livro Didático (1988). Esta Cartilha foi indicada pelo mencionado Manual em duas versões: uma na seção “Alfabetização, Cartilha” com o código 0036.1, pela editora IBEP, e outra na seção “1ª Série, Português (Comunicação e Expressão)”, com o código 1115.0, também pela editora IBEP. A cartilha “Convite à Leitura”, de acordo com a Imagem 15, traz em seu índice pequenos textos, fundamentados em cinco temas diferentes, sendo eles: o doutor das bonecas; Rique-Roque, o guloso; alegres estórias; conhecendo coisas; o mundo da poesia.

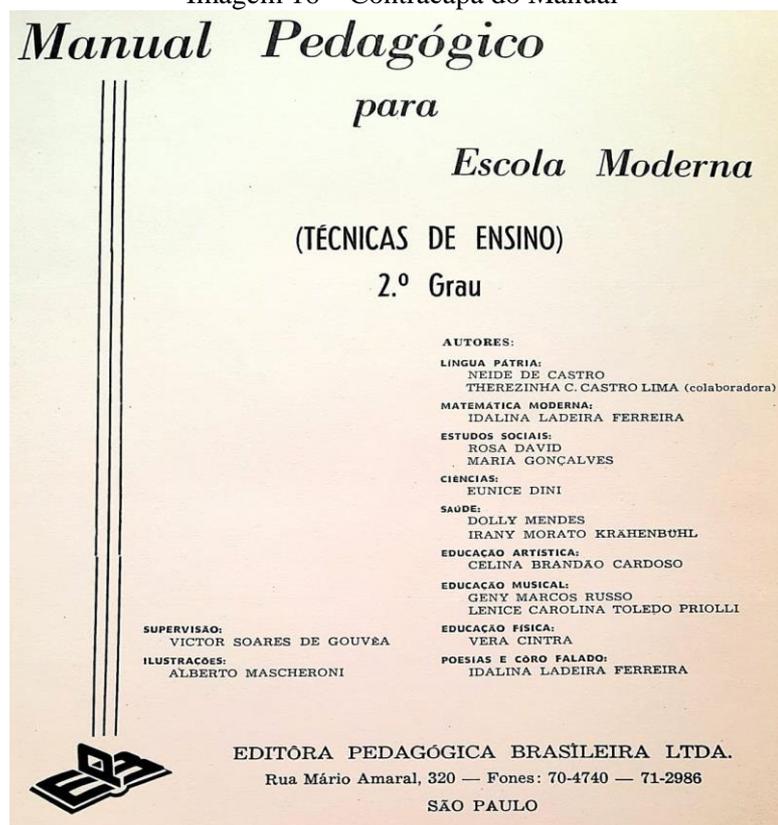
Além do material pedagógico mencionado acima, outros como a “Cartilha Alegria de Saber”, de autoria de Luciana Maria Marinho Passos; “Cartilha Aquarela”, de autoria de D’Olim Marote; “Cartilha no Reino da Natureza”, de autoria de Pêrsio Santos de Oliveira e “Cartilha Caminho Suave”, de autoria de Branca Alves de Lima, também foram indicados pela professora de Técnicas de Alfabetização e utilizados pela ex-aluna Nilza Terezinha Menani da Silva quando atuou na profissão docente.

É importante frisar que, no entendimento de Rocha (2007), a cartilha foi um importante material que serviu de auxílio para pessoas com pouco estudo ou até mesmo para os leigos, que ao assumirem a profissão docente, utilizavam a cartilha para lecionar. O uso da cartilha, segundo Rocha (2007), proporcionou uma maior quantidade de pessoas dedicadas ao ensino, aumentando o número de cidadãos alfabetizados, pois o que importava era todos serem alfabetizados. Assim, a cartilha foi ganhando espaço na educação escolar, sendo utilizada até nos dias atuais. Feil (1984) aponta que as cartilhas são compostas por métodos tradicionais de alfabetização, que a tornam artificial e mecânica para as crianças, sendo focada na repetição, memorização e no processo de leitura e escrita; um ensino tradicional e voltado ao tecnicismo.

De fato, não se pode esquecer que, no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, até as disciplinas que compunham o Núcleo Comum, muitas vezes, também nas aulas, trabalhavam numa perspectiva tecnicista, voltada ao “como fazer”. Isto é confirmado na narrativa de uma antiga professora de Português e Literatura do Curso de Magistério, segundo a qual, “[...] no material que utilizava, denominado ‘Manual Pedagógico para a Escola Moderna’, os conteúdos também eram todos voltados a ensinar a futura professora o “como fazer” (ZINHANI, 2022, informação verbal).

No caso, o Manual a que a professora Zinhani (2002) refere-se em seu relato, é o “Manual Pedagógico para a Escola Moderna – Técnicas de ensino, 2º grau”, de autoria de uma equipe de professores especializados nas matérias do currículo escolar primário, publicado pela Editora Pedagógica Brasileira (EPB), no Estado de São Paulo. Nesse Manual direcionado ao ensino de 2º grau, há a falta de algumas informações, como a data de publicação e o número da edição. Porém, com base no “Manual Pedagógico para a Escola Moderna – Técnicas de ensino, 1º grau”, que teve sua edição no final da década de 1960, mais precisamente em 1969, inferimos que este Manual teve sua edição e publicação na primeira metade da década de 1970. A imagem 16 traz a contracapa desse Manual, que deixa evidente os autores de cada uma das disciplinas que abrange, no caso, de Língua Pátria até Poesias e Coro Falado. Além disso, aparece o nome do supervisor do Manual, Victor Soares de Oliveira, e do ilustrador, Alberto Mascheroni.

Imagem 16 – Contracapa do Manual



Fonte: Arquivo pessoal da ex-professora Tereza Grinelda Martins Zinhani

O “Manual Pedagógico para a Escola Moderna – Técnicas de ensino, 2º grau” é de autoria de uma equipe de professores especializados nas disciplinas do currículo escolar primário e foi publicado pela Editora Pedagógica Brasileira (EPB), no Estado de São Paulo. Constituiu-se em um material pedagógico destinado a professores e normalistas. O seu prefácio evidencia a não intenção de prescrever normas do agir docente, mas de mostrar ao magistério brasileiro aspectos interessantes da experiência de educadores renomados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O referido Manual abrange diferentes disciplinas, como Língua Pátria, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Saúde, Educação Artística, Educação Física, Educação Musical, Poesias e Coro Falado. Cada uma dessas disciplinas tem o seu conteúdo elaborado e escrito por um autor específico, que, mostrando como desenvolvê-las, apresenta materiais a serem utilizados e ainda enfatiza diferentes maneiras de realizar as avaliações dos conteúdos.

A disciplina de Língua Pátria é de autoria de Therezinha Carmen de Castro Lima e Neide de Castro. A primeira autora era diplomada pela Escola Normal Livre do Instituto Noroeste de Biriguí (SP) e, no período em que produziu esse Manual, atuava como professora primária do Grupo Escolar “Prof. Otílio de Oliveira”, em São Bernardo do Campo. Já a segunda autora era

diplomada pelo Colégio Estadual e Escola Normal de Tupã (SP) e também quando produziu esse Manual, trabalhava como professora primária do Grupo Escolar Brisa-bela de Almeida Nobre (SP).

A disciplina de Matemática Moderna é de autoria de Idalina Ladeira Ferreira, diplomada pela Escola Normal “Santo André” de São José do Rio Preto (SP) e, no período em que produziu o Manual, atuava como inspetora escolar, sediada na 5ª Delegacia de Ensino Elementar da Capital paulista.

A disciplina de Estudos Sociais é de autoria de Rosa David e Maria Gonçalves. A primeira autora era licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e no período de produção desse Manual, era especialista em Metodologia dos Estudos Sociais pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE) ¹³, de Belo Horizonte, Minas Gerais. A segunda era diplomada pelo Colégio Estadual e Escola Normal “Dr. Anísio José Moreira” de Mirassol (SP) e, quando produziu esse Manual, era orientadora de Estudos Sociais do Setor de Didática do Centro Regional de Pesquisas Educacionais “Prof. Queirós Filho” (SP).

A disciplina de Ciências é de autoria de Eunice Dini, diplomada pela Escola Normal de Piracicaba, e, no período de produção do Manual, era professora primária do Grupo Escolar Rural “Alberto Torres” (SP), e estava à disposição do Setor de Orientação Pedagógica do Departamento de Educação – Orientação de Ciências.

A disciplina de Saúde é de autoria de Irary Morato Krahenbul e Dolly Mendes. A primeira autora era formada pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Já a segunda autora era diplomada pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública, pela mesma Instituição. No período em que ambas as autoras produziram esse Manual, eram Educadoras Sanitárias da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.

A disciplina de Educação Artística é de autoria de Celina Brandão Cardoso, diplomada pela Escola Normal Livre “Madre Hermeta” de Laranjal Paulista (SP) e pelo Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação e Administração Escolar pela Caetano de Campos (SP), e, no período em que produziu o Manual, era Professora Secundária de Artes Femininas do Ginásio Estadual “Drª Maria Augusta Saraiva”, Professora de Metodologia no Instituto de

¹³ Segundo Amorim (2019, p. 54), o Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE), foi resultado do acordo de cooperação entre Brasil e EUA que acabou influenciando a educação nacional a organizar cursos de aperfeiçoamento de professores.

Educação “Prof. Antônio Firmino de Proença” e ainda Professora de Artes Aplicadas no Curso Colegial de Formação de Professores Primários “Liceu Acadêmico”, todos estes trabalhos exercidos na capital de São Paulo.

A disciplina de Educação Física é de autoria de Vera Cintra, formada pela Escola Normal de Campinas e pela Faculdade de Higiene da USP. No período que produziu esse Manual, exercia a função de Técnica de Educação do Serviço de Educação Física do Ensino Elementar.

A disciplina de Educação Musical é de autoria de Lenice Carolina de Toledo Prioli e Geny Marcos Russo. A primeira autora era formada em professora primária e no Curso de Orientação Educacional pelo Instituto de Educação “Caetano de Campos”. Além disso, era formada no Curso de Canto pela Prof^a Madalena Lébeis. No período em que produziu esse Manual trabalhava como Orientadora Musical do Serviço de Música e Canto Coral do Departamento de Educação de São Paulo. A segunda autora era diplomada pelo “Colégio Puríssimo Coração de Maria” de Rio Claro (SP) e, quando produziu o Manual, era Supervisora na Chefia do Serviço de Música e Canto Coral, também no Estado de São Paulo.

É interessante destacar que o “Manual Pedagógico para a Escola Moderna – Técnicas de ensino, 2º grau” foi escrito por autoras do sexo feminino. Autoras essas que em sua maioria possuía o diploma do Curso Normal, mas também havia algumas que já possuíam o Curso Superior. Muitas dessas autoras atuavam como professoras de Grupos Escolares; outras, atuavam como professoras em cursos de formação docente ou atuavam como orientadoras educacionais, técnicas em Educação, inspetores escolares, entre outras atividades profissionais. Havia autora também que tinha experiência de atuação no Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (PABAE).

Para ilustrar como as diferentes disciplinas abordavam os seus conteúdos, apresentamos um plano de aula presente nesse Manual sobre a disciplina de Estudos Sociais. Fizemos a opção por essa disciplina por ela estar ligada à área de Ciências Humanas. O referido plano foi produzido pelas autoras Rosa David e Maria Gonçalves e o seu tema versa sobre o “Trânsito”, conforme podemos observar nas Imagens 17, 18 e 19.

14 Imagem 17 – Plano de aula sobre trânsito

Conteúdo Programático	Atividades e Materiais	Avaliação
<p>C) O trânsito na Comunidade:</p> <p>— 289 —</p>	<p>— Discussão:</p> <p>As crianças poderão discutir os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Como as pessoas que trabalham nos meios de transportes nos ajudam e ajudam nossa Comunidade, e como podemos facilitar o trabalho delas? (estabelecimento de normas de conduta) — Como é organizado o tráfego e qual o papel do guarda de trânsito? — Que transportes de passageiros são mais usados na Comunidade? — Quais os transportes de cargas mais usados em nossa Comunidade? <p>Terminada essa discussão, várias atividades poderão ser realizadas:</p> <p>1 — Planejamento de normas de conduta:</p> <p>Planejando essas normas, que servirão de direção e avaliação de atitudes e habilidades das crianças, poderão ser discutidas proposições como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Como devemos nos conduzir nos transportes coletivos? b) Como podemos colaborar com o guarda de trânsito? c) Que cuidados os pedestres devem ter para evitar acidentes? d) Que providências devemos tomar no caso de acidente no trânsito? <p>2 — Entrevista com pessoas, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Inspetor ou guarda de trânsito para esclarecimentos sobre os sinais de trânsito, seu valor para os pedestres e motoristas e as regras a serem observadas por ambos. b) Aeromoço, piloto de avião ou navio, para conhecer suas funções, importância destas e as suas experiências de vida no ar, na água. 	<ul style="list-style-type: none"> — Todos tomaram parte na discussão? — Apresentaram idéias apropriadas? — Argumentaram? — Respeitaram mutuamente as idéias? — Usaram conceitos exatos? — Tiraram boas conclusões? <p>— Puderam se auto-avaliar?</p> <ul style="list-style-type: none"> — Todos participaram na elaboração das normas de conduta? — Focalizaram os aspectos essenciais de conduta? — Tomaram decisões práticas, após a elaboração das normas? <ul style="list-style-type: none"> — Como participaram dos planejamentos das entrevistas e das excursões? — Como as crianças se comportaram durante a

Fonte: Arquivo pessoal da ex-professora Tereza Grinelda Martins Zinhani

Imagem 18 – Continuação do plano de aula sobre trânsito

Conteúdo Programático	Atividades e Materiais	Avaliação
<p>— 290 —</p>	<p>3 — Excursão (dependendo do que tenha a Comunidade a oferecer, as crianças poderão visitar):</p> <ul style="list-style-type: none"> — As estações: rodoviária, ferroviária, aeroporto, pórtio fluvial e marítimo para ver o local, pessoal que trabalha, o movimento das pessoas (embarque e desembarque), o movimento dos transportes (chegada e saída), os guichês de venda de passagens, tabela de preços e horários, despacho de bagagens, etc. . . <p>Planejando estas excursões, o professor distribui às crianças divididas em grupo, as tarefas de observações e contatos para as devidas anotações.</p> <p>— Relatórios orais e escritos:</p> <p>As crianças apresentarão relatórios das experiências adquiridas através das excursões e entrevistas. Os relatórios escritos poderão ser ilustrados, com a devida orientação do professor.</p> <p>5 — Dramatização de situações vividas nas entrevistas e excursões, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) guarda de trânsito b) cenas nas estações rodoviárias, ferroviárias, aeroporto, etc. . . <p>Correlação com as aulas de:</p> <p>1 — Matemática:</p> <p>Problemas sobre preços de passagens dos meios de transportes locais ou ligando outras cidades, preços dos combustíveis (gasolina, óleo) por litro, despesas em pequenas viagens, passeios, viagens de automóvel ou táxi (o uso do taxímetro).</p> <p>2 — Linguagem:</p> <p>O professor poderá, no desenvolvimento de planos de suas aulas de linguagem, aproveitar assuntos desta área para:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Composição: 	<p>realização dessas atividades, quanto ao interesse, às atitudes de atenção no ouvir e às habilidades sociais com as pessoas que prestaram as informações?</p> <ul style="list-style-type: none"> — Que aspectos foram mais dominados? — O que mais as impressionou? — Como as crianças transmitiram os conceitos aprendidos através dos relatórios, das dramatizações? — Em qual dessas duas formas, elas conseguiram expressar melhor as idéias aprendidas? — Trouxeram as crianças experiências vividas para os problemas matemáticos?

Fonte: Arquivo pessoal da ex-professora Tereza Grinelda Martins Zinhani

¹⁴ Optamos por escolher um plano de aula da disciplina Estudos Sociais pelo fato de a maior parte do desenvolvimento desta pesquisa – em relação à prática de ensino dos professores e a aprendizagem das alunas – ter ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, período em que o Brasil esteve sob o Regime Civil Militar e na educação se considerava fundamental, o ensino da Educação Moral e Cívica que, na época, constituía-se até uma disciplina do currículo escolar e tinha o objetivo de formar mentalidades mais vinculadas ao projeto de País que se tinha na época. No Manual Pedagógico aqui pesquisado, os conteúdos ligados à Educação Moral e Cívica eram abordados na disciplina de Estudos Sociais. Assim, devido a esse contexto, escolhemos um dos planos de aula referente aos Estudos Sociais.

Imagem 19 – Continuação do plano de aula sobre trânsito

Conteúdo Programático	Atividades e Materiais	Avaliação
— 291 —	<p>Uma vez motivadas e enriquecidas de idéias sobre o assunto, poderão escrever desenvolvendo temas como:</p> <p>«O piloto que conhecemos» «Uma viagem de trem» «O guarda de trânsito»</p> <p>Orações sobre pessoas que trabalham nos transportes (cobrador, motoristas, mecânico, comandante, canoieiro, aeromoça, etc.)</p> <p>b) Gramática aplicada:</p> <p>Utilizando nas orações a serem construídas e analisadas, todo o vocabulário aprendido em relação aos transportes e seus trabalhadores, bem como, o estudo dos substantivos quanto ao gênero, número e grau, conjugação de verbos, com: levar, carregar, transportar, trazer, descer, subir, pagar, parar, chegar, partir, etc.</p> <p>c) Leituras de:</p> <p>— trechos mimeografados sobre: os diferentes meios de transportes ou estórias de passeios, viagens, etc.;</p> <p>— Poesias selecionadas pelo professor ou pelas próprias crianças, sobre os transportes, os trabalhadores, sinais de trânsito, etc.</p> <p>— Como atividade de enriquecimento, no plano das aulas de leitura, sugerimos que o professor leve as crianças a fazerem versos. No treino dessa atividade, exercícios de côro falado dos sons emitidos pelos meios de transportes e exercícios de rimas, poderão ser feitos, ajudando e facilitando à elaboração dos versos pedidos.</p> <p>Transcrevemos algumas poesias que poderão servir para leitura e interpretação pelas crianças.</p>	<p>— Como foi a composição das crianças, relativamente às idéias e ao vocabulário empregado? Empregaram bem e adequadamente os termos?</p> <p>— Que conceitos emitiram, redigindo as diferentes orações?</p> <p>— As crianças já estavam familiarizadas com o vocabulário do trecho?</p>

Fonte: Arquivo pessoal da ex-professora Tereza Grinelda Martins Zinhani

O plano de aula está estruturado em três partes: conteúdo programático, atividades e materiais e avaliação. No “conteúdo programático”, havia somente o nome do conteúdo a ser desenvolvido, no caso, “O Trânsito na Comunidade”. Em “atividades” e “materiais” eram descritas todas as atividades a serem realizadas e a parte de avaliação era composta por várias perguntas sobre todas as atividades desenvolvidas. Pela forma como eram redigidas, é possível inferir que se tratava de uma forma de auto avaliação docente, mas também sendo possível realizar algumas em sala de aula com os alunos.

O conteúdo o trânsito na comunidade apresentava discussões sobre o papel do guarda de trânsito, os diferentes meios de transporte na comunidade e o cuidado para evitar acidentes. Neste plano, as atividades eram centradas nos alunos, pois a professora promoveria as discussões e solicitaria um exercício prático por meio da realização de uma entrevista. Uma segunda atividade seria a realização de uma excursão com a turma para observarem o movimento da comunidade e, após o passeio, realizarem dramatizações e relatórios orais e descritivos sobre tudo o que foi verificado.

Outro ponto que merece destaque é a presença da interdisciplinaridade¹⁵ no mencionado plano de aula, pois nele há atividades para serem realizadas juntamente com outras disciplinas.

¹⁵ A interdisciplinaridade pode ser considerada como a relação entre duas ou mais disciplinas do currículo, de forma a associá-las, no que há em comum para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Desse

Conforme Japiassu (1976, p. 83), a interdisciplinaridade “[...] exige uma reflexão profunda e inovadora sobre o conhecimento, que demonstra a insatisfação com o saber fragmentado”. Assim, por meio da interdisciplinaridade, o aluno poderia ter uma visão mais ampla sobre cada tema desenvolvido.

Perante a observação deste material da docente, é possível inferir que embora ocorressem algumas práticas não voltadas totalmente ao tecnicismo, a maioria dos conteúdos ensinados era trabalhado focalizando o “como fazer”, pois, os professores ensinavam os (as) alunos (as) do Curso de Magistério por meio de técnicas para desenvolverem os conteúdos, sem terem nenhuma fundamentação teórica, porque os próprios materiais adquiridos abordavam desta maneira. Tal situação deixa clara, mais uma vez, a inserção da perspectiva tecnicista no funcionamento do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, pois as disciplinas ministradas procuravam articular o conhecimento teórico com o desenvolvimento do “como se aplicava na prática” os conteúdos em aula, fato este evidenciado tanto nas práticas do Curso representadas nas narrativas dos sujeitos, quanto nos materiais utilizados e produzidos.

Assim, a análise de alguns aspectos do currículo do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã contribuiu para compreender as características da formação almejada e proporcionada para o professor por ele habilitado, pois “[...] o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares [...]”, conforme sugerem Moreira e Silva (2013, p. 14).

modo, segundo Freire (1987), a interdisciplinaridade é um processo metodológico para o aluno construir conhecimento, tendo como base sua relação com o contexto, a realidade e a sua cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que chegamos à fase final da pesquisa, nos deparamos com a escrita das Considerações Finais. Uma tarefa que não consideramos nada fácil. Na verdade, isto acaba se tornando um desafio para os pesquisadores que se propõem a desenvolver um trabalho científico sobre um determinado tema e objeto de estudo, como foi o nosso caso, nesta dissertação de mestrado, cuja temática está ligada à formação de professores e tem como objeto de estudo o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, que esteve situada município de Itaporã-MT/MS. Tal desafio se impôs porque, neste percurso investigativo, novas questões surgiram, as quais poderão ser focalizadas em outras pesquisas.

As nossas Considerações Finais não têm a intenção de esgotar toda a análise da história do Curso de Magistério, que funcionou nessa Instituição de Itaporã, mas apresentar e discutir algumas análises e interpretações do objeto estudado, em espaço e tempo delimitados, tendo em vista os limites de um trabalho científico como uma dissertação de mestrado.

Para produzir e escrever estas Considerações Finais, retornamos aos objetivos e ao problema que nortearam esta pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar a história do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Itaporã, situada em Itaporã, no período de 1976 a 1996. Como problema de pesquisa, buscamos responder a seguinte indagação: Como o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, com a sua criação, implantação e funcionamento, contribuiu para a formação de professores no município de Itaporã e região?

Para atingir os objetivos e responder ao problema de pesquisa, recorreremos a um *corpus* documental constituído por documentos disponíveis nos arquivos pessoais de ex-alunas e de antigos professores, e nos acervos da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, que, atualmente, encontra-se na Secretaria da Escola Estadual Antônio João Ribeiro. No arquivo dessa Secretaria, localizamos registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, como atas, decretos, certificados de conclusão do magistério, listas de matrículas, históricos escolares, entre outros. Já nos arquivos pessoais das ex-alunas e dos antigos professores do Curso de Magistério, coletamos documentos como diplomas de alunos, fotografias do período em que cursaram o Magistério, pasta de estágio, entre outros. Também utilizamos entrevistas realizadas com ex-alunas e antigos professores desse Curso de Magistério.

O conjunto de documentos que constituíram o nosso *corpus* documental tornou-se a base empírica da nossa pesquisa. Essas fontes documentais foram analisadas à luz de abordagem teórica da Nova História Cultural, em diálogo com Chartier (1990), e na perspectiva

de um referencial teórico-metodológico decorrente das proposições de Goodson (1997; 2001) e Moreira e Silva (2001) acerca do currículo, e de Chervel (1990), sobre a história das disciplinas escolares.

Ao buscar compreender o processo de criação e implantação do Curso de Magistério na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Itaporã, constatamos o seu surgimento nos anos de 1970, decorrente da Lei nº 5.692/1971, instituída no regime civil-militar no Brasil, que proliferou a instalação de cursos profissionalizantes, em nível de 2º grau, pelo Brasil, e atingiu os estados e municípios brasileiros, como foi o caso de Mato Grosso do Sul e do município de Itaporã, que, nesse período, recebeu o seu primeiro curso de formação de professores, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, que, na época, acabara de ter sido elevada em instituição de ensino de nível de 1º e 2º graus em decorrência da extinção do Grupo Escolar Itaporã.

No tocante à criação e à implantação do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Itaporã, compreendemos que esse processo também ocorreu ainda em um período no qual o número de escolas situadas na área urbana era menor que o das escolas existentes nas áreas rurais; em uma época em que a maior parte da população desse município residia no meio rural, em sítios, fazendas e nos distritos de Montese, Piraporã, Santa Terezinha e Carumbé.

Foi possível percebermos que a criação, a implantação e o início do funcionamento do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã ocorreu em um período no qual o rural predominava sobre o urbano. Porém, essas características marcantes do início do Curso de Magistério não perduraram por muito tempo, pois, a partir do final da década de 1980, houve uma redução no número total de escolas no meio rural de Itaporã, associada a mudanças no desenvolvimento agrícola local, com a inserção da mecanização na agricultura, a qual levou muitos trabalhadores a saírem das áreas rurais e a buscarem novas oportunidades de trabalho para si e para seus familiares na sede do município, favorecendo a redução da população rural e, conseqüentemente, influenciando no número de alunos matriculados nas escolas rurais.

Contudo, em relação ao perfil dos alunos do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, em uma amostra referente aos anos de 1977 a 1983, constatamos que os alunos que o cursaram eram oriundos de todos os bairros da sede urbana de Itaporã, como também dos distritos do município, quanto de sítios e fazendas do seu entorno, que se deslocavam diariamente para a cidade para cursar o Magistério, no período noturno. Porém, em períodos posteriores, com a abertura de Cursos de Magistério, no distrito de Montese, na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Senador Saldanha Derzi, em 1984, e em 1985, no distrito de Piraporã,

na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Olívia Paula, houve uma redução no número de alunos vindos, principalmente, desses dois distritos do município de Itaporã.

Ainda no que tange ao perfil dos alunos do Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, observamos que, embora alguns alunos do sexo masculino tenham frequentado e até mesmo concluído o Curso de Magistério, o seu quadro discente, do mesmo modo que outros Cursos de Magistério em funcionamento em escolas públicas e particulares em Mato Grosso do Sul e até mesmo em outros estados brasileiros, era constituído em sua maioria por mulheres. Na realidade, tal circunstância acabava por reafirmar uma característica marcante desses cursos de formação de professores – tanto de escolas públicas ou privadas, de origem laica ou confessional –, pois o processo de feminização do magistério, desencadeado no final do século XIX, com a permissão de entrada das mulheres na Escola Normal, era muito marcante no cenário deste tipo de curso.

Além disso, identificamos que, mesmo o Curso de Magistério de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã tendo tido uma maior procura por matrículas entre os anos de 1977 a 1995, e uma redução na procura e no número de matrículas após 1995, o que certamente deve-se à promulgação da LDB inscrita na Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que determinou, para a atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a necessidade de diploma de Curso Superior, e promoveu o fechamento dos Cursos de Magistério em vários estados brasileiros, como em Mato Grosso do Sul, no início dos anos 2000 – entre eles, o Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, denominada, a partir da referida Lei, como Escola Estadual de Itaporã. O Curso de Magistério, ao longo de toda sua trajetória, formou um total de 508 professores com Habilitação para lecionar em turmas de 1ª a 4ª série do 1º Grau, inicialmente, e, a partir do início dos anos de 1990, com a elevação do Curso de Magistério para 4 anos, passou a habilitar turmas de docentes para atuar na Pré-Escola e de 1ª a 4ª série do 1º Grau. Diante dessas constatações, podemos afirmar que os 508 professores formados por esta Instituição contribuíram para a formação de professores do município de Itaporã e região, pois, em sua maioria, era de mulheres que procuravam se inserir como professoras nas escolas da localidade e do seu entorno.

A análise do perfil do corpo docente do Curso de Magistério permitiu-nos perceber a sua constituição tanto por professores do sexo masculino quanto feminino. Apesar disso, os dados possibilitaram-nos verificar que a maioria era de mulheres. Ainda identificamos que, majoritariamente, as professoras mulheres ministravam aulas das disciplinas de caráter pedagógico e metodológico, principalmente as disciplinas que integravam a parte diversificada

do currículo do Curso, enquanto os professores homens ministravam aulas das disciplinas de História e Filosofia da Educação, Educação Moral e Cívica, Sociologia da Educação, Matemática, entre outras pertencentes ao Núcleo Comum e à parte diversificada do currículo.

Quanto à formação desses professores e professoras, explicitamos que eles e elas possuíam o diploma do curso superior e, na maioria das vezes, eram habilitados na própria área do conhecimento das disciplinas que ministravam no Curso de Magistério.

No que tange ao currículo do Curso, os documentos analisados permitiram-nos compreender que, entre os anos de 1976 a 1996, ele esteve pautado na Lei nº 5.692/1971, assim, era dividido em duas partes: uma constituída por uma Educação Geral/Núcleo Comum e a outra parte, por Formação Especial/Parte Diversificada/Preparação para o Trabalho.

Constatamos também que o currículo vigente entre 1992 a 1995, no Curso, apresentou uma duração diferente do que funcionou entre os anos de 1977 a 1992, porquanto o Curso de Magistério em foco, a partir de 1992, passou a ter 4 anos de duração e não mais 3 anos, com a inserção da habilitação no Ensino Pré-Escolar, decorrente de mudanças no currículo, ocorrida, no caso do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1989.

Uma análise do currículo posto em funcionamento no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã, no período de 1976 a 1996, permitiu observar que sua estrutura esteve de acordo com o cenário histórico e social do período, entremeado por relações de poder, decorrente do período da ditadura civil-militar brasileira, pois mesmo após a abertura e mudança do regime político na década de 1980, o currículo permaneceu com as mesma estrutura, sendo dividido em Educação Geral/Núcleo Comum e em Formação Especial/Parte Diversificada/Preparação para o Trabalho, contando com poucas alterações de disciplinas.

Diante dessas constatações, denotamos, em relação à estrutura curricular de 1992 a 1995, que ocorreram exclusões das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira e Técnicas de Alfabetização. Isso esteve associado ao fim do regime civil-militar no Brasil, ocorrido em 1985, que promoveu mudanças no regime político brasileiro, com o processo de redemocratização desencadeado a partir deste período.

Assim, compreendemos que o currículo posto em funcionamento no Curso de Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Itaporã participou da formação de professores, inicialmente, habilitando para as séries iniciais do 1º Grau, e, posteriormente, habilitando tanto para as séries iniciais do 1º Grau quanto para a Pré-Escola, com um currículo que refletia no cotidiano escolar as marcas do cenário histórico e social do período, entremeado por relações de poder e professores com um perfil caracterizado por uma forte presença da tendência

tecnicista, que refletiam nos conteúdos ensinados nas disciplinas, nas práticas até mesmo dos professores mais inovadores em seu fazer em sala de aula, nos materiais didáticos utilizados e produzidos no Curso de Magistério, no “como fazer”, pois as disciplinas ministradas procuravam articular os conhecimentos teóricos com o desenvolvimento do como se aplicava na prática os conteúdos em aula.

Esperamos que os resultados desta Dissertação contribuam na ampliação dos conhecimentos acerca da história da formação de professores em Mato Grosso do Sul, e, de forma especial, da história da formação docente de Itaporã, município sobre o qual ainda há poucas pesquisas que tomam como objetos de estudo questões relacionadas à educação escolar em perspectiva histórica. Além disso, desejamos que eles abram caminhos para outras pesquisas de mesma natureza, ampliando, assim, os estudos em história da formação de professores em Mato Grosso do Sul e em Itaporã, pois, conforme assinalado no início destas Considerações Finais, no percurso de investigação, novas questões surgiram, as quais poderão ser focalizadas até mesmo em outras pesquisas. Entre essas, merecessem ser registradas como possibilidades, a pesquisa sobre o ensino de determinadas disciplinas que compunham o currículo do Curso; a respeito da história de determinada disciplina escolar do curso; acerca da frequência dos alunos no Curso; e sobre a trajetória dos egressos formadas por este curso, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramento possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8536>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. 1964-1984. São Paulo: EDUSC, 2005.

AMARAL, Clara Ramthum do. **A formação do magistério primário nos primórdios de Brasília (1960-1964): memórias de uma utopia possível**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16957?locale=en>. Acesso em: 17 jun. 2023.

AMORIM, Rômulo Pinheiro de. **O curso de treinamento de professores leigos: profissionalização e representações da docência em Mato Grosso (1963-1971)**. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1634>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ARAÚJO, Gustavo Cunha de; SANTOS, Sônia Maria dos. A Cartilha Caminho Suave: História, Memória e Iconografia. **Fênix – Revista de Revista Eletrônica**, Uberlândia, vol. 5, n. 2, ano V, p. 1-13, abr./ maio/jun. 2008. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/39>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4928?locale=pt_BR. Acesso em: 17 jun. 2023.

ARCANJO, Natalicia Gomes Teixeira. **História do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) "Juracy Alves Cardoso" de Naviraí-MS (1992-2000)**. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4901>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ARNONI, Maria Eliza Brefere. **A Prática do Estagiando do Magistério na Perspectiva da Práxis Educativa: Uma Análise do Estágio Supervisionado do CEFAM de Jales**. 2001. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/206364>. Acesso em: 17 jun. 2023.

AYACHE, Cilmara Bortoleto Del Rio. **História e política de formação de professores: o CEFAM no estado de Mato Grosso do Sul (1989-1996)**. Tese (Doutorado em Educação) –

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4376>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BALEI, Renata Aparecida *et al.* O uso de entrevista, observação e vídeo gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i30.1770>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1770>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BENCOSTTA, M. L. Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 397-411, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/7hMqfXTZYj83kzB4nVcMBdz/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; CAMARGO, Carla Roseane Sales. **A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital**. Educere: Curitiba-PR, 2015.

BRAZ, Luana Tainah Alexandre. **História da formação docente no município de Dourados-MS: o curso do magistério na escola Serviço de Educação Integral/SEI (1995-1998)**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4896>. Acesso em: 17 ju. 2023.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARDOZO, Mariana Montagnini. **A educação do corpo da mulher em formação de professora em Londrina: IEEL (1970)**. 2021. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **A Colônia Agrícola de Dourados: colonização e povoamento: 1946-1956**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2005-Maria-Aparecida-Ferre.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. Colônia agrícola municipal de Dourados: povoamento e colonização. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**, Londrina, p. 1-13. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206369_dc6e557ea711fc50a88b3eeaea8d4c1c.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

CAVALCANTE, Margarida Jardim. **CEFAM: uma alternativa pedagógica para a formação do professor**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, [S.l.], n. 2, p.177-229, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

CORDEIRO, Aurenô. Arnaldo. **A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos**. Campo Grande: Centro Gráfico Ruy Barbosa, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933 out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053142913>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sNXBnvvBY84RY7bJdpt7bmb/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários Pessoais: territórios abertos para a história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 252.

CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. São Paulo: Atlas, 2000. 589 p.

DEL RIO, Cilmar Bortoleto. **História e política de formação de professores: o CEFAM no estado de Mato Grosso do Sul (1989-1996)**. 2020. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4376>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FACCHI, Jehnny Zélia Kalb. **História da formação de professores em Cascavel entre 1951 e 1971: a trajetória das escolas normais Carola Moreira e Irene Rickli**. 2013.227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3654>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FEIL, Iselda Terezinha Sausen. **Alfabetização: Um novo desafio para um novo tempo**. 5. ed. Ijuí, Vozes/Fidene, 1984.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica). **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 6, n. 1-3. p. 43-61, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22455/18641>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 314-332, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X003006013>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FIOD, Edna Garcia Maciel. Ensino de 2º grau, hoje: a reafirmação do óbvio. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 85-98, ago./dez. 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8319>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente**: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944-1964). 2007. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-152749/pt-br.php>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GARCIA, Noely Costa Dias. **Do curso normal ao magistério**: o curso normal estadual em Paranaíba/MT (1967-1975) 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015. Disponível em:

<https://biblioteca.uems.br/publicos/download/96640>. Acesso em: 17 jun. 2023.

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas.

Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso 10/jan./2023. Acesso em: 17 jun. 2023.

GATTI, Bernardete. Sobre a formação de professores para o 1º e 2º graus. **Em Aberto**,

Brasília, ano 6, n. 34, p. 11-15, 1987. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.6i34.1628>. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1994>. Acesso em: 17 jun.

2023.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GOODSON, Ivor. La construcción social del curriculum: posibilidad y âmbitos de

investigación de la historia del curriculum. **Revista de Educación**, [S.l.], n. 295, p. 7-37,

1991. Disponível em: <https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:6d91bb79-2ab0-419b-945e-a68624727d35/re29501-pdf.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

HAMDAN, Eli Mara Leite Royg. Os Cursos de Magistério em Mato Grosso do Sul na década de 80. In: SENNA, Ester (org). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória**

das políticas sociais. Análise e diagnóstico (1980-1990). 1. ed. Campo Grande: Editora da Universidade federal de Mato Grosso do Sul, 2000, p. 241.

IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio>. Acesso em: 20 dezembro 2022.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOSSOY, BORIS. **Fotografia e história.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANGA, Bonifácio Obadias. **O lugar da formação de professores para o ensino primário em Moçambique:** um estudo de caso do Instituto de Chibututuúne. 2022. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39778>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. *In:* ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15., 2012, São Gonçalo. **Anais [...].** São Gonçalo, 2012, p. 1-9. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e criando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

MARTINS, Evaneide Dourado MARTINS; MOURA, Anaisa Alves de; BERNARDO, Anacléa de Araújo. O processo de construção do conhecimento e os desafios do ensino-aprendizagem. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 410-423, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v22.n.1.2018.10731>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10731>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete método lancasteriano. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/metodo-lancasteriano/>. Acesso em 20 mar. 2023.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomás Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Diego. **Trajetórias de formação e profissionalização de egressos do CEFAM de São Miguel Paulista.** 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10695>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MORTATTI, Maria do Rosário. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: MORTATTI, Maria do Rosário (org.). **Métodos de alfabetização no Brasil**: uma história concisa [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2019, p. 27-46.

NOGUEIRA, Cláudio Cristhiano da Silva. **A reprodução do espaço urbano de Itaporã**: Uma análise a partir das relações/articulações com Dourados-MS. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2011. Disponível em: [https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-GEOGRAFIA/Disserta%C3%A7%C3%A3o\(27\).pdf](https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-GEOGRAFIA/Disserta%C3%A7%C3%A3o(27).pdf). Acesso em: 17 jun. 2023.

OLIVEIRA, Letícia Borges de; SOUZA, Sauloéber Társo de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 7, n. 13, 2012. p. 12-37. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-7686.v7i13p12-37>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/45617/49216>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. **A Escola Normal de Ouro Preto**: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6515>. Acesso em? 17 jun. 2023.

PEREIRA, Lilian Alves. **Um estudo sobre o Curso de Magistério**: Sim, ele ainda existe! Universidade Regional de Blumenau. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/DS/2017/363230_1_1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

PERES, Eliane; RAMIL, Chris de Azevedo. Alfabetização pela imagem: uma análise iconográfica da cartilha Caminho Suave e do material de apoio. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ano 12, v. 19, n. 41, p. 53-79, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22535/cpe.v0i41.11322>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/11322>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PEREZ, Maria Isabel. **História de uma instituição pública de ensino secundário**: implicações da democratização do ensino na cultura escolar. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90361>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIRES, Marcelo Correa. **A Governamentalidade no Projeto Master**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de

Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2837>. Acesso em: 17 jun. 2023.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e Identidades (Um Breve Ensaio). **Diálogos**, Maringá v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41347/21680>. Acesso em: 28 de maio 2023.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REIS FILHO, Casemiro. **A Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

ROCHA, Solange Helena Ximenes. **Construção da ação docente: aprendizagens de professoras leigas em classes multisseriadas na escola do campo**. 2007. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos- SP, 2007.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. **Grupo escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã-MT, uma contribuição para a história das instituições educativas**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. História do movimento sindical docente de Mato Grosso do Sul: acordos salariais dos professores da rede estadual Democracias e Ditaduras no mundo contemporâneo. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA-SESSÃO MATO GROSSO DO SUL, 12., 2014, Aquidauana. **Anais [...]**, Aquidauana, 2014. p. 1-14 Disponível em: http://www.encontro2014.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411215199_ARQUIVO_ArtigoAnpuhconcluido.pdf. Acesso em 18 jun. 2023.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro. Formação territorial da região da Grande Dourados. **Geografia**, Londrina. v. 18, n. 2, p. 89-107, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2009v18n2p89>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SANTOS, Gillyane Dantas dos. **A secular feminização do magistério e a profissionalização certificada da mulher potiguar nos cursos normais regionais (1946-1971)**. 2022. Tese. UFRN. 2022. 211f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49557>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SARAT, Magda. **Histórias de estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SENNA, Ester. Estado, Economia e Política Pública em Mato Grosso do Sul: Balanço da década de 80. In: SENNA, Ester (org). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais**. Análise e diagnóstico (1980-1990). 1. ed. Campo Grande: Editora da Universidade federal de Mato Grosso do Sul, 2000, 306p.

SERRA, Maria Luiza Arruda de Almeida. **Projeto CEFAM: tentativa de modernização do curso de formação de professores em Mato Grosso do Sul – 1983-1992**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 1993.

SILVA, Aguinaldo da. **O processo de formação do Distrito de Santa Terezinha, MS (1957-1982)**. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

SILVA, Antonia Milene da Silva Milene da. Práticas Educativas no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, em Assú/RN (1911-1927). **Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-RioGrandenses**, Natal, n. 1, fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/imburana/article/view/860>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Aracéli Girardi da. Tendências Pedagógicas: Perspectivas Históricas e Reflexões para a Educação Brasileira. **Revista Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 9, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/14257>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Débora. Catarina. **As Tendências na Formação do Professor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério: um Estudo em Corumbá, Mato Grosso do Sul**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, 1996.

SILVA, Maria do Carmo Campos da. **Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da Escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971-2001)**. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/648>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SILVA, Marinéia dos Santos. **Sobre a formação de professores das séries iniciais na região de São José do Rio Preto/SP na ocasião dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério (CEFAM)**. 2015. 353 f. Mestrado (Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127778>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOUZA, Gilberto Pereira de. **Formação profissional e condições de trabalho do magistério paulista entre 1996-2011**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte

e História) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/24803>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)**, 2006. 367 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 61-88, maio./jun./jul./ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

TEIXEIRA, Tânia Nair Alvares. **Memórias das práticas escolares de Educação Física no curso de Magistério do Instituto de Educação Assis Brasil (Pelotas/RS, década de 1970)**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4382/1/Tania%20Nair%20Alvares%20Tixeira.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

THOMPSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 51-84, jul./dez, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>. Acesso em: 17 jun. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890-1914). 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/15230>. Acesso em: 17 jun. 2023.

VIÑAO FRAGO, António. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org) **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 15-33.

XAVIER, Bruna de Farias. **Feminização do magistério no ensino secundário do Colégio Municipal Pelotense (1940-1960)**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: [http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7766/1/Dissertacao Bruna de Farias Xavier.pdf](http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7766/1/Dissertacao%20Bruna%20de%20Farias%20Xavier.pdf). Acesso em: 17 jun. 2023.

Fontes

ASSOMASUL. **Itaporã**. Disponível em: <https://www.assomasul.org.br/municipios/itapora>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília-DF: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-norma-pl.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília-DF: 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Caderno Pedagógico do ano de 1989. Arquivo pessoal da ex-aluna do Curso de Magistério da Sonia Aparecida da Silva de Lima, da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã.

Caderno de Reação e Jogos do ano de 1989. Arquivo pessoal da ex-aluna do Curso de Magistério da Sonia Aparecida da Silva de Lima, da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã.

CASTRO, N. de. *et al.* **Manual Pedagógico para a Escola Moderna**. Editora Pedagógica Brasileira LTDA.

DOURADOS. Agência Regional de Educação de Dourados. **Portaria nº 043/ARE – 87, de 04 de fevereiro**. Dourados, 1993.

Histórico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã, 1990. Arquivo da Escola Estadual Antônio João Ribeiro de Itaporã.

Histórico Escolar de Ex-aluna do Curso de Magistério, 1997-2000. Arquivo pessoal da ex-aluna do Curso de Magistério, da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã.

IBGE, **Informações sobre o município de Itaporã**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/itapora/panorama>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ITAPORÃ. Gerência Municipal de Itaporã-MS. **História do município**, 2018. Disponível em: <http://bloggedupmi.blogspot.com/2018/06/historia-4-ano-historia-do-municipio.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

ITAPORÃ. Câmara Municipal de Itaporã-MS. **Institucional: História de Itaporã**, 2020. Disponível em:

[https://www.camaraitapora.ms.gov.br/institucional/historia#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20foi%20criado%20pela,de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul.&text=%22Itapor%C3%A3%22%20%C3%A9%20um%20termo%20de,bonito%22\)%5B10%5D](https://www.camaraitapora.ms.gov.br/institucional/historia#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20foi%20criado%20pela,de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul.&text=%22Itapor%C3%A3%22%20%C3%A9%20um%20termo%20de,bonito%22)%5B10%5D). Acesso em: 10 set. 2022.

ITAPORÃ. Prefeitura Municipal de Itaporã-MS. **Termo de doação do terreno para a construção da Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Itaporã**. Itaporã, 1975.

ITAPORÃ. Prefeitura Municipal de Itaporã-MS. **Lei nº 866 de 28 de setembro de 1981 da Câmara Municipal**. Itaporã, 1981.

LIVRO DE REGISTROS de alunos do Grupo escolar Antonio João Ribeiro - 1955- 1959.

MATO GROSSO. **Lei nº 659 de 10/12/53** de Criação do Município de Itaporã, 1953.

MATO GROSSO. Decreto nº 2.197 de 17 de agosto de 1955.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto n. 1130 de 29 de abril de 1970**. Cuiabá, 1970.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Decreto 2365/74**. Dispõe sobre a criação do 1º Grau no Grupo Escolar Itaporã, 1974. Cuiabá, 1974.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Ofício de nº 64/77 em 19 de setembro de 1977**. Cuiabá, 1977

MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. **Portaria nº. 5269/77**. Cuiabá, 1977

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação (CEE). **Decreto nº 438, de 16/12/1982, Diário oficial nº 988 de 04/01/1983**. Campo Grande, 1983.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 015/87 aprovado em sessão Plenária de 14/05/1987**. Campo Grande, 1987.

MATO GROSSO DO SUL. Estatuto do Magistério Estadual. **Lei Complementar nº 35**. Promulgada em 12 de janeiro de 1988. Campo Grande, 1988.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 196/89**. Campo Grande, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 196/89, Processo nº 8980/89**. Campo Grande, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 719, de 05 de dezembro de 1990.** Diário Oficial nº 2946, de 06 de dezembro de 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. **Decreto nº 7.099/93 de 10 de março de 1993 do Diário oficial nº 3509.** Campo Grande, 1993.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul **Resolução/SED nº 900/94, de 07 de janeiro de 1994.** Campo Grande, 1994.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 9.104, de 12 de maio de 1998 do Diário oficial.** Campo Grande, 1998

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução/SED nº 1.410 de 17/02/2000, Diário Oficial nº 5312 de 14/07/2000.** Campo Grande, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 11.320 de 31/07/2003.** Campo Grande, 2003.

O PROGRESSO. Dourados - década de 1950. Arquivo do jornal O Progresso de Dourados: 1953.

Entrevistas

ANZOATEGUI, R. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Ricardo Anzoategui [mai. 2022].

CARVALHO, M. P. de. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Marisa Poletto de Carvalho [abr. 2022].

CORNACHINI, J. W. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Janice Waidemam Cornachini [abr. 2022].

LIMA, S. A. da S. de. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Sonia Aparecida da Silva de Lima [abr. 2022].

RAMOS, W. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Walter Ramos. [jul. 2018].

SILVA, N. T. M. da. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Nilza Terezinha Menani da Silva [abr. 2022].

SOARES, V. J. V. B. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Vera Janne Vieira Batista Soares [abr. 2022].

ZINHANI, T. G M. Entrevista concedida a Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, Itaporã-MS, Tereza Grinelda Martins Zinhani [abr. 2022].

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM AS EX-ALUNAS¹⁶



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Mestranda: Terezinha Garcia Cazuza Martinez

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

1. Formação da docente alfabetizadora no magistério:

- 1.1 Em que ano iniciou o curso de magistério e em que ano terminou de cursá-lo?
- 1.2 Lembra-se de quais disciplinas estudou no decorrer do Curso de Magistério?
- 1.3 Como eram as aulas dessas disciplinas durante o Curso de Magistério?
- 1.4 Havia disciplinas no Curso de Magistério voltadas para a Alfabetização? Se sim, quais eram as disciplinas e os conteúdos nelas trabalhados?
- 1.5 Recorda-se de ter cursado alguma destas disciplinas: língua portuguesa, língua nacional, disciplina de leitura, técnica de alfabetização, técnica de redação, ou metodologia de português? Se sim, o que aprendiam nestas disciplinas e quais recursos os professores utilizavam para desenvolvê-las?
- 1.6 Quem eram as professoras que ministravam as disciplinas de língua portuguesa, língua nacional, disciplina de leitura, técnica de alfabetização, técnica de redação, ou metodologia de português? Lembra-se de alguma?
- 1.7 Nas aulas voltadas para a Alfabetização preparavam algum tipo de material? Se sim, quais? Tem algum material guardado daquela época?
- 1.8 Em sua formação no Magistério fez estágios? Fez pastas de estágios durante o curso? Se sim, chegou guardar alguma? Alguém supervisionava o estágio, fazia visitas?

¹⁶ Mesmo com a mudança de direcionamento da pesquisa após a qualificação, utilizamos dados das entrevistas anteriores. Por este motivo, o título do questionário feito para as alunas do curso é “Formação de docente alfabetizadora no magistério” e o título do questionário feito para os professores é “A prática docente para formar a professora alfabetizadora no magistério”.

1.9 Os professores estimulavam os alunos a buscarem conhecimentos extras, além dos que eram adquiridos no magistério?

1.10 Existe alguma experiência vivida na sua formação que lhe marcou positivamente e alguma que lhe marcou negativamente?

1.11 Ao término do curso de magistério, já foi direto trabalhar como docente? Em qual série começou a lecionar? Considera que as disciplinas voltadas à alfabetização contribuíram em seu exercício da docência como professor/a?

Questionário utilizado nas entrevistas com professores do Curso:

1. A prática docente para formar a professora alfabetizadora no magistério:

1.1 Em que ano começou a lecionar no curso de magistério e em que ano deixou de lecionar nele?

1.2 Lembra-se de quais disciplinas lecionou no decorrer do Curso de Magistério?

1.3 Recorda-se de ter lecionado também algumas destas disciplinas: língua nacional, disciplina de leitura, técnica de alfabetização, técnica de redação, ou metodologia de português? Se sim, o que era ensinado nestas disciplinas e quais recursos os professores utilizavam para desenvolvê-las?

1.4 Se caso não chegou a lecionar alguma/as dessas disciplinas, saberia também dizer se outros professores/as chegaram a lecionar essas disciplinas?

1.5 Como eram suas aulas? Lembra-se dos livros que utilizava? Usava algum outro tipo de material?

1.6 Saberia dizer a respeito dos conteúdos trabalhados nessa/as disciplina/as?

1.7 Lembra-se se chegou a trabalhar nessas disciplinas conteúdos voltados à alfabetização? Se sim, quais eram as disciplinas, quais os conteúdos delas e como eram trabalhados?

1.8 Na/as disciplina/as voltada/s para a alfabetização preparava algum tipo de material com os/as alunos/as? Se sim, quais? Teria ainda algum material guardado daquela época?

1.9 Estimulava os alunos a buscarem conhecimentos extras, além dos que eram adquiridos no curso de magistério?

1.10 Existe alguma experiência vivida na sua prática docente no magistério que lhe marcou positivamente e alguma que lhe marcou negativamente?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Orientadora: Alessandra Cristina Furtado

Mestranda: Terezinha Garcia Cazuza Martinez

Instituição: UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Identificação do Pesquisador: Nome completo- Terezinha Garcia Cazuza Martinez,

Endereço- Avenida São José-centro 1087, Portadora do RG- 2.246.604 SSP/MS, expedido em:
03/09/2014, CPF- 069.887.221-57, E-mail: Terezhinagarciagcm@gmail.com.

Identificação da Atividade: Realização de entrevistas com áudio sobre- Histórias e memórias da formação e da profissão docente em Mato Grosso do Sul: Um estudo sobre a formação do professor alfabetizador no Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã” no município de Itaporã-MT/MS (1976-2003), em forma de depoimento semiestruturado.

Identificação do depoente:

Nome completo:

Estado civil:

Data e local de nascimento:

RG: Data de expedição:

CPF:

Endereço:

Rua: Nº:

Bairro:

Cidade: Estado:

CEP:

Fone:

Eu, _____, declaro para os devidos fins que cedo voluntariamente os direitos de minha entrevista, gravada em áudio, para Terezinha Garcia Cazuzza Martinez, natural de Itaporã, brasileira, solteira, residente à Avenida São José-centro, nº 1087, CEP 79.890-000 portadora da Carteira de Identidade nº 2.246-604, expedida pela SEJUSP- Secretaria de Justiça e Segurança Pública, CPF 069.887.221-57, Mestranda em Educação pela UFGD, para ser usada integralmente ou mesma para partes, para registros escritos, sem restrições de identificação, prazos, citações, desde a presente data.

Esclareço que a entrevista fará parte da Pesquisa Histórias e memórias da formação e da profissão docente em Mato Grosso do Sul: Um estudo sobre a formação do professor alfabetizador no Curso de Magistério da “Escola Estadual de 1º e 2º graus de Itaporã” no município de Itaporã-MT/MS (1976-2003), e a mesma será publicada após a finalização em uma dissertação, para fins de pesquisa acadêmica. Sou inteiramente responsável pelos dados e informações repassados pela entrevistada, usando com ética, responsabilidade e sigilo o material ao qual foi me disponibilizado para realização da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer pela disponibilidade de seu precioso tempo para me atender e conceder essa entrevista.

Nestes termos

Peço deferimento

Local: Data:

Assinatura da entrevistada

Testemunha